

THAÍS SOUZA ALMEIDA

REEXISTÊNCIAS:
As Punições Institucionalizadas para Negritude
Feminina



FAPCOM



COLEÇÃO EBOOKS | FAPCOM

FILOSOFIA

REEXISTÊNCIAS: As Punições Institucionalizadas para Negritude Feminina

THAÍS SOUZA ALMEIDA

REEXISTÊNCIAS:
As Punições Institucionalizadas para Negritude Feminina



Coleção E.books Fapcom

A Coleção E.books FAPCOM é fruto do trabalho de alunos de graduação da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação. Os conteúdos e temas publicados concentram-se em três grandes áreas do saber: filosofia, comunicação e tecnologias. Entendemos que a sociedade contemporânea é transformada em todas as suas dimensões por inovações tecnológicas, consolida-se imersa numa cultura comunicacional, e a filosofia, face a esta conjuntura, nos ocorre como essencial para compreendermos estes fenômenos. A união destas três grandes áreas, portanto, nos prepara para pensar a vida social. A Coleção E.books FAPCOM consolida a produção do saber e a torna pública, a fim de fomentar, nos mais diversos ambientes sociais, a reflexão e a crítica.

Conselho Científico

Alessandra Barros Marassi
Antonio Iraildo Alves de Brito
Claudenir Módolo Alves
Claudio Avelino dos Santos
Jakson Ferreira de Alencar
Valdir José de Castro

Livros da Coleção E.books FAPCOM

A COMUNICAÇÃO NA IGREJA CATÓLICA LATINO-AMERICANA

Paulinele José Teixeira

ASCENSÃO DIALÉTICA NO BANQUETE

Iorlando Rodrigues Fernandes

COMUNICAÇÃO E AMBIENTE DIGITAL

Cinzia Giancinti

A ONTOLOGIA DA ALMA EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

Moacir Ferreira Filho

PARA REFLETIR O QUE A GENTE ESQUECIA:
ANÁLISE DE VIDEOCLIPES DA BANDA O RAPPÀ

Talita Barauna

NARRATIVAS DA FRONTEIRA:
INTERFACES ENTRE JORNALISMO E LITERATURA NAS
MEMÓRIAS DO CÁRCERE, DE GRACILIANO RAMOS

Marcos Vinícius Lima de Almeida

O CINEMA TRASH E A RECICLAGEM DA INDÚSTRIA CULTURAL

Juliano Ferreira Gonçalves

O TRATADO SOBRE AS DUAS NATUREZAS DE BOÉCIO
ASPECTOS FILOSÓFICOS DA CONTRAPOSIÇÃO
ÀS HERESIAS DE ÊUTIQUES E NESTÓRIO

Gabriel Anderson Barbosa

O PROBLEMA DA FELICIDADE NA FILOSOFIA TRÁGICA DE NIETZSCHE

Gabriel Sanches Gonçalves

PEDRINHAS - A CIDADE E AS SOMBRAS

Guilherme Lazaro Mendes

BRANDING SENSORIAL: POTENCIAL E LIMITES

Amanda Mendes Zerbinatti

UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR
DE NARRATIVA TRANSMÍDIA BRASILEIRA

Fernanda Gonçalves dos Santos

COLCCI: DO FUNDO DO QUINTAL PARA SPFW- AS RELAÇÕES PÚBLICAS E O
MARKETING INTEGRADOS NO REPOSICIONAMENTO DA MARCA

Ynaia Alexandre Rosa

AS CONSEQUÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS DO PECADO ORIGINAL SEGUNDO
SANTO AGOSTINHO

Lucas Rodrigues Dalbom

FILOSOFIA DA NATUREZA EM ARISTÓTELES:
A TEORIA DAS QUATRO CAUSAS E ANECESSIDADE TELEOLÓGICA

Mário Henrique Miguel Pereira

ANÁLISE DO PERFIL JORNALÍSTICO NAS REVISTAS PIAUÍ E VEJA:
DOS PROTAGONISTAS DO COTIDIANO ÀS CELEBRIDADES E FIGURAS PÚBLICAS

Matheus Campos da Silva

APPLE E O COMERCIAL TELEVISIVO “1984”:
ASPECTOS CULTURAIS E SEMIÓTICOS NA FORMAÇÃO DE BRANDING DA MARCA

Thiago Neves

WE LOVE BOOK

Silas Tarso Sales

Ynaia Alexandre Rosa

AS CONSEQUÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS DO PECADO ORIGINAL SEGUNDO
SANTO AGOSTINHO

Lucas Rodrigues Dalbom

FILOSOFIA DA NATUREZA EM ARISTÓTELES:
A TEORIA DAS QUATRO CAUSAS E ANECESSIDADE TELEOLÓGICA

Mário Henrique Miguel Pereira

ANÁLISE DO PERFIL JORNALÍSTICO NAS REVISTAS PIAUÍ E VEJA:
DOS PROTAGONISTAS DO COTIDIANO ÀS CELEBRIDADES E FIGURAS PÚBLICAS

Matheus Campos da Silva

APPLE E O COMERCIAL TELEVISIVO “1984”:
ASPECTOS CULTURAIS E SEMIÓTICOS NA FORMAÇÃO DE BRANDING DA MARCA
Thiago Neves

WE LOVE BOOK
Silas Tarso Sales

NO ESCONDERIJO DO VERSO: ANÁLISE DO DISCURSO
RELIGIOSO DO PADRE FÁBIO DE MELO
Marcelo Lopes Staffa

O TEMPO CÍCLICO E A HISTÓRIA LINEAR EM AGOSTINHO
David Brendo Silva

EDUCAÇÃO E DISCIPLINA À LUZ DA MICROFÍSICA DO PODER DE
MICHEL FOUCAULT
Keller Reis Figueiredo

A FORÇA DO PRODUCT PLACEMENT NO YOUTUBE: UM ESTUDO DO CANAL
ACIDEZ FEMININA
Roberta Arello Bello Silva

O ATO DE VONTADE DAS CRIATURAS RACIONAIS EM SANTO AGOSTINHO
DANILO SERVILHA RIZZI

UMA NARRATIVA DE EXPERIÊNCIA COMUNICATIVA: ESTUDO DE CASO SOBRE AS
FORMAS COMUNICATIVAS PRATICADAS PELA COMUNIDADE DE NARCÓTICOS
ANÔNIMOS ATRAVÉS DO GRUPO DA PAZ
TAMIRES GOMES DA SILVA

O MAL COMO PRIVAÇÃO DO BEM:
A REFUTAÇÃO DE SANTO AGOSTINHO AO MANIQUEÍSMO
ELOI BATALION

Direção Editorial

Claudiano Avelino dos Santos

Coordenação Editorial

Claudenir Módolo Alves

Alessandra Barros Marassi

Produção Editorial

Editora Paulus

Capa

Gledson Zifssak

Diagramação

Viviane Tamagawa

Revisão Gramatical

João Paulo Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Almeida, Thaís Souza

Reexistências : as punições institucionalizadas para negritude feminina
[livro eletrônico] / Thaís Souza Almeida. -- São Paulo : Paulus, 2018.

1 Mb (Coleção E.books FAPCOM)

Bibliografia.

ISBN 978-85-349-4887-6

1. Poder (Filosofia) 2. Negras 3. Punição 4. Negras - Brasil - Aspectos sociais 5.
Negras - Identidade racial 6. Brasil - Discriminação racial I. Título II. Série

18-2104

CDD 305.480981

CDU 396-055.2 (=414) (81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres Negras : Brasil : Aspectos sociais e filosóficos

© PAULUS – 2018

Rua Francisco Cruz, 229

04117-091 – São Paulo – (Brasil)

Tel. (11) 5087-3700 – Fax (11) 5579-3627

www.paulus.com.br

editorial@paulus.com.br

ISBN: 978-85-349-4887-6

AGRADECIMENTOS

À Oyá e Ogum. A todos os orixás que permitiram a consciência, o respeito e a luz. À mulher da minha vida, minha Maria, minha mãe, agradeço imensamente por todo cuidado, carinho, compreensão, comprometimento e paciência. À minha avó, Josefa, pelo exemplo, amor e cuidado. Ao meu pai por todo esforço e zelo. Ao meu irmão por ser quem é. A todos os familiares que estiveram junto de mim vivenciando esse processo.

À Julia, por toda paz, generosidade e amor.

Ao meu Orientador, Aurimar, por ter confiado, acreditado e me instruído tão gentilmente em minha primeira produção acadêmica. Serei para sempre grata!

A todas e todos que de alguma forma estiveram perto de mim e me ajudaram a chegar até aqui com confiança. Obrigada por terem me acompanhado no necessário.

A todas e todos que foram caminhos. Que me iluminaram, que me ensinaram, que me respeitaram. E que, mesmo de longe, vibram por mim e contribuíram para a constante formação que é o meu ser. Meus sinceros agradecimentos.

“Espera-se que a mulher negra seja capaz de desempenhar determinadas funções, como cozinhar bem, dançar, cantar, mas não escrever. Às vezes me perguntam: ‘você canta?’.

Eu digo: não canto nem danço.”

(Conceição Evaristo)

Escritora e doutora em Literatura pela UFF

RESUMO

Este trabalho tem como temática principal a análise das possíveis punições institucionalizadas para a negritude feminina no Brasil e seus fatores e possibilidades de reexistências, aqui apresentadas em seu caráter polissêmico e de neologismo pragmático, quando aborda a reinvenção e resistência ao status quo da sociedade brasileira. Apresenta como foco de análise os mecanismos de poder propostos por Michel Foucault, filósofo francês, que irá nos permitir compreender a construção da sociedade brasileira a partir das relações de poder. Propomos três variáveis, sob a luz de Angela Davis, que irá estruturar este trabalho, quais sejam: gênero, raça e classe - uma relação interseccional. Descreveremos e exploraremos filosoficamente três temáticas: 1. Os mecanismos de poder e sua trajetória histórica, política e jurídica sob a categoria poder e estado; 2. A violência institucionalizada, com enfoque de raça e gênero, a partir de uma construção histórica e crítica, que nos permitirá compreender a construção da população negra no Brasil; 3. A construção da identidade da mulher negra na sociedade brasileira, a negritude feminina no cenário contemporâneo, as problemáticas punitivas de uma construção social racista e machista na sociedade brasileira, a existência de quatro elementos que cumprem a função política em combate as opressões e, a reexistência da negritude feminina brasileira sob a ótica da corporalidade a fim de concluir que relações de poder possibilitam atos de resistência. Ao tratar dessas três temáticas, podemos concluir o objetivo de ressaltar que as relações de poder, seus efeitos e a produção de verdades institucionalizadas trazem diariamente as punições para todos os âmbitos da vida das mulheres negras na sociedade contemporânea no Brasil. Não obstante, como resposta, a população negra, sobretudo as mulheres, a partir da consciência política sobre identidade de raça, gênero e classe encontram meios de sobressair a uma lógica perversa, de uma microfísica do poder de aparelhos e instituições que historicamente colaboraram para as punições funcionarem de modo institucionalizado.

Palavras-chave: Mecanismos de poder; Interseccional; Punições institucionalizadas; Mulheres negras brasileiras.

ABSTRACT

This work aimed to analyze institutionalized punishment of Brazilian black female, its related factors, and the possibility of re-existence, herein presented using pragmatic neologism and a polysemic approach, when the reinvention and resistance to Brazilian Society status quo are considered. This research focuses on the analysis of the mechanisms of power, proposed by the French Philosopher Michael Foucault, in order to comprehend the construction of the Brazilian society, from the viewpoint of power relationships. We propose three variables, based on Angela Davis, which are: gender, race, and class – an intersectional relation. Based on philosophic aspects, we will describe and scrutinize three themes: 1. the mechanisms of power used by the State and Power and their historical, political and juridical course; 2. the institutionalized violence centered on race and gender from a historical and critical perspective, which will provide elements for understanding the development of the Brazilian black population; 3. The construction of black female identity in the Brazilian society, their position in the current social context, as well as punitive issues originated from a racist and sexist society. Moreover, we will discuss the four elements playing a political role in opposing oppressors and the re-existence of Brazilian black female in the context of corporeality, in order to conclude which power relationships enable resistance attitudes. By discussing the three aforementioned themes, we successfully achieved our goal of highlighting that the power relationships, their effects, and the production of institutionalized truths have as an outcome a punishment routine against the black female life of the current Brazilian society. However, by being conscious of their racial identity, gender, and class, the black people, the female ones above all, are able to overcome the perverse logic of the microphysics of power used by institutions that historically contributed to the application of punishment in an institutionalized manner.

Keywords: Mechanisms of power; Intersectional; Institutionalized punishment; Brazilian black female..

Sumário

Introdução	15
CAPÍTULO I	
1 Mecanismos de poder: uma construção histórica.....	17
1.1 Definições de poder.....	17
1.1.1 O poder e o estado grego na antiguidade.....	19
1.1.2 O poder e o estado medieval	21
1.1.3 O poder e o estado na modernidade	22
1.2 Sociedade contemporânea segundo Michel Foucault	25
1.2.1 Suplício.....	26
1.2.2 Punição	28
1.2.3 Disciplina	31
1.2.4 Bom adestramento.....	36
1.3. Microfísica do poder.....	39
CAPÍTULO II	
2 Violência institucionalizada: racismo e sexismo	44
2.1 Interseccionalidade: mulheres, raça e classe por Angela Davis	44
2.1.1 O legado da escravidão e a campanha pelos direitos..... das mulheres	46
2.1.2 O sufrágio: uma luta da população negra e mulheres.....	51
2.1.3 Um panorama geral da obra mulheres, raça e classe.....	54
2.1.4 A subversão de Angela Davis: conferência magna realizada na Reitoria da Universidade Federal da Bahia..	57
2.2 Angela Davis e Michel Foucault: Um diálogo possível sobre as punições.....	57
2.2.1 A construção da sociedade brasileira para o povo negro: à luz dos mecanismos de poder e punições.....	59
CAPÍTULO III	
3 O poder para existir, resistência em amar.....	74
3.1 A construção de identidade da mulher negra brasileira..	75
3.1.1 A negritude feminina no cenário contemporâneo.....	81
3.1.2 Mulheres negras em ascensão nos movimentos sociais.....	89
3.2 O avesso do avesso.....	96
3.2.1 Insurgência: a necessidade da voz.....	97
3.2.2 Se o amor não tem cor, quem explica a solidão da mulher negra?.....	100

3.2.3 Relações e relacionamentos: pode uma mulher negra amar?.....	105
3.3 Existência, resistência, resiliência e insistência: Um ato de coragem	108
3.4 Reexistências: mulheres negras como um corpo político	112
Conclusão	117
Referências Bibliográficas.....	120
Anexo I.....	131

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende analisar criticamente os meandros oficiais da sociedade brasileira no que diz respeito a seus sistemas políticos, jurídicos e o senso comum, naquilo que se constitui como um hipotético sistema punitivo a determinados segmentos específicos da sociedade, com destaque para aqueles que têm a mulher negra como foco e agente prejudicada.

Propõe-se estudar a transformação histórica dos métodos que produzem a subalternização dessa personagem com uma tecnologia política do corpo em que se pode ler a história comum das relações de poder e das relações de objeto (FOUCAULT, 2014) sobre a vida das mulheres negras, sobretudo as que acumulam outras características como a pobreza e que são residentes nas periferias das grandes cidades.

Recorro como suporte da reflexão um determinado contexto histórico e recorte geográfico, à luz de Michel Foucault que possibilita desbravar o cotidiano ao qual minha análise está circunscrita.

Devido à profundidade do tema e a ocorrência em extensão territorial inexata, a temática será analisada a partir das implicações e dos controles sociais punitivos dentro de um espaço delimitado que remete aos meandros urbanos nos limites da cidade de São Paulo, na região sudeste do país, maior Estado da Federação Brasileira em população e acúmulo econômico.

A escolha desse território decorre de minha vivência pessoal e familiar, cuja experiência projeta as ocorrências similares de conhecimento próximo e imediato, de relatos por terceiros e do registro bibliográfico dessas manifestações cidadinas.

O fenômeno gera interesse por apresentar necessidade recorrente de atualização, análises parametrizadas em constante mutação e por possibilitar a inferência de que a ocorrência dos fatos de subalternização da mulher negra, pobre e residente longe dos centros de prosperidade econômica é um resultado perverso da convivência em quaisquer regiões sociais, não são próprios de uma única região, e sim produto das verdades generalizadas em meio às institucionalizações do senso comum.

O percurso de análise que proponho para atingir o objetivo é no primeiro capítulo discorrer sobre os mecanismos de poder que identificamos nas diversas narrativas históricas da sociedade humana. Elementos estes que condicionam e permeiam a construção do pensamento acadêmico aqui exposto.

Para capturar o sentido que pretendo imprimir, é necessário descrever, contextualizar e atribuir os valores expressos nessas configurações e conceitos de poder para aplicar na análise evolutiva sobre a negritude feminina, aqui imersa em uma perspectiva foucaultiana, cuja punição aparece como função social complexa.

O segundo capítulo, portanto, tem como proposta estabelecer uma base consistente sobre esse apanágio de poder e solidificação dos fundamentos filosóficos de referência que possibilitarão a discussão dos demais capítulos.

O capítulo terceiro tem como intencionalidade a análise sob a perspectiva de raça e gênero de modo a descrever a construção da mulher negra na sociedade brasileira contemporânea, a fim de identificar o grau de vulnerabilidade do ser dessa persona no meio social, devido à violência de uma construção histórica racista e sexista.

Por fim, no capítulo quarto expõe a reexistência da mulher negra a guisa de concluir que as relações de poder possibilitam atos de resistência. O conceito de reexistência é elaborado em um neologismo que sugere uma nova vida, uma superação operada pelas condições de subjetividade da persona estudada, corroborada pelo Estado de Direito constituído da sociedade brasileira atual e das conquistas advindas nas lutas das últimas décadas pelas causas de gênero em consonância com os esforços despendidos nos aspectos jurídicos, econômicos e sociais.

Reitero a importância dos movimentos sociais para o desvelamento e a consciência política sobre identidade de raça, gênero e corte econômico pela personagem feminina como meio de desvencilhar-se da lógica iníqua de uma microfísica do poder, de aparelhos e instituições que historicamente instalaram punições de modo institucionalizado, que têm como consequência uma série de violências causadas pelos dogmas de gênero e raça.

Por fim, trago as considerações finais com o objetivo de ressaltar que as relações de poder, seus efeitos e a produção de verdades institucionalizadas, trazem-me diariamente seu confronto e enfrentamento por ser eu própria negra, intelectual emergente no trânsito da mobilidade social que a qualificação acadêmica perfaz, com percursos e situações de vulnerabilidades em fase de superação, residente na periferia da cidade de São Paulo, de origem familiar do nordeste do país, na disputa diária com o corpo social que obedece à lógica usual e naturalizada de uma improvável subalternidade que minhas convicções me fazem negar preempitoriamente.

CAPÍTULO I

MECANISMOS DE PODER

O Poder enquanto categoria é abordado pelas mais diversas áreas do conhecimento. A FILOSOFIA ao longo da história efervesceu longas discussões para entender as manifestações de poder. A partir de então, surgiram teorias e conceitos dos mais diversos tipos, afirmando ou repudiando o *poder* que por algum tempo também esteve atrelado ao Estado. (grifo nosso)

Os autores, que se propuseram a discutir o poder, pensaram as maneiras de manifestação segundo o tempo e espaço que estavam inseridos. Definiram conceitos a partir de influências religiosas, culturais, econômicas e jurídicas que sempre tiveram relevância na história da humanidade.

Posto que na história da civilização o *poder* é uma forma evidente de prevalectimento, domínio e comando, cabe um estudo sobre sua manifestação segundo os diversos ângulos e culminando na referência seminal de minha análise, a saber os conceitos formulados por Michel Foucault (1926-1984), a partir de um recorte econômico, de raça e de gênero. (grifo nosso)

Neste capítulo será abordado um panorama histórico a partir de autores clássicos até a sociedade atual contemporânea. Eles tratam sobre os mecanismos de poder que governaram e governam a comunidade humana a fim de contextualizar e especificar o espectro conceitual com o qual desejo iluminar minha análise ao objeto de pesquisa selecionado. Buscaremos apresentar as relações destas teorias com as elaborações principais do marco teórico (Foucault) essencial, sobretudo aquelas que remetem ao sentido de punições institucionalizadas e outras manifestações do micro poder, sempre quando houver possibilidade de realização deste diálogo.

1.1 Definição de Poder e Estado

O termo *Poder* sofreu grandes transformações ao longo da história, o que torna impossível defini-lo segundo uma única perspectiva. Ainda que seja considerado como um dos conceitos mais importante para o estudo da construção social e seus desdobramentos, alguns estudos nos apresentam o poder como um conceito binário. (grifo nosso)

A definição desse termo nos ajuda a dar atenção ao fenômeno do poder e a fugir do senso comum e simplista. As infinitas variações tornam difícil chegar-se em uma única definição, mas é possível e conveniente apontar duas características gerais, úteis para que se chegue a uma noção mais ou menos precisa.¹

Sendo assim, segundo a Teoria Geral do Estado, podemos considerar o poder sob dois aspectos: ou como relação, quando se procede o isolamento artificial de um fenômeno, para efeito de análise, verificando-se qual a posição dos que nele intervêm; ou como processo, quando se estuda a dinâmica do poder.²

O *Estado*, enquanto conceito, também sofreu alterações. No senso comum é um conceito bastante falado e pouco entendido. Portanto, faz-se necessário compreender, na medida do possível, seu significado e suas implicações. (grifo nosso)

A palavra Estado, do Latim: *status*= estar firme, tem como significado situações de convivência ligada à sociedade política. Sua aparição ganhou força, em *O Príncipe*, de Maquiavel³, escrito em 1513. Alguns autores defendem a teoria de que o Estado só tem “vigor” a partir do séc. XVI. Porém, aqui vamos aplicar a definição de Estado segundo a afirmação de alguns autores: a sociedade ora denominada de Estado é, na sua essência, igual a que existiu anteriormente, embora com nomes diversos, dá essa designação a todas as sociedades políticas que, com autoridade superior, fixaram as regras de convivência de seus membros.⁴ (grifo nosso)

Após a definição dos dois conceitos que usaremos neste capítulo, iremos a partir de cada época em específico, como à luz de autores clássicos, definir a passagem histórica, política, social e jurídica do poder e estado.

1 DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 1995, p.29

2 Idb., p. 29

3 MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Tradução: Antonio Caruccio-Caporale. São Paulo: L&PM 2011.

4 DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 1995, p.43.

1.1.1 O poder e o estado grego na antiguidade

Sob um olhar filosófico podemos entender que o Ocidente teve uma grande influência de dois grandes filósofos da Antiguidade, Platão (*A República*) e Aristóteles (*Política*), que abordaram em suas obras de cunho político, conceitos e teorias sobre poder e estado.

Platão (428/427-347 A.C) teve seu primeiro contato político em 404/403 A.C, quando a aristocracia assumiu o poder e dois de seus familiares tiveram grande participação no governo oligárquico. A partir disso, seguiu uma trajetória filosófica em que teve contato com os mais diversos pensadores que contribuíram com sua formação.

Em sua obra *A República*⁵, Platão expõe suas ideias políticas, filosóficas, estéticas e jurídicas ao idealizar um Estado perfeito, o qual deve dar um suporte especial à formação dos “guardiões” responsáveis pela defesa da cidade. (grifo nosso)

Segundo Platão, para a construção de uma Cidade Ideal é preciso conhecer o homem e o seu lugar no universo. Giovanni Reale⁶, um grande comendador, escreve segundo Platão, que um Estado nasce porque cada um de nós não é “autárquico”, ou seja, não se basta em si mesmo, logo tem a necessidade dos serviços de outros homens. Aqui o Estado aparece como uma formação coletiva imprescindível, cuja organização supõe que todos os homens exerçam trabalhos adaptados à sua natureza.

A cidade é composta por três categorias. Uma composta por lavradores, artesãos e comerciantes, outra composta por guardas e uma que se refere aos governantes da cidade. Para Platão, as classes sociais do Estado contam com a educação perfeita: a primeira categoria não necessita de educação especial, pois suas tarefas são da ordem prática; a segunda categoria conta com uma educação clássica, ginásio-musical, que tem como objetivo potencializar a parte da alma da qual deriva a coragem e a fortaleza; a terceira categoria, conta com a educação perfeita de modo que o aprendizado da filosofia consiste em levá-lo ao conhecimento e à contemplação do bem, conduzindo-o ao conhecimento máximo.⁷

A soberania compete ao homem de Estado ou à lei. No Estado real, onde os homens que governam a cidade não são capazes de governar

5 PLATÃO. *A República*. Tradução: Heloisa da Graça Burati. São Paulo: Rideel.

6 REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Paulus, 1990, p. 162.

7 REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Paulus, 1990, p. 165.

com “virtude e sabedoria”, a soberania se exerce a partir da lei, ou seja, o estado necessariamente conta com a elaboração de constituição escrita.

Sobre Platão, ao que cabe aqui, podemos compreender que a cidade conta com o estado e o poder apenas como garantia da Cidade Ideal, enquanto o Estado Real exerce sua soberania por meio das leis.

Aristóteles (384/383/322 A.C) entende que o bem do indivíduo é da mesma natureza que o bem da cidade. Segundo o autor, todos devem participar da administração da cidade por meio de assembleias e atividades que dizem respeito à política. A constituição cumpre o papel de autoridade soberana, como poder máximo. O filósofo defende a teoria de que deve-se encontrar um meio caminho entre a oligarquia e a democracia. Cabe ressaltar, que o pensamento aristotélico pode levar justificação à escravidão, já que para o filósofo, os escravos são por sua natureza, ou seja, alguns homens nasceram para submeter-se à autoridade de outrem.⁸

A virtude, o bem da alma, aparece tanto em Platão quanto em Aristóteles, quando se diz respeito ao Estado Ideal. Ambos pensaram a construção de uma cidade a partir da contemplação as coisas belas.

Segundo a Teoria Geral do Estado (DALLARI, 1995), através de uma síntese, podemos entender o Estado Grego:

No estado Grego o indivíduo tem uma posição peculiar. Há uma elite, que compõe a classe política, com intensa participação nas decisões do Estado, a respeito dos assuntos de caráter público. Entretanto, nas relações de caráter privado a autonomia da vontade individual é bastante restrita. Assim pois, mesmo quando o governo era tido como democrático, isto significava que uma faixa restrita da população - o cidadão - é que participativa das decisões políticas, o que também influiu para a manutenção das características de cidade-Estado, pois a ampliação excessiva tornaria inviável a manutenção do controle por um pequeno número. (DALLARI, 1995, p. 54).

Podemos concluir que a tradição grega, a partir de Platão e Aristóteles, entende o poder e o estado, como modos de garantir uma Cidade Ideal, cujo bem coletivo é a finalidade. Ambos os filósofos viam os homens como animais políticos, ou seja, necessitam uns dos outros. A partir disto, surge o conceito de cidade que deve ser compreendido como um Estado ideal onde os cidadãos exercem suas devidas atividades e a lei opera de modo a garantir uma ordem.

8 Idb., p. 208.

1.1.2 O poder e o estado medieval

A Idade Medieval é um período histórico que requer atenção, devido ao tempo de duração (séc. V ao séc. XV). A produção escrita é bastante extensa, o que torna difícil elencar um filósofo, porém, a Era Medieval tem características bastante gerais sob a perspectiva do poder e estado. A partir de Dallari, em Elementos da Teoria Geral do Estado, propomos uma reflexão em forma de síntese.

Asociedade política Medieval tem três grandes marcos: o cristianismo, as invasões dos bárbaros e o feudalismo. Esses marcos permitem mudanças sob as estruturas das relações humanas. O cristianismo rompe com a tradição grega, garantindo uma universalidade, baseada na ideia de que todos os homens são iguais. Surge a necessidade de uma unidade política: a Igreja é o ambiente em que todos os cristãos são integrados sob uma única religiosidade, professam os mesmos princípios e as mesmas normas de comportamento, seja público ou particular. A Igreja, enquanto unidade política estimula a afirmação do Império como unidade política, pensando em um Império da Cristandade. A Igreja, assim como o Império, apresentam-se como monopólios de poder, pois trazem sob suas abordagens a essência de Deus, do mundo e do homem. O cristianismo aparece como uma religião, porém o impacto na história humana, é também social, contudo, não cabem julgamentos morais aqui.

As invasões dos bárbaros possuem relevância sob o conceito de poder e estado, pois as guerras armadas pelo território do Império Romano, originou transformações em povos, que devido à invasão tinham que se afirmar na condição de unidades políticas independentes, resultando em aparições numerosas de Estados. Nesse momento histórico existe uma certa dualidade, portanto torna-se complexo. Em alguns relatos e textos, a Igreja aparece como uma forte aliança as invasões dos bárbaros, em algumas ocasiões os povos cristãos celebravam a chegada dos bárbaros.

O feudalismo, por sua vez, constituiu-se a partir da dificuldade do desenvolvimento do comércio que as invasões dos bárbaros e a Igreja propiciaram devido às guerras internas (O Império e a Igreja) e as grandes invasões. Nesse ponto, o poder acaba por se concentrar nas terras, como meio de subsistência, ou seja, toda vida social passa a depender da propriedade ou da posse de terra, desenvolvendo-se um sistema administrativo e uma organização militar estreitamente ligados à situação patrimonial⁹.

9 DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 1995, p.58

Esses três fatores (o cristianismo, as invasões dos bárbaros e o feudalismo) são o suporte do poder e estado na Era Medieval. Conforme afirma Dallari:

[...] resulta a caracterização do Estado Medieval, mais como aspiração do que como realidade: um poder superior, exercício do Imperador, com uma infinita pluralidade de poderes menores, sem hierarquia definida; uma incontável multiplicidade de ordens jurídicas, compreendendo a ordem imperial, a ordem eclesiástica, o direito da monarquias inferiores, um direito comunal que se desenvolveu extraordinariamente, as ordenações dos feudos e as regras estabelecidas no fim da Idade Média pelas corporações de ofícios. Esses quadros, como é fácil de compreender, era causa e consequência de uma permanente instabilidade política, econômica e social, gerando uma intensa necessidade de ordem e autoridade, que seria o germe de criação do Estado Moderno. (DALLARI, 1995, p. 58).

Podemos então concluir, que o poder na Idade Medieval aparece como exercício soberano, ora através do Império, ora pela Igreja, ou ainda sob o modo de vida baseado no feudalismo. A religião, que tem como sua essência a manifestação de divindade, ganha força nesse período histórico. Deus tem três grandes características: onipresença, onipotência e onisciência. Diferentemente da Antiguidade, em que os Mitos e o Cosmos tinham a função de explicar a ordem natural do mundo. Com essa mudança histórica, a Igreja ganha a função de explicar e ditar modos de convivência. O Estado, por sua vez, passa a ter diversos significados, e vários modos de organização que somente no Estado Moderno entenderemos sua delimitação.

1.1.3 O poder e o estado na modernidade

O Poder e o Estado moderno têm como base os sistemas políticos construídos na Idade Medieval. Vários filósofos se dedicaram a descrever as estruturas e relações sociais. Aqui iremos delimitar, por meio da filosofia política, dois autores clássicos, Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel. Ambos tiveram grande importância para construção histórica, política e jurídica na modernidade e suas influências na sociedade contemporânea.

Thomas Hobbes (1588/1679), em sua obra *O Leviatã*¹⁰, expõe sua

teoria sobre a construção da sociedade e do Estado. Hobbes rompe com a tradição aristotélica, afirmando que cada homem é diferente de outro homem, eliminando a hipótese de *animal político*.¹¹

A obra *O Leviatã*, escrita por Thomas Hobbes, sugere que a natureza política deriva de um contexto de natureza humana. A estruturação de uma teoria política como um geômetra, pois, o modelo de humanidade deve ser buscado em si.

Logo, entende-se, que os homens naturalmente são iguais e todos possuem o desejo crescente de poder que só termina com a morte. E ainda que o estado de natureza é o estado que vive o homem antes de seu estado social. Sendo que no estado natural, as paixões e competições são naturais e o altruísmo não. Hobbes afirma:

Dado que a condição do homem é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo neste caso cada um governado por sua própria razão, e não havendo nada, de que possa lançar mão, que não possa servir-lhe de ajuda para a preservação de sua vida contra seus inimigos, segue-se daqui que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros. Portanto, enquanto perdurar este direito de cada homem a todas as coisas, não poderá haver segurança de viver todo o tempo que geralmente a natureza permite os homens viver. (Hobbes, *Leviatã*, cap. XIV).

Segundo a citação acima dada por Hobbes, podemos dizer que a natureza criou os homens todos iguais nas faculdades e no espírito. Porém, o fato de os homens desejarem a mesma coisa e não poder desfrutá-las igualmente, acabam se transformando em inimigos, a fim de subjugar ou eliminar uns aos outros. Ainda que todos tenham direito a tudo igualmente.

A guerra de todos os homens contra todos se expressa por um período que existe a vontade de guerrear: a natureza da guerra. Essa luta não aparece na vida real, mas, a disposição para ela (luta) o tempo todo. Ainda que a razão sugere adequadas normas de paz que podem ser alcançadas pelo homem através do mútuo acordo, através das leis da natureza.

A lei da natureza refere-se à norma ou regra geral estabelecida pela razão a qual proíbe o ser humano agir de forma a destruir sua vida, privá-la ou fazê-la omitir os meios necessários à sua preservação. E aqui a lei fundamental é a ordenação para que os homens procurem a paz.

11 Giovanni Reale e Dario Antiseri, expõe a teoria de Aristóteles, que afirma que os homens são animais políticos, pois vivem em uma sociedade politicamente organizada. (REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Paulus, 1990, p. 208).

A partir disso, podemos concluir, segundo Hobbes, que por natureza os homens desejam o poder cada vez mais, ainda que precisem destruir o outro. Acrescenta-se que em um Estado alguns homens são capazes de renunciar o direito, que diz sobre privar-se de liberdade, dando a outro o direito que lhe cabe. E ainda sobre o contrato, o qual designa a transferência mútua de direitos. Em poucas palavras, os homens sedentos de poder, agindo segundo a sua própria natureza, priorizam as paixões individuais, quando deveriam priorizar necessidades coletivas, para um bom ordenamento político.

Nicolau Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*¹², formula estratégias de como um governante deve agir para conquistar e se manter no poder. Segundo Maquiavel, a natureza humana é uma inevitável desordem. O autor considera o ser humano ingrato, simulador, covarde, volúvel, ávido por lucro. Logo, o desdobramento desta condição só pode ser o conflito. Ora, seguindo esse raciocínio, o poder nasce da malignidade. Para que o príncipe possa chegar ao poder, é preciso certa habilidade, ou seja, o poder aqui é virtude. (Grifo nosso)

Percebe-se aqui uma das maiores viradas sob o ponto de vista do estado e poder. A virada é caracterizada após a Era Medieval em que o poder provinha de Deus, como citei anteriormente. Na sociedade moderna o poder não deriva da relação divina.

Neste momento o príncipe deveria ser um agente de transição. Quando alcançasse o poder teria o dever de canalizar a virtude para uma única instituição, a República.

Segundo Maquiavel, para o príncipe se manter no poder é preciso conquistar a amizade e o apoio dos cidadãos e, consequentemente destruir e devastar completamente o seu adversário. A tarefa principal aqui aparece em acabar com a memória de uma liberdade já obtida, gerar desagregação e desavença. Essa é a melhor forma de controlar o povo, pois os homens são propensos a obedecer.

Desse modo, o príncipe na República necessariamente precisa passar para o povo confiança, mas mesmo assim não importa o que se faça a natureza humana é ingrata e sempre existirá conflito entre a República e o Povo.

A tese tradicional de política proposta por Maquiavel consiste em ter habilidade em se manter no poder. Essa deriva-se de três modos: a primeira é devastá-lo e arruiná-lo; a segunda é morar nele; e a terceira é conservar poucos amigos que exerçam o poder para ele. Assim se constitui a tese tradicional de política maquiavélica.

12 MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução: Antonio Caruccio-Caporale. São Paulo: L&PM, 2011.

Dallari, em Elementos de Teoria Geral do Estado afirma:

Em face dessa variedade de posições, sem descer aos pormenores de cada teoria, vamos proceder à análise de quatro notas características - a soberania, o território, o povo e a finalidade - cuja síntese nos conduzirá a um conceito de Estado que nos parece realista, porque considera todas as peculiaridades verificáveis no plano da realidade social. Evidentemente, a noção de ordem jurídica já se acha implícita, uma vez que se vai analisar determinada sociedade e todas as sociedades são ordens jurídicas. Quanto à finalidade, que também poderia parecer implícita na qualificação preliminar de sociedade política, o problema é diferente, uma vez que, como procuraremos demonstrar, há uma finalidade própria do Estado, que não deixa de ser política, mas que apresenta certas peculiaridades. (DALLARI, 1995, p. 58).

Podemos concluir então, que o Estado Moderno, a partir das construções políticas da Idade Medieval, sofreu uma grande transformação. A soberania se exerce a partir do poder do Império, nesse momento a Igreja não exerce a mesma função que exercia na Era Medieval.

Importante ressaltar que o poder está totalmente atrelado ao estado e consequentemente aos homens, homens que estão em posição de soberania.

1.2 Sociedade contemporânea segundo Michel Foucault

“Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção de verdade.”¹³

Até o presente momento, nos concentramos em demonstrar de maneira sintética as mudanças históricas, políticas e jurídicas sob os conceitos de poder e estado. Para falar da sociedade contemporânea iremos nos concentrar, nas obras de Michel Foucault, que possibilitará base para discutir o objetivo geral deste trabalho.

Michel Foucault (1926-1984), em sua obra *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*¹⁴ aborda a evolução histórica da legislação penal

13 FOUCAULT, Michel, 1926-1984. Microfísica do Poder. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

14 FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel

e os respectivos métodos e meios coercitivos e punitivos adotados pelo poder público na repressão da delinquência, desde os séculos passados até as modernas instituições correccionais. (Grifo nosso)

Essa obra tornou-se referência para entender os mecanismos de poder da sociedade contemporânea. Iremos nos concentrar sob esse texto para definir os principais conceitos dessa obra.

1.2.1 Suplício

“O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento.”¹⁵

O contexto histórico sobre os mecanismos de poder, por Michel Foucault, se constitui em multiplicidade. Os suplícios tinham como objetivo condenar os corpos. “O suplício é uma técnica e não deve ser equiparada aos extremos de uma raiva sem lei.” (FOUCAULT, 2014, p.36). A ostentação dos suplícios, como prática cotidiana de penalidade no séc. XVI e XVII gerou um grande arsenal de horrores.

[...] o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco com seu triunfo. O próprio excesso das violências cometida é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo de acessório e vergonhoso, mas é o próprio cerimonial da justiça que manifesta em sua força. Por isso sem dúvida é que os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira das estradas. A justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível. (FOUCAULT 2014, p.37).

O corpo, aqui aparece como principal alvo na cerimônia judicial, que busca trazer à luz a verdade do crime. Podemos afirmar que o judiciário detinha o poder em relação a verdade do crime de um possível acusado “Diante da justiça do soberano todas vozes devem-se calar.” (FOUCAULT, 2014, p.39). Neste período aparece com nitidez que a técnica usada (suplício) tinha a função de expor uma verdade. Devemos então admitir que os suplícios se investem em toda economia do poder.

O interrogatório e a confissão aparecem no sistema judiciário como função de suplício de verdade e conseqüentemente a necessidade da informação penal escrita. Foucault afirma:

Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2014.

15 Idem, p. 37.

[...] a única maneira para que esse procedimento perca tudo o que tem autoridade unívoca, e se torne efetivamente uma vitória conseguida sobre o acusado, a única maneira para que a verdade exerça to o seu poder, é que o criminoso tome sobre si o próprio crime e ele mesmo assinie o que sabia e obscuramente construído pela informação. (FOUCAULT. 2014, p.41).

O século XVI e XVII, com épocas clássicas da justiça criminal, se mantêm sobre essa lógica. O corpo é alvo, o suplício é aparente, todos devem testemunhá-lo e o interrogatório e a confissão permitem que a verdade seja transcrita. Perante a esse cenário, o fim do século XVII e começo do século XVIII, foi uma época marcada por inúmeros projetos de reformas, nova teoria da lei e do crime, nova justificativa moral e política do direito de punir, abolição das antigas ordenanças, supressão dos costumes, projeto ou redação de códigos modernos. Para a justiça penal, uma nova era.

Essa nova era, do século XVIII ao século XIX, levou ao sumiço do suplício, que originou as punições menos físicas, a um arranjo de sofrimento mais sutil e despojado de ostentações. E, concretamente desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal.

Estamos muito longe daqueles relatos que detalhavam a vida e as más ações do criminoso, que o faziam confessar ele mesmo seus crimes e que contavam com minúcias o suplício sofrido: passou-se da exposição dos fatos ou da confissão ao lento processo da descoberta; do momento do suplício à fase do inquérito; do confronto físico com o poder à luta intelectual entre o criminoso e o inquisidor. Não são simplesmente os folhetins que desaparecem ao nascer a literatura policial; é a glória do malfeitor rústico, e é a sombria heroização pelo suplício. O homem do povo agora é simples demais para ser protagonista das verdades sutis. Nesse novo gênero, não há mais heróis populares nem grandes execuções; os criminosos são maus, mas inteligentes; e se há punição, não há sofrimento. (FOUCAULT, 2014, p. 69).

Ao que nos interessa aqui, o conceito de suplício em Michel Foucault, possibilita pensar dentro do recorte deste trabalho, o qual irá aplicar sobre um estudo de caso, como mulheres negras, pobres e periféricas, ainda são marcas institucionalmente por esses aparatos judiciários e históricos. Em *Vigiar e Punir*¹⁶ vemos que o surgimento

do suplício aparece como meio de produção de verdade, mas, ao desaparecer um outro mecanismo ocupa seu lugar. Esse mecanismo é a punição. (grifo nosso)

1.2.2 Punição

“Na punição analógica, o poder que pune se esconde.”¹⁷

No século XVIII e XIX, dentro e fora do sistema judiciário, nas práticas penais cotidianas, surge uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar. A reforma formulada nas teorias de direito é a retomada política ou filosófica dessa estratégia. O objetivo era tornar a regular a função da punição e da repressão à sociedade. O sentido não é punir menos, mas punir melhor, já que o suplício se tornou intolerável. Aparece então, a tentativa de inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir.

Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro com um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua “humanidade”. Chegará o dia, no século XIX, em que esse “homem”, descoberto no criminoso, se tornará alvo de intervenção penal, o objeto que ela pretende corrigir e transformar, o domínio de uma série de ciências e de práticas estranhas - “penitenciárias”, “criminológicas”. Mas, nessa época das Luzes, não é como tema de um saber positivo que o homem é posto como objeção contra a barbárie dos suplícios, mas como limite de direito, como fronteira legítima do poder de punir. (FOUCAULT, 2014, p.74).

Nesse período notamos uma série de paradoxos, pois nas regiões que estavam em um contexto social de maior vulnerabilidade as pessoas eram severamente punidas. A ilegalidade de alguns que vinham de determinados grupos se tornava um ódio particular. Então no século XVIII abriu-se uma crise de ilegalidade popular.

Ora de um consentimento mudo do poder, de uma negligência ou simplesmente da impossibilidade

Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

17 Idb., p. 103.

efetiva de impor a lei e reprimir os infratores. As camadas mais desfavorecidas da população não tinham privilégios, em princípio, mas, gozavam no que lhes impunham as leis e os costumes, de margens de tolerância, conquistadas pela força ou pela obstinação; e essas margens eram para elas condição tão indispensável da existência que muitas vezes estavam prontas a se sublevar para defendê-las; as tentativas periodicamente feitas para reduzi-las, alegando velhas regras ou subutilizando os processos de repressão provocam sempre agitações populares, do mesmo modo que as tentativas para reduzir certos privilégios agitavam a nobreza, o clero e a burguesia. (FOUCAULT, 2014, p.82).

Bastante característico a respeito dessa marca, foi o problema da delinquência no campo já no fim do século XVIII. A propriedade de terra era o grande gerador de conflito entre os proprietários de terra e a população campestre, e começou a provocar uma série de reações em cadeia cada vez mais ilegais, ou ainda, cada vez mais criminosas.

A ilegalidade dos direitos, que muitas vezes assegurava a sobrevivência dos mais despojados, tende, com o novo estatuto da propriedade, a se tornar uma ilegalidade de bens. Será então necessário puni-la. [...] A maneira pela qual a riqueza tende a investir, segundo escalas quantitativas totalmente novas, nas mercadorias e a máquinas supõe uma intolerância sistemática e aramada à ilegalidade. (FOUCAULT, 2014, p. 84).

A transformação nesse período pode ser caracterizada pela sociedade capitalista, a qual coloca tudo à venda, e o roubo passa ser uma das manobras dos mais desfavorecidos por esse sistema. Enquanto a delinquência e a criminalidade aumentam para os mais pobres, a burguesia se fortalece em um campo fecundo da ilegalidade de direitos.

Afirma-se a necessidade de se desfazer da antiga economia do poder de punir que tinha como princípios a multiplicidade confusa e lacunosa das instâncias, uma repartição e uma concentração de poder correlatas a uma inércia de fato e uma inevitável tolerância, castigos ostensivos em suas manifestações e incertos em sua aplicação. Afirma-se a necessidade de definir uma estratégia e técnicas de punição em que uma economia da continuidade e da permanência substituirá a da despesa e do excesso. Em suma, a reforma penal nasceu no ponto de junção entre a luta contra o su-

perpoder do soberano e a luta contra o infrapoder das ilegalidades conquistadas e toleradas. (FOUCAULT, 2014, p.86-87).

A questão sobre as punições, em Foucault, está ligada ao poder de punir. Em seu livro¹⁸ descreve vários casos que ocorre essa passagem significativa do sumiço dos suplícios e o surgimento da penalidade. Ao que cabe a esse trabalho, é importante compreender a função e a entrada histórica desses mecanismos de poder. Podemos então concluir: (grifo nosso)

Em todo caso, pode-se dizer que os encontramos no fim do século XVIII diante de três maneiras de organizar o poder de punir. A primeira é a que ainda estava funcionando e se apoiava no velho direito monárquico. As outras se referem, ambas, a uma concepção preventiva, utilitária, corretiva de um direito de punir que pertenceria à sociedade inteira; mas são muito diferentes entre si, no nível dos dispositivos que esboçam. Esquemmatizando muito, poderíamos dizer que, rio direito monárquico, a punição cerimonial de soberania; ela utiliza as marcas rituais da vingança que aplica sobre o corpo do condenado; e se estende sob os olhos dos espectadores um efeito de terror ainda mais intenso por ser descontínuo, irregular e sempre acima de suas próprias leis, a presença física do soberano e de seu poder. (...). Enfim, no projeto de instituição carcerária que se elabora, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo - não sinais - com os traços que deixa, sob a forma de hábitos, no comportamento; e ela supõe a implantação de um poder específico de gestão da pena. (FOUCAULT, 2014, p. 129-130).

Sobre este período histórico, *Angela Davis* (2016)¹⁹, já dentro de um recorte sobre a perspectiva de *raça e gênero*²⁰, descreve o sistema escravista, que definia o povo negro como uma propriedade. Homens negros e Mulheres negras eram sinônimos de mão de obra e força bruta. Ambos sofreram severamente as penalidades do açoite, mas as mulheres sofriam também o abuso sexual e os maus tratos que só podiam ser aplicados a elas. (grifo nosso)

18 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhe. 42. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

19 DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016..

20 O conceito de raça e gênero será especificado nos próximos capítulos.

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também esturpadas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 20).

A punição é um dos maiores símbolos do sistema escravista, sobretudo para as mulheres negras, marcadas pela labuta, sob o chicote de seus senhores; por cuidarem da família, que na maioria das vezes era matriarcal; e ainda foram esturpadas e espancadas.

Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual - em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher. (DAVIS, 2016, p. 41).

Podemos concluir que, segundo Michel Foucault (2014) e Angela Davis (2016), as punições ora sofridas pelo encarcerados, ora por uma parcela da população (escravas e escravos), exerciam técnicas de modo muito parecido sobre pessoas que eram marginalizadas. A punição esconde-se no corpo social e garante segurança à parte da população que não é atingida.

1.2.3 Disciplina

“A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, ‘corpos dóceis’”²¹.

Michel Foucault traz à luz outro mecanismo de poder. Seu intento é expor como o poder institucional e uma produção de discursos pode gerar adestramento do corpo social através da disciplina. No século

21 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhet. 42. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014, p. 135.

XVII e XVIII, aparecem muitos modelos de dominação pela disciplina, o corpo é de novo, o alvo.

Vejam, quando falamos de disciplina no senso comum, parece que estamos falando sobre a apropriação dos corpos, mas essa, necessariamente, conta com os suplícios e punições. A disciplina que Michel Foucault propõe é uma técnica sobre a arte do corpo humano.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

O adestramento e a disciplina exercem um duplo objetivo: econômico e político. Assim, se reduzem os homens a força de trabalho o que dispõe uma utilidade econômica máxima e diminui sua capacidade de resistência, luta, insurreição contra as ordens do poder, os tornam homens politicamente dóceis.

Foucault, ao prosseguir com suas pesquisas, nota um problema único sobre o poder em relação aos indivíduos enclausurados. O poder incidia sobre seus corpos e se valia de uma tecnologia própria de controle. Ainda que essa tecnologia não seja unicamente utilizada nas prisões, mas também encontra-se em outras instituições como hospital, escola, fábrica e etc., foi chamada de *panoptismo*²². Esse poder específico sobre disciplina ou poder disciplinar, que Foucault intitulou assim. (grifo nosso)

Para o autor, devemos realizar uma observação minuciosa sobre todo um conjunto de técnicas que a disciplina exerce. Iremos transcrever²³ de maneira sintética o que cada tática tem como finalidade. Vejamos:

22 O panoptismo funciona como um olhar invisível, pois tudo é permanentemente sem ser visto. O vigiado não tem conhecimento do poder ao olhar de quem vigia. A pretensão aqui, é condicionar o corpo segundo um olhar. FOUCAULT, Michel, (1926-1984). *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 337.

23 Transcrevi de maneira sintética, o que Foucault escreveu na terceira parte do livro. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhe. 42. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

a) A arte das distribuições

1. A *cerca* é um local heterogêneo a todos os outros e fechado a si mesmo. Esse local reserva uma monotonia disciplinar. Os colégios, quartéis e fábricas são bons exemplos.

2. *Clausura* refere-se a um espaço que tem como princípio a organização, logo apresenta-se do modo mais flexível. Funciona como uma tática de controle; é imprevisível saber onde encontrar indivíduos, é poder vigiar a cada instante. Nessa tática são evitados aglomerações e encontros em grupos. Cria-se a necessidade de solidão, portanto “a disciplina organiza um espaço analítico.” (FOUCAULT, 2014 p. 142). (grifo nosso)

3. *Localizações funcionais* nas instituições disciplinares: cria-se um espaço codificado que não serve somente para vigiar, mas também para criar um espaço útil. Aparecem como características o vigor, a rapidez, a habilidade e a constância, criando corpos singulares a todos que estão submersos a esses espaços. Em uma fábrica facilmente identifica-se nos operários essa prática disciplinar. “As repartições do espaço disciplinar muitas vezes efetuam uma e outra.” (FOUCAULT, 2014, p. 143). (grifo nosso)

4. A *fila* um espaço/lugar que o indivíduo ocupa numa classificação. A fila existe para determinar uma ordem, estabelecer a organização dos corpos. “Movimento perpétuo onde indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados.” (FOUCAULT, 2014 p. 144). (grifo nosso)

b) O controle das atividades

1. O *horário* possui três grandes processos - estabelecer as censuras, obrigar as ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição. É uma velha herança que se alastra para as instituições, com intuito de controlar. “A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar.” (FOUCAULT, 2014, p. 148). (grifo nosso)

2. A *elaboração temporal* do ato: trata-se de um conjunto de obrigações que é imposto na decomposição dos gestos e movimentos e apresenta-se como um modo de ajustar o corpo a imperativos corporais. Está diretamente ligado ao horário, o qual define um ritmo coletivo e obrigatório e, em cada movimento determina-se uma direção, uma amplitude, uma duração. “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder.” (FOUCAULT, 2014, p. 149). (grifo nosso)

3. *Donde o corpo e o gesto em correlação*: é a tática que impõe a melhor relação entre gesto e atitude global do corpo, pois estabelece eficácia e rapidez em sua condição. Somente um corpo bem treinado é capaz de se obter uma boa utilização do tempo. “Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, 2014, p. 150). (grifo nosso)

4. *A articulação corpo-objeto*: estabelece-se a partir da articulação do indivíduo com o objeto que manipula. A disciplina, o poder, induzem a relação entre instrumento e corpo. Exemplos dessa aplicação são corpo - arma, corpo - máquina, e assim sucessivamente. “A disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter como o objeto que manipula.” (FOUCAULT, 2014, p. 150). (grifo nosso)

5. *A utilização exaustiva* também tem o horário como formador. O tempo deve ser tido como inesgotável, não se deve perder tempo. Eis o princípio do erro moral e desonestidade econômica, portanto, conta com maior eficiência em um tempo menor. “(...) importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis.” (FOUCAULT, 2014, p. 151). (grifo nosso)

c) A organização das gêneses

1. *Dividir a duração em segmentos, sucessivos ou paralelos, dos quais cada um deve chegar a um termo específico*: a formação prática deve ser separada da teórica, os mais velhos devem ser separados dos mais novos. Pois cada um deve chegar a um termo específico, enfim, decompor o tempo em sequências separadas e ajustadas.²⁴ (grifo nosso)

2. *Organizar essas sequências segundo um tempo analítico*: é a combinação das sequências numa complexidade crescente com a sucessão de elementos o mais simples possível, que por si só resultará em um comportamento útil. “(...) supõe que a instrução abandone o princípio da repetição analógica.” (FOUCAULT, 2014, p. 155). (grifo nosso)

3. *Finalizar esses segmentos temporais*: resume-se na aplicação de três funções: indicar se o indivíduo atingiu o suposto nível, garantir se a aprendizagem está em conformidade com a dos demais e diferenciar a capacidade de cada indivíduo.²⁵ (grifo nosso)

4. *Estabelecer séries de séries*: propõe que cada indivíduo tem sua própria série temporal. Cada uma apresenta-se de modo singular, porém, esse mesmo indivíduo permanece preso numa série temporal,

24 Transcrevi de maneira sintética, o que Foucault escreveu na terceira parte do livro. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhe. 42. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014, p.155.

25 Idb., p. 155.

que define seu nível e sua categoria. Essa prática é bastante presente no processo pedagógico, o qual por meio de estágios delimitam o comportamento particular e coletivo. “(...) possibilidade de caracterizar, portanto, de utilizar os indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que percorrem.” (FOUCAULT, 2014, p. 157). (grifo nosso)

d) A composição das forças

1. *O corpo singular se torna um elemento* a partir de sua redução funcional. O corpo singular pode mover-se, colocar-se e articular-se com outros corpos, mas, um corpo disciplinado é “limitado”. “O corpo se constitui como peça de uma máquina multissegmentar.” (FOUCAULT, 2014, p. 162). (grifo nosso)

2. *Séries cronológicas* têm como objetivo formar um tempo composto. Todo o tempo deve ser ocupado seja de forma passiva ou ativa. “O tempo de uns deve ajustar ao tempo de outros de maneira que possa extrair a máxima quantidade de forças de cada um e combiná-la num resultado ótimo” (FOUCAULT, 2014, p. 162). (grifo nosso)

3. *Medida das forças - O treinamento* é a atividade que deve ser repartida e sustentada por injunções que repousam na brevidade e na clareza. O indivíduo disciplinado deve ser submetido sem que a ordem seja explicada ou formulada, contando com o treinamento que apresenta um mundo pequeno de sinais, que está ligado a respostas obrigatórias. “(...) o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente.” (FOUCAULT, 2014, p. 163). (grifo nosso)

Podemos então concluir, que a disciplina não é nem um aparelho, nem uma instituição, mas funciona como uma rede que atravessa sem limitar suas fronteiras. Logo, ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, que trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, fabrica um tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade industrial, capitalista.

1.2.4 Bom adestramento

“A disciplina ‘fabrica’ indivíduos.”²⁶

O bom adestramento aparece como outra técnica da disciplina, como uma arte do corpo. Michel Foucault descreve os instrumentos, que precisam ser simples para o sucesso do poder disciplinar. A disciplina realizada com excelência tem a função de adestrar multidões confusas, que por consequência produz corpos dóceis. As disciplinas, sobretudo, aumenta a força do corpo * em termos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).²⁷

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. (FOUCAULT, 2014 p. 135).

Vejamos a ordem que o autor disponibiliza os desdobramentos e definições do bom adestramento:

a) A vigilância hierárquica:

A vigilância diz respeito ao olhar do soberano sob o subordinado, aqui existe o jogo do olhar, em que técnicas são expressas e induzem à verdade. Na época clássica foram construídos observatórios, criaram, então, técnicas de vigilância múltiplas e entrecruzadas dos olhares que devem ver sem serem vistos.²⁸

Esses observatórios são modelos ideais de vigilância, pois neles, define-se a geometria do espaço, o número do que seria distribuído, a

26 FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 167.

27 Transcrição de maneira sintética, o que Foucault escreveu na terceira parte do livro. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014, p. 167.

28 Id., p. 168.

orientação de suas entradas, a disposição das filas; desenha-se a rede dos olhares que controlam uns aos outros.²⁹

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes “invenções” técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que traz consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. (...) O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. (FOUCAULT, 2014 p. 173-174).

O poder aqui se sustenta sob o olhar, o corpo não é mais alvo físico a ser punido, mas vira refém sob as leis da ótica e da mecânica que constituem um jogo de espaços.

b) A sanção normalizadora:

1. Um *pequeno mecanismo penal* apresenta-se como formas particulares de sanção, diz respeito, a uma série de processos sutis que vão desde o castigo físico leve a privações ligeiras, até pequenas humilhações. Logo, entende-se que o aparelho disciplinar tem como função de punir, mesmo que seja a mínima coisa, pois é desejável que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível - punidora.³⁰ (grifo nosso)

2. *Modelo reduzido do tribunal* apresenta-se como uma maneira específica de punir. Aqui a punição serve para tudo que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, todos os desvios. Os castigos disciplinares devem seguir uma ordem. Uma é a ordem artificial, a qual é colocada explicitamente por uma lei. A outra é definida pelos processos naturais e observáveis.³¹ “A punição em regime disciplinar comporta uma dupla referência jurídico - natural.” (FOUCAULT, 2014 p. 176). (grifo nosso)

3. *Corretivo* é nada mais nada menos que o castigo que aparece como um meio de reduzir os desvios. Os modelos disciplinares

29 Idb., p.168.

30 Transcrevi de maneira sintética, o que Foucault escreveu na terceira parte do livro. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014, p. 175.

31 Idb., p. 176

se mantém por uma ordem de técnicas e o efeito corretivo das punições disciplinares serve como acessório para expiação e para o arrependimento³². “Castigar é exercitar.” (FOUCAULT, 2014 p. 177). (grifo nosso)

4. *Gratificação - sanção* aparece como microeconomia de uma penalidade perpétua, que está sempre baseada entre boas ou más ações. Esse mecanismo binário permite avaliar os indivíduos a partir das verdades. A punição aparece como um elemento de um sistema duplo que permite certas operações características da penalidade disciplinar.³³ “(...) opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor.” (FOUCAULT, 2014 p. 178). (grifo nosso)

5. *Normaliza* sob o jogo de classificações, que permitem hierarquias e lugares, que por si só são capazes de recompensar ou punir. As classificações têm uma dupla função: a de castigar e recompensar, somente. A arte de punir, portanto, não se resume na repressão ou na expiação, mas elabora cinco operações bem distintas - relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto. Essa técnica que permeia as instituições têm a pretensão disciplinar, de normalizar. A norma aparece antes do século XVIII e vem para se unir a outros poderes obrigando-os a novas delimitações, como a Lei, a Palavra, o Texto, a Tradição.³⁴ (grifo nosso)

Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade, que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais. (FOUCAULT, 2014, p. 181).

c) O exame:

1. O exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder que tradicionalmente, era visto por sua manifestação aparente. O exame supõe uma nova lógica, nela o poder (disciplinar) é invisível, sabe-se da existência, mas não se compreende de modo objetivo o seu exercício, em outras palavras, o poder torna-se invisível e o sujeito

32 Idb., p. 176

33 Idb., p.177-178

34 Transcrevi de maneira sintética, o que Foucault escreveu na terceira parte do livro. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhet. 42. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014, p. 178-180.

visível. “No espaço que domina, o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos. O exame vale como cerimônia dessa objetivação” (FOUCAULT, 2014, p. 183).

2. *O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário* no qual os indivíduos passam a ser submetidos a documentos, que marcam o momento de uma primeira formalização individual dentro das relações de poder. O exame tem como uma de suas exigências as anotações escritas.³⁵ (grifo nosso)

Importância decisiva, conseqüentemente, dessas pequenas técnicas de anotação, de registro, de constituição de processos, de colocação em colunas que nos são familiar, mas que permitiram a liberação epistemológica das ciências do indivíduo. (...) é preciso ver o lado desses processos de escrita e de registro; é preciso ver o lado dos mecanismo de exame, o lado da formação dos dispositivos de disciplina e da formação de um novo tipo de poder sobre os corpos. (FOUCAULT, 2014 p. 186-187).

3. *O exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um “caso”* cria-se um método de dominação por meio das descrições, o que reduz a singularidade dos indivíduos e recebe um caráter próprio. O poder da escrita, possibilita a fabricação da singularidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para a qual a diferença individual é pertinente. (FOUCAULT, 2014, p. 188). (grifo nosso)

Podemos concluir que o mecanismo de poder detém o poder sobre os corpos e produzem uma verdade. Sendo assim, compreendemos, a partir das técnicas de cada mecanismo - o suplício, a punição, a disciplina e o bom adestramento -, que o poder se estabelece nas instituições permeando todo corpo social a partir de sua mobilidade e dinamismo.

1.3 Microfísica do poder

“Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder.”³⁶

35 Idb., p. 185.

36 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 17.

No livro *Microfísica do Poder*, Michel Foucault expõe a sua nova forma de escrever e esquematizar seu pensamento. A análise arqueológica, procura estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições, e como os saberes aparecem e se transformavam ao longo do tempo. Propomos uma breve apresentação sobre a obra, para melhor construção deste. (grifo nosso)

Foucault, aponta que algumas problemáticas, e ao que cabe aqui citaremos algumas, são importantíssimas para compreender a relevância dessa obra. Em meio ao trabalho poderemos tratar direta ou indiretamente sobre. Uma característica marcante do autor é a relação estabelecida entre poder e saber, que estão ligados intrinsecamente. Essa relação torna-se evidente, quando se refere às mudanças no discurso e no saber, ainda que ocorram novas descobertas, ou um novo regime, não se deve negar fatos. Foucault afirma, “Mas, o importante em tais mudanças não é se serão rápidas ou de amplitude, ou melhor, a rapidez e a amplitude são apenas o sinal de outras coisas (...)”

A problemática que se apresenta nos mais variados textos dessa obra, sempre terá como princípio as relações de poder, os mecanismos de poder e o dispositivo. Vejamos:

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Essa razão, no entanto, não é suficiente, pois na realidade, deixa sempre aberta a possibilidade de se procurar reduzir a multiplicidade e a dispersão das práticas de poder através de uma teoria global que subordine a variedade e a descontinuidade a um conceito universal. (FOUCAULT, 2016, p. 12)

Sobre a microfísica:

O que Foucault chamou de “microfísica do poder” significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que está se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, à medida que a consideração do poder em sua extremidade, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos. (FOUCAULT, 2016, p. 14)

Deve-se levar em consideração que, para Foucault, a historicidade domina e determina o ser humano. O que permeia é a relação de poder, não relação de sentido, pois alguns fatos históricos não têm sentido, mas não quer dizer que são incoerentes e absurdos. Logo, pensar sobre uma microfísica do poder faz todo sentido.

Uma abordagem muito conhecida do autor é o enfoque na crítica/reflexão do internamento psiquiátrico, na normalização mental dos indivíduos e sobre as instituições penais, que, sem dúvida, surge a princípio da significação econômica, e estabelece-se como instituições limitadas. A questão do poder torna-se evidente quando o sistema de interesse se garante economicamente dando pouca importância para problemas de relações sociais.

Foucault explica também, de forma breve sobre o sujeito que foi alimentado de duas maneiras, um como sujeito constituinte e outro como sujeito que remetia ao econômico. Porém, isso se dá por uma trama histórica e que para resolver problemas com o poder é preciso ser resolvido no interior dessa trama, e não no sujeito constituinte. Ainda, trata da genealogia que nada mais é do que dar conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, sem se referir diretamente ao sujeito.

Os conceitos de ideologia e repressão, são bastante complexos, mas propomos uma simples síntese para melhor compreensão. Ao que se refere à ideologia, ele afirma que a noção de ideologia parece dificilmente utilizável, pois sempre está em oposição à verdade, portanto deve ser utilizada com precaução. Sobre a noção de repressão, encontra-se maior dificuldade, pois sempre está atrelada a uma série de fenômenos que dizem respeito aos efeitos do poder. Ainda, afirma que a noção de repressão é inadequada para dimensão do que existe justamente de produtor no poder. O poder não é apenas repressivo, pois se não seu papel seria apenas dizer não, e assim não seria obedecido como tal. O poder permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso etc. Por isso, torna-se tão eficiente em sua proposta.

Para o autor, o papel do intelectual na sociedade contemporânea não tem mais o poder soberano de “grande escritor”, mas aquele que detém, com alguns outros, ao serviço do Estado ou contra ele, o poder que pode favorecer ou definitivamente matar a vida. Logo, demonstra o desenvolvimento das estruturas técnico-científicas na sociedade contemporânea. E seu enfoque aqui é demonstrar onde habita a verdade na intelectualidade, pois o que se deve questionar são os problemas políticos dos intelectuais em termos de verdade e poder, e não ciência e ideologia. E afirma “o problema não é mudar a “consciência” das

peçoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade. ” (FOUCAULT, 2016, p. 54).

Ao que nos interessa nesse momento, podemos concluir segundo o autor, que o poder não é algo unitário e global, mas sim formas díspares, heterogêneas em constante transformação. O poder só é poderoso, pois é uma prática social que permeia diversas relações de diferentes maneiras, esse se situa no nível do próprio corpo social, penetrando a vida cotidiana. Logo, caracteriza-se o micro poder e o subpoder.

As relações de poder, não somente a centralidade do poder do Estado como sujeito, mas, o poder em realidades distintas, rompe uma trajetória que antes era tomada na política como única. Podemos assim dizer, que o poder não é fixo, ele se exerce em variados níveis da rede social, ou seja, os micros poderes existem integrados ou não ao Estado. Ainda que o Estado seja um instrumento específico de um sistema de poderes, o poder ultrapassa o mesmo.

Quando em seus estudos genealógicos Foucault foi levado a distinguir no poder uma situação central periférica e um nível macro e micro de exercício, o que pretendia era detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos. (FOUCAULT, 2016, p. 17).

A estrutura social a qual estamos inseridos funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos que nada e ninguém escapa. Importante ressaltar, mais uma vez, que o poder não é uma coisa, uma propriedade que se possui ou não. O que há são relações de poder, que existem, funcionam e se efetuam.

Na própria rede de poder existe resistência que se alastra por toda sociedade e ninguém escapa, pois está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações e forças.

A resistência, assim como o poder, é móvel e transitória e se distribui por todo corpo social. Foucault afirma, ‘onde há poder, há resistência’, sendo assim, sempre que existir uma relação de poder (seja ela qual for) irá existir uma resistência do afetado. Essa resistência pode ser caracterizada, pela exigência de um padrão de normatização, exigir que o não igual se iguale, por exemplo.

Portanto as relações de poder, sobretudo aos que estão marginalizados (seja os encarcerados, os estudantes, os doentes, etc.), têm a função de adestrar e disciplinar, pois politicamente e economicamente torna-se mais útil e dócil. E o fato de o poder ser sutil e móvel, causa a sensação

de segurança ao corpo social e os micros poderes disseminam sobre toda sociedade.

O capítulo seguinte abordará as problemáticas de raça e gênero e a construção da população negra na sociedade brasileira.

CAPÍTULO II

VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA: RACISMO E SEXISMO

No decurso desse esforço de compreender, questionar e verificar a construção da mulher negra brasileira e periférica, podemos propor neste capítulo uma reflexão à luz de Angela Davis, que irá nos ajudar a compreender as relações históricas que oportunizaram um cenário contemporâneo marcado por opressões, sobretudo a construção de uma sociedade perversa que mantém o racismo e o sexismo em sua estrutura. Em meio a esse processo estabelecemos também um possível diálogo entre Michel Foucault e Davis sobre as punições e mecanismos de poder, que por fim nos darão base para compreender a construção da sociedade brasileira para o povo negro.

2.1 Interseccionalidade: mulheres, raça e classe por Angela Davis

“Não são as pessoas individualmente que decidem que a violência é a resposta; são as instituições ao nosso redor que estão saturadas de violência. Se o Estado usa a violência policial para solucionar problemas, há a mensagem de que a violência também pode ser usada para resolver problemas em outras esferas como os relacionamentos. Não podemos excluir a violência de gênero de outras violências institucionais.”³⁷

Angela Davis³⁸, intelectual, feminista estadunidense,

37 ALVES, Alé. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Afirmativa de Angela Davis. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso em: 02 out. 2017.

38 LUCENA, Eleonora de. Brasil e EUA fracassaram em abolir escravidão,

dedica sua vida e carreira profissional ao engajamento no combate de todas as formas de opressão. Sua perspectiva desloca os olhares para a normalidade da exclusão social, do racismo, do machismo e encarceramento em massa, que tem como alvo a população negra. A filósofa tornou-se internacionalmente conhecida por ser uma das integrantes do partido Panteras Negras.³⁹

A história de Davis tem sido marcada pela luta em defesa dos direitos femininos e das pessoas negras desde a década de 1970. Por ser militante comunista, fez dura oposição à Guerra do Vietnã (sendo membro dos Panteras Negras). Era odiada pelo então presidente americano anticomunista, Richard Nixon, mas amada por figuras importantes da época, como John Lennon e Mick Jagger. Após ter entrado para a lista dos mais procurados do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e por ter sido presa injustamente em um dos processos criminais mais racistas de que se tem notícia, ela se tornou uma ferrenha defensora da abolição do sistema carcerário.

A autora estudou na Universidade de Frankfurt, onde foi aluna de Jürgen Habermas e Theodor Adorno. Depois, de volta aos Estados Unidos, teve que batalhar contra o governo anticomunista para lecionar na Universidade da Califórnia. Ao longo da carreira ela lançou 12 livros, entre eles *Mulheres, raça e classe* (1983) e *Mulheres, cultura e política* (1990), ambos publicados no Brasil recentemente pela Boitempo. Hoje é uma das mais respeitadas e uma das maiores referências para os estudos de gênero, raça e classe. O feminismo, sobretudo, que tem crescente número de ativistas radicais que se pode até afirmar um dos maiores movimentos populares atualmente, encoraja estudos, falas e debates em interconexão, interrelação e interseccionalidades. (grifo nosso)

afirma Angela Davis. Artigo publicado na Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/brasil-e-eua-fracassaram-em-abolir-escravidao-afirma-angela-davis/>>; ALVES, Alé. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Afirmativa de Angela Davis. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>; D’ANGELO, Helo. Angela Davis: Os EUA têm muito a aprender com o feminismo negro brasileiro. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/angela-davis-no-brasil/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

39 O Partido dos Panteras Negras, foi fundado em 1966 por Huey Newton e Bobby Seale, cujo seu propósito principal era, através da organização combater coletivamente a opressão dos brancos. Tendo em vista toda tortura por parte da polícia sob os negros de todo país (EUA). A história dos Panteras Negras em 27 fatos importantes. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-dos-panteras-negras-em-27-fatos-importantes/>>. Acesso em: 01 out. 2017.

Em sua obra *Mulheres, Raça e Classe* (2016), Angela Davis, propõe temas que são vedados secularmente como pautas públicas para nós mulheres, especialmente nós mulheres negras. O material dado é bastante denso, com caráter profundamente político e de crítica radical que permite avançar os debates de gênero e raça sem permitir a ampla amnésia política que insistem em contar a história do feminismo e de outros movimentos de cunho político ou até mesmo áreas de conhecimento sem considerar a existência e luta das mulheres negras em todo campo social. Angela não poupa esforços para afirmar sua crença em uma agenda política pautada na afirmação de que, sem as mulheres negras e as outras não brancas do mundo, os direitos não são humanos. Os grandes temas de pauta que mobilizam a autora em relação às palestinas, às nicaraguenses, às curdas, às sul-africanas e às brasileiras são o abolicionismo penal e o enfrentamento da guerra às drogas. (grifo nosso)

Até o presente momento nos concentramos em elaborar uma pequena síntese sobre a trajetória da filosofia e apresentar as principais discussões (baseadas em nosso recorte) da obra⁴⁰ que utilizamos para discorrer sobre as punições, e a construção social a partir de uma perspectiva feminista. É imprescindível discorrer escritos que possibilitaram avanços nos direitos humanos em um trabalho em que o intuito é propagar igualdade de gênero, raça e classe. Portanto aqui iremos definir os principais conceitos de suas obras.

2.1.1 O legado da escravidão e a campanha pelos direitos das mulheres

Angela Davis inicia a discussão em sua obra *Mulheres, Raça e Classe* sobre o legado da escravidão e o quanto os debates sempre deixavam as mulheres negras ao estereótipo de promiscuidade sexual no período escravocrata. Do ponto de vista histórico, o sistema escravagista sempre definiu os negros como propriedade. As mulheres que foram escravizadas tinham sua existência totalmente ofuscada pelo trabalho compulsório. Todo tipo de violência que se propagou nesse momento histórico ao povo negro, ainda que as mulheres, tanto quanto os homens, sofriam a opressão social, podemos afirmar que se agrava sobre as mulheres escravas sofriam abusos psicológicos, sexuais, e pelo próprio corpo. (grifo nosso)

40 DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

As experiências concretas como escravas que labutavam sob o chicote de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e ainda que tenham sido espancadas, estupradas, nunca foram subjugadas. Essas mulheres permitiram aos seus descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual. Esse legado é o que explica e proporciona uma nova condição para mulher negra.⁴¹

Uma grande mudança foi instaurada quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica. A ideologia a qual dizia sobre a feminilidade, com o advento das mulheres que gozam da economia, começou a forjar a esposa e a mãe como modelo ideal. A década de 1830 foi uma intensa e turbulência, pois a população negra demonstrou, a partir de rebeliões, a sua insatisfação do seu destino de escravidão. No entanto, podemos analisar que, ainda que em uma especificidade de gênero em que todas são mulheres, as mulheres brancas no período de 1830 já possuíam a liberdade da qual podemos nomear como privilégio. Sua raça, a branquitude, lhe garantia de gozar de uma certa liberdade. Mulheres brancas, tanto donas de casa como trabalhadoras, foram atraídas para o movimento abolicionista.

Em 1833, quando foi criada a Sociedade Antiescravista Feminina da Filadélfia, um número considerável de mulheres brancas simpatizantes à causa da população negra, tornou possível o vínculo entre dois grupos oprimidos. Mulheres por terem sido estigmatizadas e definidas como ser inferior⁴² e a população negra por ter sido escravizada e definida também como seres inferiores, sustentando a tese da supremacia branca masculina.

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana - e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam - algumas vezes abertamente, outras de modo implícito - contra sua própria exclusão na arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas

41 Idb., p. 41

42 São inúmeras as descrições que defendem a inferioridade da mulher. Na obra *Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. Conceitua-se que “Para a mulher, propagou-se um mito equivalente, de defesa desta pretendida superioridade do homem. Afirma-se — como axioma imutável — que as mulheres são socialmente inferiores, porque são naturalmente inferiores aos homens. E qual a prova disso? Que as mulheres são mães. Afirma-se que a natureza condenou o sexo feminino a uma posição inferior.” Tomemos essa síntese por hora. REED, Evely. *O Mito da Inferioridade da Mulher*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1954/mes/mito.htm>>. Acesso em: 03 out. 2017.

reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido. (DAVIS, 2016, p. 51).

Por sua vez, o movimento antiescravagista trazia para mulheres brancas de classe média a segurança de seu valor e denunciava os parâmetros que as definiam apenas como esposas e mães. O envolvimento dessas mulheres com a luta contra escravidão era uma demonstração da resistência às opressões que as mesmas vivenciavam e, o mais importante é que no interior do movimento antiescravagista, todas aprenderam a desafiar a supremacia masculina.

A abolição da escravatura era a necessidade política mais urgente na época. É esse movimento das mulheres que entre tantas, as irmãs Grimké⁴³, propuseram e compreenderam a necessidade de lutar politicamente contra as opressões. Elas se mantiveram conscientes e defenderam a ideia de que as mulheres não alcançariam liberdade independentemente do povo negro e afirmavam “Quero ser igualada ao negro”. Ambas arriscaram suas vidas defendendo o direito à educação para as crianças negras. Sarah e Angelina Grimké são uma das maiores expressões do século XIX em relação à união da população negra e às mulheres que compartilhava o sonho de serem livres.

Uma década após, inicia-se a campanha pelos direitos humanos nas variáveis de classe e raça. A grande convenção Antiescravagista Mundial de 1840 em Londres demonstra o nascimento do movimento organizado por mulheres dos Estados Unidos. Este movimento se

43 As irmãs Grimké, Angelina Emily (1805-79) e Sarah Moore (1792-1873), frequentaram uma escola da moda para meninas, mas aprenderam mais com as leituras proibidas: latim e direito. Foram às primeiras mulheres a advogar a favor da abolição e dos direitos da mulher, principalmente Angelina, que foi uma oradora mais eficaz, dominando assuntos políticos e organizacionais, enquanto Sarah dedicava-se aos argumentos morais e teológicos. Nascidas na Carolina do Sul foram, inicialmente, para a Filadélfia, onde Angelina iniciou sua carreira pública antiescravagista, falando para pequenos grupos de mulheres em casa particulares. Em 1836, Sarah publicou a *Epistle to the clergy of the Southern states*, em que demonstra a incompatibilidade entre a escravatura e o cristianismo. Em 1838, em *Letters on the equality of the sexes and the condition of woman*, contesta a justificativa bíblica da desigualdade da mulher. O panfleto de Angelina, *Appeal to Christian women of the South*, de 1836, convoca as mulheres para agirem contra a escravatura. Nesse mesmo ano, mudaram-se para New York, falando em igrejas e salões públicos para grupos maiores. Também em 1840, na Convenção Mundial Antiescravagista de Londres, as mulheres foram banidas do recinto, encontrando-se entre elas Lucretia Mott (1793-1880) e Elizabeth Cady Stanton (1815-1902), que decidiram, então, formar um grupo dos direitos da mulher. Elas convocaram a primeira Convenção dos Direitos da Mulher em Seneca Falls, New York, em 1848. Entre outros, publicou, em 1833, o primeiro documento antiescravagista, *An Appeal in favor of that class of Americans called Africans*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/fuller/estacausa.htm>>. Acesso em: 05 out. 2017.

inicia a partir da represália da supremacia masculina no interior da campanha antiescravagista.

Embora tenham sido silenciadas na convenção de Londres, naquele momento inicia-se o marco. As abolicionistas descobriram evidências de que suas batalhas do passado tiveram alguns resultados positivos. Elizabeth Candy Stanton, uma das mulheres que, embora apresentasse todos os elementos básicos do dilema de uma mulher branca de classe média em seus aspectos mais contraditórios, junto ao seu envolvimento no movimento abolicionista, aprendeu que era possível organizar uma resistência política à opressão.

Diante de vários acontecimentos, como a Convenção de Seneca Falls, no qual Elizabeth Stanton e Frederick Douglass, com grande determinação, defenderam que o voto deveria ser estendido às mulheres que, mesmo que tenha causado grandes indignações nos salões, na imprensa e no clero, a defesa dos direitos das mulheres não podia ser proibida. Logo após outra convenção ousada que aconteceu em Rochester, Nova York, repetiu-se o ato de defesa da resolução sobre o sufrágio, onde teria sido aprovada por uma margem muito mais ampla do que em Seneca Falls.

A questão de igualdade das mulheres tornou-se um elemento fundamental para a política estadunidense. Válido ressaltar que a Declaração de Seneca Falls tinha como foco enfático a instituição do matrimônio e seus efeitos prejudiciais às mulheres. O casamento roubava das mulheres o direito à propriedade, fazendo-as totalmente dependentes economicamente, moralmente. A instituição do matrimônio, sobretudo dava ao marido o direito de puni-las. A declaração apontava todos estes efeitos e afirmava que, como consequência da condição de inferioridade das mulheres no interior do casamento, elas também eram sujeitas às desigualdades nas instituições de ensino e na carreira. O documento trazia a conclusão (fora a lista de injustiça) sobre a dependência emocional e psicológica das mulheres, que acarretava ao amor-próprio e confiança.

A peculiaridade da Convenção de Seneca Falls foi o fato de que mulheres negras não participaram. Percebe-se então que sistematicamente as mulheres negras estavam abaixo de quem estava abaixo. As mulheres negras teriam sido excluídas por todas as camadas sociais, alguns teóricos defendem a ideia de hierarquia de opressão (o qual iremos nos afastar)⁴⁴, a qual pode ser aplicada neste caso.

44 Em suma a ideia de hierarquia de opressão propõe uma certa fragmentação e escolha. Marcia Tiburi, à luz de Audre Lorde, afirma que não há hierarquia de opressão. A luta contra a opressão deve ser de todos. E se é de todos ninguém deve ser apagado nessa luta. A própria ideia de luta implicaria a de solidariedade contra a opressão. TIBUCI, Marcia. Hierarquia de opressão: sobre o lugar da luta. Disponível em: <<https://revistacult.com.br/2015/07/14/hierarquia-de-opressao-sobre-o-lugar-da-luta/>>

Diante de vários acontecimentos, ao longo do século XIX em convenções locais e nacionais, pode-se afirmar que muitas mulheres foram atraídas para a campanha por igualdade, afirmar-se então que foi um momento de ascensão do movimento. A luta do povo negro e das operárias brancas nos encontros acontecidos demonstraram a revolta contra a escravidão que era predominante no Sul dos Estados Unidos e, a revolta no Norte dos Estados Unidos contra a ambígua condição chamada racismo. Muito embora homens negros e mulheres brancas estivessem presentes nessas convenções, eventos e conferências, as mulheres negras teriam sido totalmente desconsideradas, desprezadas e invisibilizadas, o que torna-se contraditório e perturbador.⁴⁵

Percebe-se que em meio a esse movimento pela luta dos direitos das mulheres e direitos humanos, contradições permeavam o movimento. Tinha-se como regra pessoas brancas abolicionistas que defendiam os capitalistas industriais, sem ao menos perceber a falta de consciência de identidade de classe. Logo, o movimento ainda em construção se via fragilizado. Davis afirma “Se a maioria das abolicionistas via a escravidão como um defeito que precisava ser eliminado, a maioria das defensoras dos direitos das mulheres enxergava a supremacia branca de forma similar - como uma falha imoral de uma sociedade que, em seus demais aspectos, era aceitável” (DAVIS, 2016, p. 75).

As líderes do movimento pelo direito das mulheres não reconheciam legitimamente o problema da escravidão que acontecia no Sul dos Estados Unidos. Não compreendiam a problemática da exploração econômica da mão de obra no Norte (E.U.A). Desse modo, não viam a opressão social das mulheres relacionada de forma sistemática.⁴⁶

Se até então não estava claro o grau de contágio do próprio Norte pelo racismo, os violentos tumultos de 1863 explicitaram que o sentimento antinegros era profundo, generalizado e potencialmente assassino. Embora o Sul tivesse o monopólio da escravidão, certamente não estava sozinho no apoio ao racismo. (DAVIS, 2016, p.76).

Dentre esses momentos (O legado da escravidão, o movimento antiescravagista, a origem dos direitos das mulheres e o início da campanha pelos direitos das mulheres) podemos afirmar, segundo

uol.com.br/home/hierarquia-de-opressao-sobre-o-lugar-da-luta/>. Acesso em: 05 out. 2017.

45 DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 67.

46 Idb., p.75.

Davis, que foram essenciais para construção dos direitos civis e políticos de todos os cidadãos. Ainda que o Sufrágio na virada do século venha a ser considerado o maior movimento feminino, devemos reconhecer a importância histórica da luta das mulheres e do povo negro em meio a construção de sociedade que judicialmente era desigual e permitia legitimamente a escravidão de um povo e o abuso de um gênero.

Em meados de 1866 criou-se a Associação pela Igualdade de Direitos, que incorporava o movimento sufragista das mulheres e da população negra numa única campanha. Essa iniciativa surge por delegadas presentes na convenção em que foi enviada uma carta (de Stanton ao Standard) por Elizabeth Stanton sob uma linha de raciocínio oportunista e lamentavelmente racista. Susan B., por exemplo, foi uma das mulheres que incessantemente afirmava que a plataforma dos direitos das mulheres precisava se ampliar ao nível de ser plataforma por direitos humanos.⁴⁷

2.1.2 O sufrágio: uma luta da população negra e mulheres

A década de 1860 é marcada pela luta do direito ao voto para a população negra e mulheres. Houve grandes conflitos entre o movimento pelo direito das mulheres e os direitos humanos. Algumas feministas brancas, sobretudo, Elizabeth Candy Stanton acreditava que ao lutar pelo direito ao voto da população negra, os homens negros se beneficiariam e gozariam dos mesmos privilégios da supremacia masculina branca, ou seja, Elizabeth acreditava que a conquista dos direitos dos homens negros só serviria para oprimi-las enquanto mulheres. Com o fim da Guerra Civil⁴⁸ (Guerra da Secessão), que acontecia nos Estados Unidos criou-se a concepção de que os ex-escravos (população negra) possuíam a mesma gama de direitos que as mulheres brancas, já que os dois grupos só precisavam conquistar o voto para completar a igualdade

47 DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 80.

48 A Guerra de Secessão (1861-1865) é uma das mais marcantes para compreender a segregação racial que acontecia no século XIX nos Estados Unidos. Em suma, a guerra civil aconteceu em estados do norte (já industrializado) e estados sul (estados escravocratas e latifundiários). MOÇO, Aline C. Paiva. Os 150 anos do início da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América: resistências, memória e esquecimento. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311984_ARQUIVO_AnaisANPUH2011.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

social. No entanto, as mulheres brancas não tiveram sensibilidade para constatar que a abolição da escravatura se cumpria de forma apenas nominal, Frederick Douglass⁴⁹, um homem negro engajado na conquista por direitos da população negra afirma “A vida da população negra do Sul ainda exalava cheiro da escravidão” (DAVIS, 2016, p. 85) e lutava incessantemente pelo sufrágio negro, que naquele momento histórico poderia ser considerado uma arma indispensável para pôr fim à escravidão e, sem o direito ao voto a população negra do Sul seria incapaz de desenvolver qualquer avanço econômico.⁵⁰

Em meio à convenção que ocorria da década de 1860, a população negra no Sul continuava a sofrer a violência indecorosa perpetuada por gangues. Em 1866, aconteceram dois massacres, quando gangues incendiaram escolas, igrejas e casas (sem contar os estupros de mulheres negras que cruzavam seus caminhos) em Memphis e Nova Orleans durante maio e julho, a população negra e alguns extremistas brancos foram assassinados e feridos. Frederick Douglass, em meio a esse cenário de violência e terror generalizado, percebeu a urgência do povo negro em obter poder político e afirmava que naquele instante a urgência era maior do que a das mulheres de classe média, o que por sua vez é logicamente convincente, pois as mulheres brancas de classe média não podiam alegar que a suas vidas sofriam ameaças físicas. A população negra estava lutando pela existência, pelo direito de viver. As mulheres brancas lutavam pela igualdade de direitos político.⁵¹ Na

49 Frederick Douglass, foi líder do movimento antiescravagista e, um dos líderes da Associação pela Igualdade de Direitos, superou o estatuto de Ex-escravo e, foi o primeiro cidadão afro-americano a ocupar cargos de alto escalão no governo dos Estados Unidos da América. DOUGLASS, Frederick. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Frederick-Douglass/481166>>. Acesso em: 13 out. 2017, e na própria obra DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

50 Frederick Douglass, foi líder do movimento antiescravagista e, um dos líderes da Associação pela Igualdade de Direitos, superou o estatuto de Ex-escravo e, foi o primeiro cidadão afro-americano a ocupar cargos de alto escalão no governo dos Estados Unidos da América. DOUGLASS, Frederick. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Frederick-Douglass/481166>>. Acesso em: 13 out. 2017, e na própria obra DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 86.

51 Sueli Carneiro, socióloga brasileira discorre “Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a

última convenção da Associação pela Igualdade de Direitos Humanos, em 1869, quando os homens negros já possuíam o direito de voto, Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony argumentaram pela dissolução da Associação pela Igualdade de Direitos, pois acreditava-se que os homens negros nem sempre eram defensores da igualdade sexual. Frederick Douglass, para quem estuda história, pode ser considerado o principal homem que atuou na defesa da emancipação das mulheres de todo o século XIX.⁵²

Embora os homens negros da ERA não pudessem alegar possuir um passado imaculado enquanto defensores da igualdade das mulheres, declarações como de Downing não justificam concluir que os homens negros seriam em geral mais “despóticos” em relação às mulheres do que seus congêneres brancos. Além disso, o fato de que os homens negros também poderiam demonstrar atitudes sexistas estava longe de ser um legítimo para interromper o progresso de toda a luta pela libertação da população negra. (DAVIS, 2016, p. 92).

A atmosfera política precisava enxergar a população negra e as mulheres. Obviamente que as mulheres, sejam brancas ou negras, foram as mais afetadas nessa situação específica. Mas era preciso lutar para que esse direito fosse conquistado simultaneamente. Com o fim da Associação Pela Luta dos Direitos, Lucy Stone e seu marido, ao lado de Julia Ward Howe fundaram a Associação Estadunidense pelo Sufrágio Feminino (Angela Davis não concede detalhes dessa associação). Não devemos deixar de considerar que a década da Reconstrução Radical no Sul (1865-1877), foi um grande avanço tanto para os escravos como para a população branca pobre e a influência do Partido Republicano nisto. Angela Davis, chama a nossa atenção para o fato de que o Partido Republicano representava os interesses capitalistas, e teria colaboração para a destituição do direito ao voto da população

população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.”. Poderíamos citar entre tanta outras, em suma a crítica do feminismo negro ao feminismo clássico é essa. CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

52 DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe; tradução Heci Regina Candiani, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 87-93.

negra sulista. Frederick Douglass, porém, não entendeu de forma plena a fidelidade capitalista do Partido Republicano, para quem o racismo se tornou tão conveniente quanto o estímulo inicial ao sufrágio negro. Na visão de Douglass o direito ao voto remediaria quase todos os males da população negra, eis a verdadeira polêmica em torno do sufrágio negro no interior da Associação pela Igualdade de Direitos.

Estamos diante de grandes acontecimentos históricos (descritos acima), os quais colaboram e dão força a todos os outros movimentos e, essencialmente pela luta pelos direitos civis que irá surgir. É importantíssimo, descrever essa passagem à luz de Angela Davis, para que possamos compreender uma pesquisa acadêmica e teórica nas perspectivas histórica e política.

2.1.3 Um panorama geral da obra mulheres, raça e classe

O legado da escravidão, o movimento antiescravagista, a origem dos direitos das mulheres e o sufrágio feminino são marcos essenciais para compreender os direitos civis e humanos, que visa findar as desigualdades sociais e políticas.

Com a ajuda (à luz de uma resenha crítica) da Professora Graciela Natansohn⁵³, iremos percorrer toda a obra (treze capítulos)⁵⁴ a fim de extrair a essência de Angela Davis. Vale ressaltar que toda descrição acima, refere-se aos primeiros capítulos, que são os mais importantes para este trabalho.

Como podemos observar acima, o primeiro capítulo refere-se ao legado da escravidão, no qual a autora traz fatos históricos como comprovação de toda violência e abuso que circundava a população

53 Leonor Graciela Natansohn, atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Tutora do Programa de Ensino Tutorial da Faculdade de Comunicação (PET-COM) e da revista Fraude, produzida pelos bolsistas do programa. Coordena o grupo de pesquisa Mulher e tecnologia. Teorias e práticas na cultura digital, que problematiza a apropriação da cultura digital por parte das mulheres. NATANSOHN, Graciela. Resenha: Mulheres, raça e classe de Angela Davis. Disponível em: <<http://gigaufba.net/resenha-mulheres-raca-e-classe-de-angela-davis/>>; NATANSOHN, Leonor Graciela. Academo. Disponível em: <<http://academo.ufba.br/pesquisador.php?cod=1008>>. Acesso em 10 out. 2017

54 DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani, 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

negra, dando ênfase às punições sexuais e emocionais que as mulheres negras sofriam. O segundo capítulo, por sua vez descreve o entrelaçamento, nas origens, entre a luta antiescravagista e a organização das mulheres brancas. Essa é a primeira aparição da união entre as mulheres brancas de classe média e a população negra. Davis, à luz de outros escritores e escritoras, proporciona uma série de acontecimentos que justificam essa união. Pode-se afirmar que a luta abolicionista era um espaço em que se podia expressar suas reivindicações políticas à vez que exerciam uma praxe política negada pelo voto, praxe que seria fulcral para as lutas sufragistas que viriam décadas depois.

Nos terceiro, quarto e sétimo capítulos, a autora analisa os conflitos raciais e de classe dentro do movimento sufragista das mulheres, mostrando como as pessoas brancas que tinham sido abolicionistas, defendiam os capitalistas industriais e ignoravam a classe trabalhadora branca no mesmo movimento em que apoiavam o voto das mulheres brancas. Junto a isso, Davis faz um recorte diante das tensões entre feministas brancas sufragistas e lideranças negras, em relação às classes proprietárias industriais e os interesses partidários de republicanos e democratas.

O quinto capítulo é uma análise do período pós-escravagista que demonstra a organização social para população negra. As mulheres negras desenvolviam basicamente trabalho doméstico em casas de famílias brancas. A população carcerária negra crescia, passando a formar parte de um contingente de mão de obra presidiária cujas condições de vida eram similares às da escravidão. Estas análises dão sustento às posições a favor do abolicionismo penal e contra certo punitivismo do feminismo e de alguns movimentos sociais. Neste capítulo em específico, a autora descreve minuciosamente o significado da emancipação para as mulheres negras. Djamila Ribeiro⁵⁵ à luz de Angela Davis, descreve a situação vulnerável em que as mulheres negras viviam no fim da escravidão. Sabe-se que o trabalho doméstico era o menos gratificante de todos os empregos, justamente por estar preso ao conceito de servidão absoluta ao patrão, criando a analogia de senhor e serviçal e/ou possuído e possuidor. As mulheres negras estavam designadas a este emprego, a esta relação, e esse fato desencadeou tantos outros os quais se preservam nos dias atuais.

55 Djamila Ribeiro, mestre em filosofia política, ativista feminista e secretária-adjunta de Direitos Humanos de São Paulo, é a escritora do prefácio da obra *Mulheres, raça e classe* na edição brasileira. Escreve um texto dissertativo sobre o significado da emancipação da mulher negra. Angela Davis e o significado da emancipação da mulher negra. *Carta Capital*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/angela-davis-e-o-significado-da-emancipacao-da-mulher-negra>>. Acesso em 08 out. 2017.

No capítulo seis, Davis demonstra a construção e a mobilização da população negra a favor da educação e a importância de garanti-la como direito. Os capítulos oito e nove são dedicados a descrever sobre os movimentos das mulheres. As temáticas são, a organização das mulheres negras no movimento associativo, as mulheres trabalhadoras, mulheres negras e a história do movimento sufragista, elegendo e algumas figuras como Ida Wells e Mary Terrell e, seguem com as discussões e posições sobre o movimento sufragista feminino.

Já no capítulo dez, Davis visibiliza, a partir de sínteses, diferentes figuras femininas relevantes, brancas e negras, do movimento comunista, ressaltando a importância e a atuação de cada uma. O capítulo onze (pode-se considerar um dos mais delicados) desconstrói o mito do homem negro estuprador. A autora descreve o estupro como um pretexto punitivo contra homens negros e como prática disciplinadora levada à frente pelo Estado, dando como exemplo os estupros levados a cabo pelos soldados durante a Guerra do Vietnam, como uma política não escrita, mas sistemática. Esse capítulo é tão doloroso quanto o primeiro (deve-se ter cautela), pois relata o linchamento frequente de homens negros sob a acusação de estupro, linchamentos que viraram moeda corrente, instalaram o terror entre a população negra e desafiaram a luta sexista das mulheres negras para proteger aos de sua raça. O estupro passou a ser uma arma política dos supremacistas brancos contra os negros e essa representação do “negro violador por instinto” penetrou profundamente até nos setores mais progressistas. Homens brancos estupradores eram (e são) invisíveis até para o sistema judiciário.

O capítulo doze descreve como as políticas racistas das primeiras décadas do século XX se utilizaram da esterilização forçada para o controle da população negra, colocando novamente sob tensão os direitos reprodutivos e sexuais reclamados pelas mulheres. Por último, o capítulo treze centra-se no trabalho doméstico, realizando um interessante apanhado histórico sobre como, em distintas sociedades e em momentos diferentes, este cumpria um papel diferenciado e particular, enquanto traz o debate contemporâneo sobre o lugar da força de trabalho doméstico na reprodução do capital, reivindicando a industrialização e profissionalização do trabalho doméstico e isentando as mulheres desse trabalho, como estratégia fundamental da libertação feminina.

Deste modo, podemos concluir sobre essa obra, segundo Angela Davis, que Raça Gênero e Classe são determinantes no processo de construção histórica, que não podemos mais invisibilizá-las e vê-las de maneira distinta. Essa é uma obra essencial para compreender como, em conjunturas específicas, a supremacia masculinista, de classe ou a racial

tomavam conta dos movimentos sociais realizando uma verdadeira genealogia dos movimentos sociais norte-americanos envolvidos nas lutas antiescravagistas e feministas.

2.1.4 A subversão de Angela Davis: conferência magna realizada na reitoria da universidade federal da Bahia

Realizaremos a exposição em relação à apresentação da Conferência Magna, “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo” que aconteceu no salão nobre da Universidade Federal da Bahia no dia vinte e cinco de julho de dois mil e dezessete⁵⁶. O evento ocorreu por meio de uma iniciativa, dentre outras atividades que aconteceram no #JulhoDasPretas, organizado em parceria entre o Instituto Odara, Coletivo Angela Davis, Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Mulher (NEIM), a UFRB e a UFBA.⁵⁷

A importância de anexar (consultar anexo I) aqui esta conferência é para além de tê-la como documento, compreender e nos aprofundar na perspectiva e pensamento da filósofa. Podemos considerar todas as contribuições que seguem abaixo, sobre a construção da mulher negra, que será feita adiante. Deste modo, é de suma importância mantermos a nossa atenção às minúcias e debates políticos, históricos e sociais que Davis trança em relação à negritude e as mulheres.

2.2 Angela Davis e Michel Foucault: um diálogo possível sobre as punições

56 Foi a partir de 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana, com a realização do 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, criação da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas e a definição do 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. No Brasil, foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff a Lei nº 12.987/2014, como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. YUKA, Fabiana. Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Palmares – Fundação Cultural. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/archives/38051>>. Acesso em: 15 out. 2017.

57 AGENDAUFBA. Angela Davis ministra conferência na reitoria. Disponível em: <http://www.agenda.ufba.br/?tribe_events=angela-davis-no-julho-das-pretas>. Acesso em: 15 out. 2017.

“Se todas as vidas importassem, nós não precisaríamos proclamar enfaticamente que a vida dos negros importa.”⁵⁸
“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer; forma saber; produz discurso.”⁵⁹

Diante de todo material teórico que foi exposto até o presente momento, podemos estabelecer a relação do pensamento de Angela Davis e Michel Foucault. Ambos pensaram o conceito de punição em meio ao sistema carcerário, em meio o militarismo. Este que foi construído e projetado a fim de obter um padrão de normalidade de comportamento.

A reflexão aqui vai para além das prisões. Nossa análise constituiu-se a partir dos mecanismos de poder, dos dados históricos, políticos e jurídicos da construção social que perpassa da antiguidade à contemporaneidade. Medimos todos os esforços possíveis para estabelecer uma relação cognoscível sob as perspectivas das “punições” que estão presentes na vida de mulheres negras brasileiras.

Michel Foucault, em suas obras *Microfísica do Poder*, *Vigiar e Punir* e *Sociedade Punitiva* demonstra como as relações de poder, o dispositivo, o poder de punir, a localização, a ideologia, o poder disciplinar em vista da normatização, hábito e disciplina que a construção histórico-social é permeada e instaurada a partir de um exercício de poder. Angela Davis, por sua vez, em *Mulheres, Raça e Classe*, *Mulheres, Cultura e Política*, *Democracia da Abolição e Sua conferência* “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo” discorre sobre os principais movimentos históricos da sociedade sob a perspectiva da população negra e mulheres negras e os desdobramentos desta construção para a atualidade. Davis, diferentemente de Foucault, tem um trabalho de militância e ativismo em meio acadêmico. No entanto, o pensamento de ambos pode ser relacionado em vista de todas as críticas teóricas a uma sociedade burguesa capitalista do século XX⁶⁰ e todas as outras que antecedem. (grifo nosso)

58 Essa foi uma das frases ditas por Davis durante um discurso sobre direitos humanos na Universidade Estadual San José, nos Estados Unidos, em 2015. 4 reflexões para conhecer o pensamento de Angela Davis. Revista Galileu. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/11/4-reflexoes-para-conhecer-o-pensamento-de-angela-davis.html>>. Acesso em: 13 out. 2017.

59 FOUCAULT, Michel, 1926 - 1984. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 45.

60 Estima-se que, ao longo de quase quatro séculos, mais de 11 milhões de africanos tenham sido trazidos para a América como escravos. Cerca de 4 milhões,

Retomaremos brevemente os conceitos já estabelecidos e acrescentaremos alguns (conceitos) para que possamos desenvolver essa discussão do modo mais compreensível possível. Os principais conceitos de Foucault dentro do nosso recorte é o Suplício, a Punição, a Disciplina, O Dispositivo, a Resistência e a Análise geral do poder. Em Angela Davis tomamos como necessário o Legado da Escravidão, o Sufrágio, a Luta das Mulheres em uma Sociedade Racista, a Resistência e, a Democracia. O diálogo simultâneo, é relevante, para melhor construção do texto.

2.2.1 A construção da sociedade brasileira para o povo negro: à luz dos mecanismos de poder e punições

“As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país.”⁶¹

Pode-se fazer um paralelo ou até mesmo uma aplicação do suplício, da punição e disciplina que o povo negro sofreu no Brasil (e em tantos outros países) com a escravidão⁶², que teve início em meados do século XVI e teve seu fim decretado no século XIX. Numa trama histórica, em uma simples linha do tempo, podemos definir os principais acontecimentos.

Em 1850 houve a primeira promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que acabou definitivamente com o tráfico negreiro intercontinental. Com isso, caiu a oferta de escravos, já que eles não podiam mais ser trazidos da África para o Brasil. Já em 1865 foram crescentes todas as pressões internacionais sobre o Brasil, único país/única nação americana que mantinha a escravidão. Em 1871 a promulgação da Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, que estabeleceu a liberdade para os filhos de escravas nascidos depois desta data, trouxe uma transformação significativa, pois com o envelhecimento da população escrava, os senhores de engenho não podiam mais contar com a renovação populacional oriunda de mão de obra escravizada.

para o Brasil. MARIANO, Agnes. História do povo negro. Disponível em: <<https://historiasdopovonegro.wordpress.com/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

61 NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro. p. 81

62 A História da Escravidão Negra no Brasil. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

No ano de 1872 – um importante marco – houve o primeiro censo demográfico do país. O Recenseamento Geral do Império foi responsável em demonstrar numericamente que os escravos, que um dia foram maioria, agora constituíam apenas 15% do total da população brasileira. O Brasil contou uma população de 9.930.478 pessoas, sendo 1.510.806 escravos e 8.419.672 homens livres. Em 1880 o declínio da escravidão se acentuou (anos 80), quando houve o aumento do número de alforrias (documentos que concediam a liberdade aos negros), ao lado das fugas em massa e das revoltas dos escravos, desorganizando a produção nas fazendas. Esse período é considerado um dos mais significativos quando se fala sobre a revolta e fugas dos escravos. Em 1885 a Princesa Isabel assinou a Lei Saraiva-Cotegipe ou, popularmente, a Lei dos Sexagenários, que tornava livres os escravos com mais de 60 anos. Os anos de 1885 a 1888 ficaram marcados pelo movimento abolicionista que ganhou grande impulso nas áreas cafeeiras, nas quais se concentravam quase dois terços da população escrava do Império. Finalmente, em 13 de maio de 1888, foi assinada pela Princesa Isabel a Lei Áurea, que declara que escravos se tornassem pessoas livres.⁶³

Podemos facilmente, diante desse período histórico, de escravidão, averiguar que tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, a escravidão mantinha suas ações de modo unânime: o tratamento dos escravos era muito parecido em qualquer lugar do mundo que havia como regime a escravidão. Consideremos aqui a aplicação de suplício o qual Foucault define o corpo como alvo do castigo, traço a analogia ao açoite⁶⁴. A punição por sua vez assume o papel de punir sem necessariamente marcar o corpo. Podemos ver isso nitidamente quando os escravos eram humilhados, expostos e guardados na senzala por seus senhores. A disciplina e bom adestramento, que retomam o corpo como alvo, produzem e elaboram um comportamento padrão entre todos. Mais uma vez os escravos podem ser analisados em meio a esse tipo de mecanismo. As filas feitas para que todos (escravos) fossem contados, o modo de se apresentar perante a sociedade, o discurso exigido para se referir a qualquer pessoa que não fosse escrava, etc. Angela Davis, ao descrever o processo e os acontecimentos da escravidão, cita muitos exemplos nos quais podemos identificar todos esses elementos.

Suscitar a discussão sobre a escravidão, se faz relevante, pois este sistema em sua raiz ainda se faz presente para a população negra

63 A História da Escravidão Negra no Brasil. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

64 Instrumento feito de tiras de couro utilizado para castigar, bater e punir.

brasileira. Gilberto Freyre⁶⁵ e Sérgio Buarque de Holanda⁶⁶ são dois autores brasileiros que propõe uma discussão acerca da escravidão, da colonização e da construção histórica brasileira, que teve seu arcabouço na atividade econômica e a monocultura açucareira, que resultou em uma sociedade patriarcal, agrária, escravista e racista.

Utilizaremos do argumento de Abdias do Nascimento, que é bastante pertinente, para não utilizar, nem fazer menções às “grandes contribuições” de Gilberto Freyre.

De fato, tanto o paternalismo, quanto o neocolonialismo e o racismo que permeiam a obra de Gilberto Freyre são mais perniciosos que todo seu elenco de eufemismos. Batizados de morenidade, metarraça ou qualquer outro nome que sua imaginação possa fantasiar, a farsa de Gilberto Freyre se desarticula na contradição de seu próprio raciocínio e de suas próprias palavras; pois o paladino das mestiçagens etno-culturais afirma que estas ocorrem entre os brasileiros. (NASCIMENTO, p.45).

Seguimos, mesmo que com algumas ressalvas, na obra *Raízes do Brasil* (uma simples apresentação, sem maior profundidade), especificamente no quinto capítulo “O homem cordial”, e sob a luz de Holanda, pode-se identificar seis principais características da sociedade brasileira: a primeira refere-se a Antígona e Creonte; a segunda diz sobre a Pedagogia moderna e as virtudes antifamiliares; a terceira refere-se ao Patrimonialismo; a quarta são exemplos práticos de como e quem é o “Homem cordial; a quinta é a aversão aos ritualismos (na vida social, na linguagem e nos negócios); por fim é a religião e a exaltação dos valores cordiais. (grifo nosso)

Sobre Antígona e Creonte, vemo-nos diante de um famoso mito grego e a noção de separação entre o interesse público e o interesse privado. Deste modo é importante compreender que o Estado não é uma extensão da família, mas contrariamente ao que deveria ser, não existe uma gradação entre um e outro e, a indistinção entre Estado e família remonta ao século XIX, no qual as instituições descendiam por evolução familiar. Porém com o advento do sistema industrial surgiu a distinção entre empregados e empregadores, a relação humana tornou-se frágil e a crise advinda da transição do trabalho industrial aponta para as dificuldades em abolir o sistema familiar.

65 FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 34. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

66 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Coleção Documentos Brasileiros. Prefácio de Antônio Cândido. 19. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

A Pedagogia moderna em virtudes antifamiliares é uma crítica aos princípios da velha educação para obediência (em que a criança deve estar preparada para desobedecer e adquirir individualidade), refere-se à vida familiar - apenas uma introdução da vida na sociedade - fora da família, afirma a necessidade da libertação das “virtudes familiares” e acrescenta que, onde prosperar bases muito sólidas e a ideia de família, principalmente a patriarcal, haverá dificuldade na formação e evolução da sociedade. A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social deve-se ao triunfo de certas virtudes antifamiliares que se equipara ao espírito de iniciativa pessoal. Um dos acontecimentos que possibilitou mudanças significativas foi quando os estabelecimentos de ensino superior, sobretudo os cursos jurídicos (1827 em São Paulo), que possibilitaram adolescentes provinciais e rurais de “viver por si”, libertando-se dos laços caseiros. Mas as novas experiências não bastavam para apagar a mentalidade patriarcal e não seriam suficientes para construir uma sociedade de homens livres e de inclinação igualitária. No Brasil, onde o tipo de família patriarcal imperou, o resultado foi o crescimento das cidades e dos meios de comunicação que atraiu as áreas rurais, acarretando o desequilíbrio social. Esse ambiente gerou posições públicas que não distinguem os domínios privados do público e isso é o que separa o funcionário “patrimonial” do burocrata (Max Weber).

O Patrimonialismo refere-se a um problema recorrente no sistema político brasileiro, a saber, o funcionário “patrimonial” que coloca a gestão política a serviço de seus interesses particulares, sem fazer uma distinção concisa de privado e público.

A expressão Homem Cordial ficou conhecida por Max Weber em “Dos laços de sangue e de coração, criados na vida doméstica de nossa cultura nasce a cordialidade.” O autor aponta características que definem o homem cordial, por exemplo, hospitalidade, generosidade e simpatia. Essas características são vistas como virtudes do povo brasileiro. Ainda que essas virtudes do homem cordial não signifiquem “boas maneiras”, mas sim expressões de um homem que age predominantemente com a emoção. A mesma emoção que se dispõe à simpatia, leva também à violência, uma vez que não são a razão e a polidez os fatores preponderantes no homem cordial. Os japoneses que, no convívio social, tratam o outro com um ritualismo quase que religioso, são exemplos de polidez.

Por sua vez, a aversão aos ritualismos na vida social, na linguagem e nos negócios, o autor aponta que o temperamento do brasileiro não se adapta a tais ritualismos, mas prefere a possibilidade de convívio mais familiar. Seu desejo é sempre o de estabelecer intimidade, inclusive

utilizando a linguagem no uso de diminutivos (Mariazinha, Joãozinho...) e omissão do nome de família. Informalidade para criar intimidade. Nas relações e/ou contatos o que prevalece é uma ética de fundo emotivo que representa a vida brasileira e de difícil compreensão pelos estrangeiros. Esse tipo de comportamento cordial se estende também ao mundo dos negócios (para se conquistar um freguês é necessário fazer amigos).

A religião e a exaltação dos valores cordiais são a demonstração de que o culto aos Santos com intimidade também são indicativos da informalidade brasileira. Os cultos religiosos adquirem um caráter intimista, amável e fraterno que diminui distâncias. Em lugar de palácios medievais, cada casa quer ter uma capela onde todos se ajoelham ante o padroeiro e protetor. Nas solenidades religiosas não há compenetração nem comunhão, mas conversas sem sinal de fervor. Deus é um amigo familiar, doméstico e próximo. Há uma transposição do domínio religioso, “encurtando” distâncias.

Em detrimento da síntese elaborada pelo autor, Sergio Buarque de Holanda, pode-se compreender a construção da sociedade brasileira de um modo geral e impessoal. No entanto, retomaremos ao recorte pretendido que é compreender as instituições e estruturas que asseguram a violência de gênero, raça e classe. Válido ressaltar, que aqui iremos utilizar o conceito de Angela Davis, em que não é possível pensar uma hierarquia de opressões, pois ambas são determinantes numa trama histórica. Outro pensamento significativo sobre isso, é o de Audre Lorde⁶⁷, que nitidamente expõe, enquanto feminista negra, caribenha e lésbica, que não é possível escolher por qual opressão deve-se lutar, já que todas colocam-na em um determinado lugar (tempo e espaço).

O trabalho crítico que se apresenta aqui exige a reflexão sobre a temática da violência. Violência essa que sempre está presente na vida de grupos específicos, também nomeados como minorias, ou seja, negros (as), índios (as), mulheres, pobres e LGBTT. A violência por si só já é reflexo dos mecanismos de poder, dos quais perpassam desde a punição até o bom adestramento.

Outro fator preocupante é a violência contra negros, que avançou entre 2005 e 2015. Enquanto houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de não negros diminuiu 12,2%. O Atlas da Violência 2017, realizada pelo Instituto de

67 LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. Traduzido: “I Am Your Sister - COLLECTED AND UNPUBLISHED WRITINGS OF AUDRE LORDE”, Oxford University Press, 2009. Disponível em <<https://drive.google.com/drive/folders/0B5d7bVC4xd7cMTNPWJZdWhCR00>>. Acesso em 21 out. 2017.

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, chama a situação de violência seletiva, e muitos do movimento negro e de organizações do terceiro setor afirmam se tratar de um caso de genocídio. Historicamente, temos uma violação de direitos sofrida de forma exponencialmente maior pela população negra. É um problema muito grave, mas ainda bastante incompreendido e não contemplado nas políticas públicas para que elas, de fato, se tornem para todos, atendendo o impacto da ausência de direitos para cada grupo que faz parte da sociedade. Não é uma questão apenas dos negros, mas sim da sociedade brasileira. Precisamos de um projeto de desenvolvimento que não deixe metade de sua população de fora. (TEIXEIRA).⁶⁸

Quando nos referimos à construção do povo negro na América Latina de modo geral e até especificamente como no Brasil, nos deparamos com o quadro de violência que nos pede uma reflexão. Neusa Santos, em sua obra *Tornar-se Negro*⁶⁹ e Abdias do Nascimento em sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro*⁷⁰ •••, constroem trabalhos críticos acerca da construção social do negro, trazemos como referência neste momento para pensarmos a partir de algumas alegorias, fugindo um pouco à regra, e compreendo toda a complexa sistematização que a raça possui na nossa construção social. (grifo nosso)

A violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (SANTOS, 1983, p. 02).

Podemos parecer que o caminho que iremos percorrer daqui até o fim deste trabalho, seja um mero discurso simplista e de ataque, no entanto para compreender as punições que a população negra sofre historicamente em meio a institucionalização do racismo, machismo,

68 Fundação Tide Setubal. O viés racial das desigualdades. Disponível em: <<http://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3812/o-vies-racial-das-desigualdades>>. Acesso em: 25 out. 2017.

69 SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Coleção Tendências. V.4. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

70 NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

homofobia entre tantas outras formas de opressão, deve-se compreender os atos e ações da supremacia masculina branca (herança da imagem eurocêntrica), seremos capazes de compreender os fatos se adentrarmos a essa realidade. Não é possível fazer uma análise honesta com o olhar do colonizador. Dito isto, é de suma importância compreender como e de onde surgiu o conceito de raça e a teoria de raciologia, antes de adentrarmos as reflexões dos autores propostos.

No Brasil, a ideia de democracia racial⁷¹ foi difundida rapidamente devido ao grande número de teóricos brancos terem tomado isso como verdade, já que enquanto homens e brancos compreendiam que por não sofrerem nenhum tipo de violação não existia. No entanto, o conceito de raça, o qual o se diferencia a partir da melanina, foi engendrado pelo grande status da ciência. Esse, então, teria sido comprovado biologicamente, a partir de uma teoria apresentada pelo pensamento científico europeu. Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. O responsável, biólogo sueco Carolus Linnaeus (1707-1778), em 1758 criou o termo “*Homo sapiens*” e, o ramo da biologia que descreve/identifica e/ou classifica os seres humanos. Dado isso, surge então a necessidade de classificação que exige, para melhor desempenho, estabelecer alguns critérios objetivos com base na diferença e semelhança. No século XVIII a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor de águas entre as chamadas raças. Por isso, que a espécie humana ficou dividida em três raças que resistem até hoje no imaginário coletivo da população e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela.⁷² Sabe-se que a definição da cor da pele é estabelecida a partir da concentração da melanina. É justamente o degrau dessa concentração que define a cor da pele, dos olhos e do cabelo. A chamada raça branca tem menos concentração de melanina, o que define a sua cor branca, cabelos e olhos

71 GUILMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito*. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st20-3/4678-aguimaraes-democracia/file>>. Acesso em: 26 out. 2017.

72 Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB/RJ em 02 nov. 2003, pelo Professor. Dr. Kabengele Munanga (USP). MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

mais claros. Já a cor negra, concentra mais melanina e por isso tem pele, cabelos e olhos mais escuros. A amarela, em uma posição intermediária que define a sua cor de pele e por aproximação é dita amarela. Ora, a cor da pele, resultante do grau de concentração da melanina, substância possuída por todos, é um critério relativamente artificial. Apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos.⁷³

A invalidação científica do conceito de raça não significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças. O maior problema não está nem na classificação como tal, nem na inoperacionalidade científica do conceito de raça. Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e consequentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e consequentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação.⁷⁴

Portanto, toda problemática acerca de qualquer discussão ligada a raça provém desta definição elaborada no século XIX. O que nos interessa aqui é compreender porque historicamente essa construção

73 Ibd.

74 Ibd.

é a que perdura arduamente. Quando nos referimos à classificação, não apenas definimos algo ou alguém a partir de um único conceito, mas também hierarquizamos. E foi exatamente o que aconteceu na definição e classificação de raça. Ao longo do século XX essa tal classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudocientífica, a raciologia. Muito embora esta teoria tenha um “princípio” científico, a raciologia tinha um conteúdo ideológico doutrinário que serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundirem no tecido social das populações ocidentais dominantes. Depois foram recuperados pelos nacionalismos nascentes como o nazismo para legitimar as exterminações que causaram à humanidade durante a Segunda guerra mundial.⁷⁵

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etnosemântica, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares.⁷⁶

75 Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB/RJ em 02 nov. 2003, pelo Professor. Dr. Kabengele Munanga (USP). MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

76 Ibid.

A partir dessa teoria de racialidade, a construção social de alguns países colonizados, o Brasil por exemplo, a violência de raça se estabeleceu na sociedade contemporânea levando à para várias problemáticas, sobretudo, a negação da existência de alguns povos.

Tendo isso como base, seguiremos com os autores Santos e Nascimento.

Com o fim do período escravocrata no Brasil, surgiu um outro mito que ainda é perpetuado, o do negro-livre. Como disse anteriormente em 1888 a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que decretava liberdade a todos os negros e negras que foram escravizados. Porém, pouco se entende o que aconteceu após essa suposta libertação. Nascimento, em sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro*, aponta uma reflexão a partir de fatos históricos que desmascaram o mito do africano livre. (grifo nosso)

Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem. “Africanos livres” se tornavam também aqueles escravos utilizados como soldados para fazer as guerras de destruição dos dirigentes brancos. Obtinham soldados prometendo a liberdade para os escravos que se alistassem no serviço militar. Para se tornarem, mesmo precariamente livres, muitos se inscreveram: buscaram a liberdade de morrer nas guerras dos colonizadores escravocratas. A covardia de tal processo de conscrição se demonstrava revoltante através do comportamento dos filhos do senhor branco: quando convocados para servir o exército, enviavam em seu lugar o escravo, preferindo arriscar a vida negra antes que a sua própria vida branca. (NASCIMENTO, 1978, p. 65-66).

E ainda,

Precisamos não esquecer que, à exceção de uns poucos, os cientistas que se aproximavam deste assunto o faziam conforme critérios importados do estrangeiro. Tudo era de origem europeia, como agora quase tudo vem dos Estados Unidos. O país obtivera em 1822 uma independência apenas formal, permanecendo sua economia, sua mentalidade e cultura, dependentes e colonizados. Gravítava-mos espiritualmente em torno da metrópole a Europa, obrigatório ponto

de referência, sobretudo no que se referia às ideias, padrões de julgamento estético, e atividades científicas de qualquer ramo. Foi natural que de lá chegassem ao Brasil os conceitos racistas do ideal ariano. (NASCIMENTO, 1978, p. 67).

Nota-se aqui, nitidamente, que a população negra foi subjugada e construída a partir da noção de ser *inferior*. A liberdade da população negra no Brasil estava/está muito distante do decreto da Lei Áurea. A história mostra, em meio ao tempo, classificações de inferioridade para essa parte da população. Construído sob bases europeias, o Brasil criou vários mecanismos de violência, sobretudo o de linchamento social dos negros, com o intuito de aniquilar esse (e todos os outros grupos que não fossem brancos, como os nativos por exemplo) grupo. Nascimento nos convoca a uma reflexão para “*O branqueamento da raça: uma estratégia de genocídio*” que perpetuou e ainda perpetua a sociedade contemporânea brasileira. O autor afirma em sua obra que é verídico o fato do embranquecimento ao longo da construção nacional. Os dados são de 1798, 1822 e 1872-1950 coletados através de estatísticas que quantificavam a população em distintas raças e apontam para o declive da população negra no corpo social. (grifo nosso)

Além disso, essas estatísticas demonstram não apenas o declínio, em números per se dos negros; elas refletem fato mais grave: o ideal de embranquecimento infundido sutilmente à população afro-brasileira, por um lado; e de outra parte, o poder coativo nas mãos das classes dirigentes (brancas) manipulado como instrumento capaz de conceder ou negar ao descendente africano acesso e mobilidade às posições sociopolíticas e econômicas. E neste cerco fechado, o termo raça não aparece, mas é o arame farpado onde o negro sangra sua humanidade. O teatro brasileiro de todos os tempos tem em Nelson Rodrigues o seu dramaturgo culminante; com sua linguagem ácida e precisa, Rodrigues contribui para a caracterização das nossas relações de raça com as seguintes palavras: Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior: Nós os tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite. (NASCIMENTO, 1978, p.76).

Essa tentativa que as classes dominantes, as instituições de poder, os poderes públicos criaram para embranquecer a sociedade, são uma clássica punição aplicada ao povo negro, que institui que a raça, a cor

de pele, o fenótipo seja algo pejorativo e ruim. Se tocarmos na veia na miscigenação (outra discussão complexa e negada socialmente) concluímos que historicamente foi construída por meio de estupros do homem branco a mulher negra (senhor e escrava) ou homem branco a mulher indígena. Essa é a verdadeira origem do casamento inter-racial⁷⁷ que está sob influência direta do racismo estrutural (suscitaremos a problemática dos relacionamentos no próximo capítulo). O enfoque aqui é compreender que, em meio toda construção de corpos, o corpo negro foi negado e por muitas vezes aniquilado. Como diria o ditado popular “é fácil ser negro, quando se é branco.”

Em meio a essa tentativa de embranquecimento, a identidade racial das pessoas negras também foi usurpada. Tudo que era de origem ou hábito da população negra foi instituído como ruim, perverso, animalesco, demoníaco entre outros. As religiões de matriz africana⁷⁸ sofreram uma gigantesca perseguição (no período escravocrata) e ainda hoje sofrem. A lógica utilizada, para diminuir a crença da população negra, resume-se em interpreta lá como ruim. Aos praticantes a técnica utilizada é a ofender e castigar, nomeando como macumba (sem ao menos compreender o significado da palavra). E isso me mantém, por simplesmente ser de origem africana. Outra punição.

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraíndolhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa de sua raça e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro. Mas o preceito, ao se tornar operativo, ganha uma dupla qualidade- de ferramenta usada convenientemente no interesse da estrutura do poder, e de arma imobilizadora apontada na direção das massas afro-brasileiras. Nenhum meio legal de protesto, de busca de alívio contra a injustiça racial, existe para o grupo discriminado e oprimido, desde que a lei- formal e distante- recolhe a todos em seu seio “democrático”. (NASCIMENTO, 1978, p. 79).

77 CASTRO, Alex. Racismo, miscigenação & casamentos interraciais no Brasil. Geledés – Fundação da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/racismo-miscigenacao-casamentos-interraciais-brasil/>>. Acesso em 27 out. 2017

78 PUFF, Jefferson. Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil? BBC – Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm>. Acesso em: 27 out. 2017.

Um dos fatos que mais impossibilita a discussão de racismo no Brasil é a negação de sua existência. A utilização do argumento de que perante a lei somos todos iguais. A tentativa aqui não é demonstrar que somos todos iguais, porque afinal não somos, porém deveríamos ter o direito assegurado sob a identidade e prática do nosso povo. Mas o que ocorre na maioria das vezes é um discurso de igualdade e uma prática racista, misógina, que exclui e violenta a parcela da população que não se enquadra no ideal eurocêntrico. Existe uma certa dificuldade de pensarem a cultura, a construção racial numa ordem plurirracial e pluriétnica. O brasileiro (de modo generalista) busca resguardar e culminar uma ideologia cristã e de supremacia branca, como se os “valores”, ideias e conceitos tivessem sido tão bons, que nem por um instante pudéssemos cogitar outras maneiras de viver e pensar. Podemos caracterizar como outro modo de punir.

Fugir das realidades étnicas é recurso totalmente inútil. Pois enquanto os brasileiros tentam enganar-se a si mesmos com a invenção da “democracia racial”, os povos de outros países manifestam um conhecimento perfeito de fatos e ocorrências supostamente não-existentes na sociedade brasileira, segundo a teoria oficial em vigor. Tal é o caso, por exemplo, de Antônio de Figueiredo, o escritor português mencionado páginas atrás. Suas palavras são exemplares e oportunas: É significativo que no Brasil, tal como na África do Sul, se tenha preferido o recurso a legislação repressiva para classificar a discussão da questão racial como subversiva e tema proibido. Foi este também o erro que cometeu o sistema Salazar-Caetano, que, depois de décadas de tática hipocrisia, tardiamente se lançou no expediente do interracialismo figurativo. (NASCIMENTO, 1978, p. 80).

Ainda sobre o embranquecimento...

Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilegio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra - senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (NASCIMENTO, 1978, p. 93).

O cenário proporcionado para o povo negro é esse. A tentativa de embranquecer, de apagar, de anular, de ignorar é resultado de uma estrutura racista que não está interessada em promover uma sociedade igualitária. Falar de racismo no Brasil parece até contraditório, já que a população negra, parda e amarela constitui mais da metade da população.⁷⁹

Dada a conjuntura da construção social do negro brasileiro, podemos seguramente afirmar que há várias formas de punições e a perpetuação dos mecanismos de poder⁸⁰. Como podemos estabelecer uma discussão fora essa proposta aqui, se historicamente as pessoas de cor, nós negros, temos que lutar pela existência? Como produzimos obras intelectuais, quando somos tomados como seres irracionais? Como estabelecemos uma vida saudável, se a violência do racismo se apresenta em todos os espaços?

Além da violência sofrida pela raça, o nosso gênero (enquanto mulher) também nos violenta. A classe social, essa que está diretamente ligada à problemática da raça também é determinante para existir.

Sousa⁸¹ nos leva a refletir sobre o negro em ascensão social. Este que é permeado pelo racismo estrutural, criado na ideologia de embranquecimento, tomado a partir de valores cristãos e europeus, consegue libertar-se e ascender socialmente, sem que tenha se transformado em um branco no corpo negro?

Existem dois estereótipos que constituíam e ainda constituem o *mito negro*⁸² e estão intrinsecamente atrelados à ascensão do negro no Brasil. O primeiro é a privilegiada sensibilidade que inibe a razão. O segundo é a superpotência sexual, que recaí aos homens e mulheres. Sobre o homem negro, atribui o sentido sexual, somente pelo tamanho de sua genitália, que para o senso comum é a ‘bengala’, ou seja, um objeto sexual. Sobre as mulheres, para o senso comum “são as mais quentes”, também é vista como um objeto sexual. Ambos encontram dificuldade de manter um relacionamento afetivo saudável (entraremos nesse assunto com maior profundidade no próximo capítulo). (grifo nosso)

Propomos uma reflexão simples, quantos donos do próprio empreendimento você conhece? Em um lugar onde a composição dos membros é classe média alta, quantas pessoas negras a compõe? Na praça de alimentação de qualquer Shopping Center em qualquer estado

79 Retratos da desigualdade entre gênero e raça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Senso de 1995 a 2015. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_populacao.html>. Acesso em 27 out. 2017.

80 Olhar o 2 Capítulo, com base em Michel Foucault.

81 SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Coleção Tendências. V. 4. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

82 Ibid.

no Brasil, quantos negros compõe a equipe de segurança, limpeza e organização? Quantos professores negros, especialmente na academia, você teve/tem? Podemos fazer mais inúmeras perguntas como essas, e as respostas serão óbvias. A questão que perpassa é quando a sociedade brasileira irá assegurar a população negra a existência, para podermos nos ocupar de outras coisas... coisas essas que a supremacia branca tem como privilégio.

Retomamos a Nascimento, para última reflexão antes de iniciar, a próxima discussão.

Na impossibilidade de apelar para a consciência brasileira, acreditamos que a consciência humana não poderá mais permanecer inerte, endossando a revoltante opressão e liquidação coletiva dos afro-brasileiros que estamos documentando nestas páginas, tanto mais eficaz quanto insidiosa, difusa e evasiva. Caracteriza-se o racismo brasileiro por uma aparência mutável, polivalente, que o torna único; entretanto, para enfrentá-lo, faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e antigenocida. Porque sua unicidade está só na superfície; seu objetivo último é a obliteração dos negros como entidade física e cultural. (NASCIMENTO, 1978, p.136).

O capítulo a seguir (o último) propõe uma discussão acerca da negritude feminina. Elaboramos, a partir da construção do povo negro, um recorte que visa compreender mulher negra periférica brasileira, em alguns pontos que tangem somente a essa parcela da população. É claro que tudo que foi dito até agora refere-se às mulheres negras e homens negros, mas no próximo capítulo vamos compreender com maior proximidade. Importante ressaltar que, não somente, mas também, iremos apontar as punições instauradas sob esse grupo por simplesmente serem mulheres negras.

CAPÍTULO III

PODER PARA EXISTIR, RESISTÊNCIA EM AMAR

No decurso desse esforço de compreender, questionar e verificar a construção da mulher negra brasileira e periférica, podemos propor neste capítulo uma reflexão sobre quem é essa mulher, como ela se constitui e, quais são os dispositivos que operam direta ou indiretamente para a construção da mesma. Torna-se imprescindível compreender a construção da mulher negra brasileira junto de autoras negras brasileiras e também a contribuição de Angela Davis, Bell Hooks, Audre Lorde para o entendimento da mulher negra afro-americana no meio social.

Poderíamos iniciar esse debate com inúmeras narrativas para exemplificar quem é esta *persona*. Concentramos essa produção em alguns teóricos e teóricas para facilitar o diálogo. Aqui propomos esta escrita através de textos, livros e artigos de Sueli Carneiro (*Mulheres em movimento*, 2003), Conceição Evaristo (*Olhos d'água*, 2016 e *Insubmissas lágrimas de mulheres*, 2016), Djamilia Ribeiro (*O que é lugar de fala?* 2017), Elisa Nascimento (*Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora*, 2009), Neusa Souza (*Tornar-se negro*, 1983) entre outras. Propomos então uma interseção de três variáveis: gênero, raça e classe, que irá direcionar o contexto histórico, político, social, jurídico e econômico da construção das mulheres negras no Brasil.

Ainda que tenhamos uma certa dificuldade para encontrar todo o drama histórico vivenciado pelas mulheres negras brasileiras, além de traçar o contexto histórico sobre a formação da identidade da mulher negra, construímos também um panorama da mulher negra no cenário contemporâneo em meio aos movimentos sociais.

Surge então a necessidade de abordar as temáticas de *fala*, *solidão* e *relacionamentos* presentes na vida das mulheres negras periféricas brasileiras (e das mulheres negras em geral). (grifo nosso).

Por fim, sugerimos um diálogo sobre a *existência*, a *resistência*, a *resiliência* e a *insistência* da mulher negra, em diversas facetas. E sem mais delongas, apresentamos a reexistência das mulheres negras na sociedade contemporânea brasileira a fim de concluir que relações de poder possibilitam atos de resistência, com enfoque no corpo negro, como

um corpo político. Iremos estabelecer, a partir da consciência política sobre identidade de raça, gênero e classe, um meio de sobressair uma lógica perversa de uma microfísica do poder de aparelhos e instituições que historicamente colaboraram para as punições funcionarem de modo institucionalizado. (grifo nosso)

3.1 A construção de identidade da mulher negra brasileira

“Neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.”⁸³

Historicamente tudo o que falamos até o momento, especialmente sobre a construção do povo negro no Brasil, aplica-se à história das mulheres. Retomaremos também a fala de Angela Davis (2016) quando afirma que tanto o homem quanto a mulher tiveram o mesmo cenário da América, porém, a mulher negra tornou-se vítima duas vezes em um mesmo processo, quando o abuso sexual, emocional e familiar foi forjado. E então iremos prosseguir, na tentativa de identificar **a construção da identidade** da mulher negra brasileira, já que a histórica definimos no capítulo anterior. (grifo nosso)

Não podemos esquecer que a escravidão tirou do povo de negro - da mulher negra - a categoria de ser, a população negra “foi” considerada objeto na história brasileira devido a sua raça - a população negra “foi” considerada com o status de ser inferior - ser sem racionalidade devido a cor de sua pele - a mulher negra “teve” sua identidade e existência aniquiladas por ser simplesmente mulher negra. Sempre que preciso retomaremos o seio dessa construção para melhor compreensão das lacunas sociais.

A mulher negra no Brasil foi formada por alguns estereótipos os quais a reduziu a papéis/funções na sociedade (logo a frente nos ocupamos em desmistificar esse mito) que são importantes de serem compreendidos. É fundamental compreender de quem nós estamos falando e porque o racismo e sexismo fazem parte da construção da identidade da mulher negra no Brasil. Lélia Gonzalez⁸⁴, filósofa e

83 GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. 1984 p. 225.

84 Geledés – Instituto da Mulher Negra. Hoje na História, 1935, nascia Lélia Gonzalez. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

militante brasileira, ocupou-se em escrever sobre essa problemática e hoje é considerada referência aos estudos de negritude, feminismo e afins. Gonzalez nos oferece uma primeira reflexão sobre os efeitos violentos do sexismo e como isso irá desencadear na construção da identidade da mulher negra.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta. (GONZALEZ, 1984. p.224).

A mulata, a doméstica e a mãe preta são uns dos estereótipos mais marcados na identidade da mulher negra e se aplicam de forma bastante reducionista. É como se só pudéssemos ser isso, nada além do que nos é postulado. Iremos tomar principalmente os conceitos de embranquecimento e o mito da democracia racial, pois esses são também os que dão alicerce para a construção perversa da identidade da mulher negra. Vejamos agora as contribuições de GONZALEZ sobre essa formação, primeiro sobre a mulata e doméstica.

As escolas vão desfilar suas cores duplas ou triplas. Predominam as duplas: azul e branco, verde e rosa, vermelho e branco, amarelo e preto, verde e branco e por aí afora. Espetáculo feérico, dizem os locutores: plumas, paetês, muito luxo e riqueza. Imperadores, uiaras, bandeirantes e pioneiros, princesas, orixás, bichos, bichas, machos, fêmeas, salomões e rainhas de sabá, marajás, escravos, soldados, sóls e luns, baianas, ciganas, havaianas. Todos sob o comando do ritmo das baterias e do rebolado das mulatas que, dizem alguns, não estão no mapa. “Olha aquele grupo do carro alegórico, ali. Que coxas, rapaz” “Veja aquela passista que vem vindo; que bunda, meu Deus! Olha como ela mexe a barriguinha. Vai ser gostosa assim lá em casa, tesão”. “Elas me deixam louco, bicho”. (GONZALEZ, 1984. p.227).

Ainda:

Toda jovem negra, que desfila no mais humilde bloco do mais longínquo subúrbio, sonha com a passarela da Marquês de Sapucaí. Sonha com esse sonho dourado, conto de fadas no qual “A Lua te invejando fez careta/ Porque, mulata, tu não és deste planeta”. E por que não?

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALEZ, 1984, p. 228).

A filósofa nos apresenta ‘roupagens’ que circundam a construção da mulher negra no Brasil, que de modo implícito também diz respeito à classe social a qual está inserida. O estereótipo de mulata e empregada doméstica surgem em meio a contemporaneidade no intuito de camuflar a escravidão. A mulata refere-se à sexualidade, somente. Um ser desprovido de racionalidade, mas que em contrapartida tem um corpo físico ‘espetacular’. Esse que é constituído por pares de seios grandes, quadril largo, cintura fina e afins. A essas mulheres cabe o papel de sedução, de atração. Vale ressaltar que nosso intuito não é a crítica pessoal ao carnaval, ou às mulheres que desfilam em escolas de samba no Brasil. O objetivo é compreender a formação dessa mulher.

Sobre a empregada doméstica, podemos dizer que é o papel que garante a manutenção em meio social. De modo geral, ninguém quer limpar a sujeira de ninguém (não é?) Porém é algo necessário na manutenção das instituições (desde a casa pessoal até uma grande empresa), retomando ao que já escrevemos no capítulo anterior: a mulher negra que foi escravizada cumpria as funções de limpar, arrumar, servir, cozinhar, lavar, passar, etc. Com o fim da escravidão, o desamparo de toda sociedade e a necessidade de sobrevivência das mulheres negras, não restava outra coisa senão continuar com as funções já sabidas só que agora de modo ‘remunerado’. Segundo a lei nº 5.859 de 1972, a remuneração das empregadas domésticas, baseado no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é obrigatória.

Porém, “a baixa fiscalização e as relações de trabalho baseadas em relações familiares mantêm os vínculos informais”.⁸⁵ Desse modo essa função foi destinada às mulheres negras como um destino certo a todas que nascessem com a cor da pele escura.

Tanto a mulata quanto a empregada doméstica estão diretamente ligadas à mucama, diz a autora. Segundo o dicionário Aurélio da época (1984), definiu:

Mucama. (Do quimbundomu'kama 'amásia escrava') S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes era ama-de-leite.

Em uma busca rápida na internet foi possível encontrar a definição abaixo⁸⁶:

Criada; mulher negra e jovem que auxiliava sua senhora com os afazeres domésticos ou servindo de companhia em passeios. [Por Extensão] Ama de leite; aquela que amamentava os filhos de seus senhores. Etimologia (origem da palavra mucama): Forma alteração do quimbundo makamba, de kamba.

Ou seja, a mulher negra brasileira foi construída em meio a essa definição, mesmo que tenha se transformado ao longo do tempo, o princípio de servir - seja sexualmente ou fisicamente. A identidade da mulher negra se constrói a partir disso. Gonzalez ainda afirma:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição poli-

85 Matéria do dia 27/03/2017, que demonstra alguns pontos da pesquisa da pesquisadora Juliane Furno (pesquisadora), que organizou os dados do IBGE em seu doutorado no Centro de Estudos em Economia do Trabalho e Sindicalismo (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). SILVA, Camila Rodrigues da. Por conta da informalidade, empregadas domésticas já têm dificuldades em se aposentar. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/por-conta-da-informalidade-empregadas-domesticas-ja-tem-dificuldades-em-se-aposentar/?platform=hootsuite>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

86 DICIO – Dicionário Online de Português. Significado de Mucama. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/mucama/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

cial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (GONZALEZ, 1984. p. 231).

Podemos afirmar uma situação não só de vulnerabilidade extrema da sociedade para com as mulheres negras, bem como uma relação ínfima de punição e de mecanismos de poder⁸⁷ sob as implicações sociais. Junto dessas duas ‘definições’ existe outra que forma uma espécie de tríade sobre a constituição da mulher negra brasileira ainda na tão consagrada contemporaneidade.

A figura, o papel de mãe-preta, é a mais ilustrativa em meio o corpo social por tocar emocionalmente os indivíduos. Atrelar a imagem da mulher negra à instintiva maternidade foi fundamental para o processo de deixá-las reduzidas a isso. As mães-pretas, as amas de leite, são aquelas que cuidam, educam, ajudam, ensinam, porém, estão sempre ‘atrás das cortinas’. No período da escravidão as mulheres negras amamentavam os filhos dos senhores enquanto os seus próprios choravam de fome. Podemos perceber a violência e a punição aplicada a todo o grupo de mulheres escravas, as mucamas.

Podemos fazer uma simples elucidação sobre essa noção de mãe preta na área da educação. Se analisarmos quantas mulheres negras brasileiras são pedagogas - professoras de educação infantil, que cuidam de crianças - são muitas, uma grande porcentagem. Mas quantas mulheres negras são professoras em meios acadêmicos? Pouquíssimas (na minha formação pessoal nenhuma). Mas qual o objetivo dessa comparação? Demonstrar que somos nós que ainda cuidamos e em alguns casos, como babás, a mulher negra realiza a função de ama de leite. Vejamos a descrição de Gonzalez:

É interessante constatar como, através da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação (Lacan, 1979). Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito

apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. (GONZALEZ, 1984. p.235).

E ainda:

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente (Gonzalez, 1979c). Ela passa prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. Por aí a gente entende porque, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada. (GONZALEZ, 1984, p.235-236).

Então as três variáveis que circundam a identidade da mulher negra brasileira são totalmente intrínsecas à construção da mulher negra, cuja identidade foi forjada, e o que lhe foi atribuído foram papéis/funções. A mulata, a empregada doméstica e a mãe preta repousam no status de mucama. Das três, a mãe-preta é um dos papéis mais subversivos, pois já que é a mulher negra que ensina e cuida, esta pode ensinar e cuidar segundo os seus hábitos, crenças e costumes negando a formação eurocêntrica, forjando a identidade de embranquecimento.

O que podemos afirmar é que, não só o racismo, mas também o sexismo aparecem de modo estrutural na sociedade que pune severamente as mulheres negras. Essas que por si só têm que driblar os estigmas de raça, gênero e classe.

É por essa via que dá prá entender uma série de falas contra o negro e que são como modos de ocultação, de não assunção da própria castração. Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de que? Talvez de uma onipotência fállica. Por que será que dizem que preto quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada é chamado de “mulata assanhada” (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos?). Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” Bispo fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo prá gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZALEZ, 1984, p. 237-238).

Assumimos o risco de trazer somente uma autora para construir este ponto, porém, em nossas leituras tudo se repete. A história é contada por várias vozes, mas os fatos são os mesmos, portanto nada mais justo do que uma filósofa subversiva, a qual o meio acadêmico insiste em ignorar para nos ajudar a construir a ponte para o próximo tema que é a mulher negra no cenário contemporâneo que não corresponde a essa tríade: a mulher negra brasileira que resiste e vai além de uma identidade punitiva. Vejamos, então, qual é o cenário e como reage a mulher negra em meio a essa identidade.

3.1.1 A negritude feminina no Brasil sob a perspectiva do cenário contemporâneo

“Para elas, estas meninas negras do tempo presente e do futuro, deixamos um legado potente de apostas em mudança, transformação, superação – todos são traços comuns na história das entrevistadas aqui reunidas. Elas falam de nós, por nós, e representam um

*microcosmo das mulheres negras brasileiras— milhares de outras mulheres negras vão se reconhecer nessa trajetória.*⁸⁸

Ao estabelecer a identidade da mulher negra no Brasil e a construção histórica para o povo negro no Brasil, é imprescindível compreender qual é o cenário contemporâneo para essa mulher. Acima, Gonzalez já apontava os resquícios da escravidão para a população negra, mas, será somente isso? Veremos.

A negritude feminina brasileira está institucionalmente fadada aos estereótipos já descritos, pois, estruturalmente no Brasil a realidade não parece ter tido grandes transformações. No entanto, e não somente na contemporaneidade, a mulher negra reagiu a esta estrutura com a existência real do seu corpo em meio à sociedade. Não queremos reproduzir um discurso em que tudo e todos são resultado do Estado e, nem fazer uma análise de autoajuda, em transpassar as mulheres negras como heroínas. Aqui nos mantemos na construção da própria mulher a partir de sua própria fala, a própria materialização de uma realidade de luta.

Afinal, ser mulher, negra, indígena, lésbica, pobre, migrante, é viver de diferentes modos as assimetrias de gênero e raça que caracterizam a sociedade organizada sob as regras do racismo patriarcal. Em sociedades deste tipo, exatamente como a nossa, mulheres negras, em especial, são expostas a situações de grave subordinação e discriminação, que se traduzem em pobreza, violências e vulnerabilidades, sendo empurradas para as camadas inferiores, na base da pirâmide social.

Somos a maioria (49,9%) da população feminina brasileira, compondo o contingente negro que equivale a 51% da população total do país. Dados reunidos no Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (na quarta edição, em 2011), publicado periodicamente pelo governo brasileiro, e no Anuário das Mulheres Brasileiras de 2011, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, em parceria com o governo do Brasil, ao lado de outras bases de dados oficiais disponíveis na saúde, previdência, entre outras, apontam nossa condição de maioria também entre as iniquidades sociais. Pobreza, indigência, morte precoce e evitável, violências, violação de direitos, restrições à livre expressão sexual, incidência crescente de infecção por HIV/AIDS, baixo acesso a terra e à moradia adequada –

88 WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (Orgs.). Mulheres negras na primeira pessoa. Porto Alegre: Redes Editora, 2012, p.15.

urbana e rural –, estão entre os desafios enfrentados por nós, mulheres negras, na maior parte das vezes, em isolamento. (WERNECK, 2012. p. 13).

A partir do livreto *Elas em contexto (Ruth de Souza; Tia Ciata; Zezé Motta; Leléia Almeida Gonzalez)*⁸⁹. E do livro *Mulheres negras em primeira pessoa (Aparecida Do Carmo Miranda Campos)*⁹⁰ podemos, por meio de algumas narrativas, nos localizar no tempo e espaço, que sem menor dificuldade tocaremos a negritude feminina no Brasil. (grifo nosso)

Ruth de Souza (1921): Nascida no Rio de Janeiro, Ruth Pinto de Souza viveu até os 9 anos com a família, numa fazenda, em Porto do Marinho, pequena cidade do interior de Minas Gerais. Com a morte do pai, ela e a mãe voltaram à cidade natal. Foram morar em Copacabana, numa vila onde residiam as lavadeiras e seus maridos, a maioria deles jardineiros dos casarões que existiam no bairro. O incentivo para estudar teatro veio da mãe, que a levou para as primeiras sessões de teatro e cinema. Depois de alguns anos no colégio interno - onde as freiras puniam a menina alegre que cantarolava músicas de Carnaval - a jovem atriz ingressou no Teatro Experimental do Negro - TEN, aos 17 anos, sob os cuidados do escritor, dramaturgo, ator, e ex-senador Abdias Nascimento. Com a peça *O Imperador Jones*, encenada pelo TEN, Ruth de Souza foi a primeira atriz negra a pisar no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. O TEN abriu as portas do mercado de trabalho para os artistas negros. O Teatro dos Comediantes uniu-se ao grupo de Abdias Nascimento e, juntos, montaram *Terra do Sem Fim*, de Jorge Amado. Em seguida, a companhia cinematográfica Atlântida resolveu fazer a adaptação do texto para o cinema e Ruth de Souza, de novo, foi escalada para o elenco, indicada por Jorge Amado para que fizesse no filme o mesmo papel interpretado no teatro. Ruth de Souza, com cinco anos de carreira, conseguiu uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, fez as malas e viajou para os Estados Unidos para estudar teatro. Lá, além de dramaturgia, aprendeu iluminação, sonoplastia, direção e cenografia. Assinou trabalhos como diretora em “*Porkand Bess*” e “*Shadowsof a Gunman*”, peças em que trabalhou na época. Conheceu a Broadway e seus atores. Fez também um mês de estágio na

89 CASSAB, JULIANA. *Mulher Negra. Mulher Coragem. Mês Da Consciência Negra. Elas Em Contexto*, 2005. Disponível

90 WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (Orgs.). *Mulheres negras na primeira pessoa*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

Howard University, em Washington, indo após para Nova York, onde ficou dois meses na Academia Nacional do teatro Americano. De volta ao Brasil, recomeçou uma sucessão de trabalhos somando hoje mais de 50 anos de carreira, vividos nos palcos de teatro, estúdios de televisão e sets de filmagem. Ela viu nascer o cinema nacional com as companhias cinematográficas Atlântica e Vera Cruz. Atuou nas primeiras radio novelas do país e nos teleteatros das TVs Tupi (Rio) e Record (SP), precursores das novelas de televisão, na década de 50. Também integrou o elenco de atores que participaram da fundação da Rede Globo, onde conta 30 anos de trabalho. Sua trajetória soma uma infinidade de filmes, peças de teatro, novelas, minisséries e seriados. Primeira brasileira a ser indicada para um prêmio internacional - o de melhor atriz, na edição do Festival de Veneza de 1954 -, pela atuação em *Sinhá Moça*, Ruth de Souza disputou o Leão de Ouro com monstros sagrados do cinema mundial; Katharine Hepburn, Michele Morgan e Lili Palmer, para quem perdeu por dois pontos. Apaixonada pela arte de interpretar, Ruth de Souza abriu caminho para o artista negro no Brasil. Primeira atriz negra a subir ao palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, foi também a primeira brasileira a ser indicada a um prêmio internacional.

Tia Ciata - Hilária Batista de Almeida (1854-1924): Nasceu em Salvador (BA), em 1854. Filha de Oxum no Candomblé, foi iniciada nos preceitos do santo na casa de Bambochê, na nação Ketu. Aos 22 anos e com uma filha, mudou-se para o Rio de Janeiro, formando nova família e continuando os preceitos na casa de João Alabá, tornando-se Mãe-Pequena. Tia Ciata era muito respeitada pelos seus conhecimentos de religião e não deixava de comemorar em sua casa as festas dos Orixás quando, depois da cerimônia, armava pagode. Essas festas chegavam a durar por volta de três dias. Muito boa doceira, punha barraca de comidas na festa da Penha e em volta se formavam rodas de samba, com a participação de Donga, Heitor dos Prazeres, Sinhô e Pixinguinha, alguns deles ainda desconhecidos como artistas. Sua casa tornou-se a capital da Pequena África, no Rio de Janeiro, e era um dos pontos obrigatórios dos cortejos de Carnaval, onde os ranchos passavam para reverenciar a velha baiana. Foi uma líder da comunidade negra no Rio de Janeiro, onde sua casa transformou-se em um berço do samba.

Zezé Motta - Maria José Motta (1944): Nasceu em Campos, (RJ), em 27 de junho de 1944. Transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro aos dois anos de idade. Estudou no Tablado, curso de teatro

de Maria Clara Machado. Começou sua carreira como atriz em 1967, estrelando a peça “Roda-viva”, de Chico Buarque, sob a direção de José Celso Martinez Corrêa. Atuou, a seguir, em “Fígaro, Fígaro”, “Arena conta Zumbi”, “Orfeu negro”, em 1972, e “Godspell”, em 1974, entre outros. Iniciou sua carreira de cantora em 1971, apresentando-se como crooner das casas noturnas Balacobaco e Telecoteco (SP). Produzida por Guilherme Araújo, apresentou-se em show realizado no Museu de Arte Moderna (RJ). Em 1975, gravou, com Gerson Conrad o LP “Gerson Conrad e Zezé Motta”. Nas décadas de 1970 e 1980, lançou 5 LPs. Em 1995 gravou o CD “Chave dos segredos”. Apresentou-se, representando o Brasil a convite do Itamaraty, em Hannover (Alemanha), Carnegie Hall de Nova York (EUA), França, Venezuela, México, Chile, Argentina, Angola e Portugal. Em 2000, lançou o CD “Divina saudade”, interpretando o repertório de Elizeth Cardoso. Como atriz, participou de vários filmes: “A rainha diaba”, “A força de Xangô”, “Xica da Silva” - filme que a consagrou internacionalmente e pelo qual recebeu vários prêmios - “Quilombo”, “Jubiabá”, “Anjos da noite”, “Natal da Portela”, “Dias melhores virão”, “Tieta”, “Orfeu”, entre outros. Em televisão, atuou em novelas e minisséries na Rede Globo e na Rede Manchete. Além do trabalho artístico, Zezé também milita em outras fileiras: atualmente é presidente de honra do CIDAN- Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro. O CIDAN é uma organização não governamental criada por Zezé em 1984 que tem como principal característica a promoção e inserção do ator negro brasileiro no mercado de trabalho (www.cidan.org.br). Além disso, o CIDAN promove o curso “A Arte de Representar Dignidade”, curso de artes cênicas e cenotécnica dirigido a adolescentes e jovens moradores de comunidades pobres, em que Zezé é Coordenadora e Supervisora. É também Diretora de Comunicação da Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais (SOCIMPRO).

Lélia Almeida González (1935-1994): Doutorada em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo-USP, soube usar o espaço acadêmico para desenvolver pesquisas temáticas relacionadas à mulher e ao negro. Foi professora de várias Universidades e Escolas importantes e o seu último cargo acadêmico foi o de Diretora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC/RJ. Na vida política se destacou como participante da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), anos 70, do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), anos 70, do Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga, e foi membro do Conselho Nacional dos

Direitos da Mulher. Participou ativamente de inúmeros congressos internacionais. Atuou também em partidos políticos como primeira suplente de Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982 e suplente de Deputado Estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1986.

Incentivadora ardorosa das manifestações culturais de raízes negras, participou de carnavais do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo. Ajudou a fundar o OLODUM, bloco Afro de Salvador, com quem mantinha intercâmbio constante. Várias vezes fez parte do corpo de jurados das escolas de samba e era torcedora fervorosa do futebol brasileiro. Lélia González, acadêmica, uma das fundadoras do Colégio Freudiano de Psicanálise, entendia o futebol como cultura, não distanciado, pois, do cotidiano do povo. Deixou, além de obras coletivas, teses e muitas anotações, os livros: “Lugar de Negro”, com autoria de Carlos Hasenbalg e “Festas Populares no Brasil”. Em seu último trabalho, Lélia de Almeida González refletia sobre a especialidade dos Negros da diáspora, condição que ela adotou o nome de Amefricanidade.

Aparecida do Carmo Miranda Campos (Tida) - CAMPINAS/SP:

“A luta é contínua enquanto estivermos numa sociedade tão desigual, mas acredito que um outro mundo é possível.”

Eu me chamo Aparecida do Carmo Miranda Campos, tenho 52 anos, resido em Campinas, São Paulo, e trabalho no Hospital de Clínicas da UNICAMP. Sou formada em Serviço Social e fiz especialização em Família e Instituição na PUC em 1991. Sou casada há 26 anos, tenho um casal de filhos – ele com 25 anos; ela com 17 anos.

Trabalho desde 1975, quando iniciei no projeto Mobral de alfabetização para adultos. Depois prestei vestibular, passei e, concomitantemente, fui trabalhar como Técnica Administrativa em um Hospital privado.

Sempre tentando superar os limites, exerci primeiramente a função de Assistente Social no Centro de Assistência Social em Nazaré Paulista. Casei no ano seguinte, prestei concurso e vim trabalhar no Hospital das Clínicas da Unicamp, inicialmente como auxiliar educacional. Particpei de outro concurso e passei para Assistente Social. Trabalho no programa de DST/HIV/AIDS do Serviço Social desde 1991, junto à disciplina de moléstias infecciosas.

Despertei cedo para a luta, pois minha família participava de grupos na igreja católica e a gente conversava sobre falta de saneamento, da precariedade do transporte coletivo, da violência da polícia contra os jovens negros nas periferias e sobre os desafios para vencer barreiras no dia a dia, enfrentar descasos, elogios, ciúmes, alegrias, machismo, racismo.

Sou militante do Movimento Negro, católica de nascimento e faço parte da Pastoral Afro-Brasileira. Sou militante no Setorial de Combate ao Racismo do PT e represento este setorial na Secretaria Estadual de Combate ao Racismo de São Paulo. Estou coordenadora dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (Apenas), Mocambo Campinas. Tenho um trabalho com grupo de mulheres assentadas no Município de Mogi Mirim (Assentamento Vergel), desenvolvo um trabalho com mulheres também na Igreja Católica (projeto Pão e Rosa) em nível forânico. No Hospital das Clínicas da UNICAMP tenho pautado minha referência junto ao Programa de Integração e Cultura Afro brasileira (GT). Participei de pesquisas sobre População Negra e HIV/AIDS pelo convênio MS, UNESCO e Disciplina de MI-UNICAMP, e após os resultados da pesquisa, organizamos o I Simpósio Nacional de Saúde da População Negra e HIV/AIDS, que proporcionou, em seguida, organizarmos e lançarmos um livro sobre Saúde da População Negra e HIV/AIDS – Pesquisas e Práticas.

Participei também, representando a Unicamp, em uma pesquisa “AIDS nas fronteiras do Brasil junto com o MS e Population Council”. Sou colaboradora no Curso Educafro, cursinho pré-vestibular para afrodescendentes e carentes, ministrando aulas de cidadania. Participo da rede LaiLai Apejo-Saúde da população negra e AIDS.

Vivenciei inúmeros momentos de superação das desigualdades com muita luta e recentemente passei por um processo de racismo institucional no local de trabalho, que culminou com minha transferência para outra equipe.

Apesar da minha consciência política e de ser militante, o sofrimento psicossocial foi enorme. Apesar da dor, da humilhação e da perseguição enfrentada, meu trabalho foi reconhecido e fui convidada para compor a equipe, do Dr. Francisco Aoki no mesmo Hospital das Clínicas, sendo ele nosso parceiro na luta pela efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Há males que resultam em um bem.

Em relação à política de enfrentamento do racismo, tenho vivenciado muitos avanços. Os movimentos populares, sindical, partidários, de mulheres negras, movimentos negros, ciganos, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) entre

outros, conquistaram mais representações nos espaços de decisões, após o fim da ditadura militar nos anos 80. Hoje temos direito à voz, estamos muito mais articulados e conseguimos dar visibilidade em quase todos os seguimentos da questão racial e de gênero. Estamos em várias frentes e com esta vigília perseverante, temos conseguido dar muitas respostas em relação às demandas colocadas na questão do racismo e sexismo.

Hoje temos a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), a Política Nacional de Saúde da População Negra no Sistema Único de Saúde (SUS), a experiências do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), a Lei 10.639/2003, as ONGs racialmente feministas que têm tido um papel fundamental de se colocar sempre nas agendas para estarem à frente das discussões, cobrar dos governos políticas mais efetivas e fornecerem subsídios para a operacionalização dos programas propostos; a aprovação das cotas nas universidades federais. Porém, alguns retrocessos devem ser observados, como por exemplo, quando o legislativo federal retalhou o Estatuto da Igualdade Racial nas dificuldades de implantação e implementação de algumas ações como: o Comitê Técnico de Saúde da População Negra nos Municípios, a História de África e afro-brasileira -brasileira nas escolas, a nossa própria invisibilidade no Estado em função do racismo institucional. Esses fatos acabam sendo entraves para o desenvolvimento das políticas de igualdade da população negra. E precisamos de mais orçamento público.

Eu avalio que este movimento precisa se intensificar, pois tem sido tímido e pontual em algumas localidades. Localmente é necessário fortalecer esta luta. O desafio é em relação às jovens negras. Elas precisam participar efetivamente deste movimento, pois existe uma mistificação da questão racial nesta faixa etária. E, apesar de haver um avanço na questão dos estereótipos negros (cabelos crespos, por exemplo), ainda falta empoderamento identitário racial, pois elas não conseguem fazer uma discussão mais profunda na questão de raça. Acredito que o processo é de formação contínua e de cidadania para que se apoderem do saber e se crie de fato a identidade negra.

Acredito que, se conseguirmos ampliar este debate localmente, automaticamente estaremos ampliando regionalmente e nacionalmente. Sei que é um grande desafio, mas temos que pautar as questões desta juventude negra e mobilizá-las para o enfrentamento deste processo.

Acredito que, nestas últimas décadas, foram sendo construídas pela sociedade civil (ONGS e movimentos feministas), várias ações que geraram políticas públicas que necessitam ser implementadas. Acredito

que a invisibilidade das mulheres negras hoje é maior, por podermos pautar as nossas questões. Porém, é preciso que, de fato, as ações sejam efetivadas no tocante ao combate do racismo, sexismo, lesbofobia, na questão do acesso à educação, à equidade em saúde, igualdade salarial, no mercado de trabalho, ao acesso nos espaços de poder político.

Quero reforçar que o nosso desafio está em um processo de formação contínuo, temos que nos apropriar do conhecimento, defender e garantir nossas conquistas institucionais, monitorar, avaliar as políticas públicas para mulheres negras e nos apoderarmos do espaço que é nosso, ter voz e vez, falar por nós mesmas e nos empoderarmos politicamente.

A minha mensagem para a menina negra que nasce neste século é que hoje tudo está melhor do que para nós que nascemos anteriormente. E que hoje vivemos melhor que as nossas mães, avós e ancestrais. Que dias melhores ainda virão, pois, a luta é contínua enquanto estivermos numa sociedade tão desigual, mas que acredite que um outro mundo é possível e que já começamos a construí-lo, desde as nossas ancestrais. Como disse Jurema, nossos passos vêm de longe. Seja menina-mulher, linda e sempre negra.

Essas narrativas representam a diversidade em meio à população negra. Identificar um único pensamento, modo de vida e luta das mulheres negras, seria no mínimo uma atitude pretenciosa. Optamos então em instaurar a ‘fala’ de quem conta a sua própria história. A mulher negra no cenário contemporâneo, portanto, está sujeita aos mecanismos de poder que instauram o racismo e machismo, como arte em punir. Porém a negritude feminina, essa que é grandiosa em números populacionais, não se reduz a essas punições, e nenhuma tentativa seria suficiente para entender a completude e complexidade da vida de um grupo inteiro. Porém, visto as narrativas, somos capazes de tocar, de enxergar essa mulher.

3.1.2 Mulheres negras em ascensão nos movimentos sociais

*“Não fomos vencidas pela anulação social,
Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial;
O sistema pode até me transformar em empregada,
Mas não pode me fazer raciocinar como criada;
Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo,*

*As negras duelam pra vencer o machismo,
O preconceito, o racismo;*⁹¹

Os movimentos sociais no Brasil sempre existiram como meio de reivindicação e luta por direitos e igualdade. Quando mencionamos a mulher negra, especificamente, em meio a essas lutas, é importante retomar o que foi dito no capítulo anterior, quando Davis, afirma que houve um apagamento dessas mulheres. Dificilmente contam a história sob a perspectiva das pessoas que sofreram bruscamente com os diversos regimes (escravidão, nazismo, opressão religiosa e linguística, ditadura militar, etc.), mas, ainda assim, quando contam, a história assume um carácter masculino, com a ilusão de instaurar na sociedade que somente os homens lutaram a favor das minorias.

No texto da conferência de Angela Davis no Brasil (2017) no capítulo anterior, a filósofa afirma a força do feminismo negro no Brasil e conseqüentemente a força da mulher dentro do Movimento Negro. Essa guinada da mulher à frente desses movimentos é ‘recente’. Por muito tempo a visibilidade recaía sobre a figura da mulher branca ao falar de feminismo e a figura do homem negro ao falar do movimento negro. Obviamente ambos sofrem opressões. A mulher por simplesmente ser mulher e o homem negro por simplesmente ser negro, mas é a mulher negra que carrega junto de si a raça e o gênero? Não, nossa tentativa não é formular uma reflexão da mulher negra enquanto vítima, no entanto, verdade seja dita - já que esta é uma produção acadêmica filosófica - a mulher negra traz isso consigo e ainda a possibilidade de de sexualidade não ser a padronizada - heteronormativa e ainda ter um corpo que não corresponde à ideia de mulata. Em outras palavras, a mulher negra é punida severamente apenas por sua existência. Sua ascensão nos movimentos sociais não aconteceu por um desejo, mas por necessidade.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estão falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...

91 Yzalu, rapper brasileira relata em sua música Mulheres Negras, a atuação da mulher negra na sociedade brasileira. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/yzalu/mulheres-negras.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estão falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de desemprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”. (CARNEIRO, 2001. p. 01).

Continua:

Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulheres estão falando?

Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura. Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde. (CARNEIRO, 2001, p. 01-02).

Nesta primeira década do século XXI, com o advento da internet de fácil acesso, as discussões sobre o feminismo interseccional e movimento negro se intensificaram. Existe um discurso em meio ao senso comum de que a revolução começou ‘agora’. Além de ser pretensioso é ingênuo. Essa discussão intensa só se faz possível por já existir uma série de

fatores e reflexões sobre essas problemáticas. Sugerimos então, à luz de Sueli Carneiro (Mulheres em movimento, 2003 e Enegrecer O Feminismo: A Situação Da Mulher Negra Na América Latina A Partir De Uma Perspectiva De Gênero, 2001), Audre Lorde (Usos do erótico: o erótico como poder, 1984) e Chimamanda Ngozi Adichie (Sejamos todos feministas, 2014), uma discussão sobre a importância desta consciência política.

Sueli Carneiro⁹² afirma que o movimento de mulheres no Brasil é um dos maiores, esse é referência para outros países e a base dessa potência toda é a Constituição de 1988 que inaugura juridicamente uma visão que abarca essas mulheres e produz inovações no campo de políticas públicas (historicamente é um divisor de águas).

As maiores pautas levantadas pelas mulheres são no campo da sexualidade - autonomia sobre o próprio corpo, que por muito tempo esteve ligado ao Estado e Igreja; no campo do poder público - que foi enfrentado e resultou na aprovação do projeto de lei que reserva 20% das legendas dos partidos para as candidatas mulheres; no fator econômico (mercado de trabalho) - onde há desigualdades salariais significativas entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções, mas, que hoje é bem menor (um dos orgulhos do movimento feminista); as lutas pela anistia, por creche, pela descriminalização do aborto que penaliza, sobretudo, as mulheres de baixa renda e entre outras ações. Essas ações são marcos determinantes para o movimento feminista, que vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas em que torna-se imprescindível ressaltar que “o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.” (CARNEIRO, 2003).

No interior do movimento feminista, em que mulheres negras permanecem invisíveis, instaurou-se a expressão **Enegrecendo o feminismo**, que denuncia a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista⁹³. Esse movimento das mulheres negras foi muito mais do que necessário para que hoje pudéssemos compreender a luta contra as opressões de modo relacionado, e não mais de modo distinto e desconexo. Carneiro afirma: (grifo nosso)

92 Sueli Carneiro é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Teórica da questão da mulher negra criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras, onde mais de trinta mulheres são atendidas semanalmente por psicólogos e assistentes sociais. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

93 CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. 2003, p. 118.

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2001, p. 03).

Conclui, portanto:

Acredito que nessa década, as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. Foi sua temática a que mais cresceu politicamente no movimento de mulheres do Brasil, integrando, espera-se que definitivamente, a questão racial no movimento de mulheres. O que impulsiona essa luta é a crença “na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos”. Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade. (CARNEIRO, 2001. p. 05).

Podemos, então, afirmar a insurgência de grupos ao que diz respeito aos direitos humanos. A problemática da raça, que foi discutida anteriormente, e a problemática de gênero já anunciada por Davis, demonstram desigualdades. Mas, o que as mulheres negras decidiram enfrentar (não necessariamente como uma escolha) é rebater os entraves. Hoje quando falamos de movimento social, é comum que seja uma mulher negra a líder. Como diz o ditado popular “Tomamos de assalto”.

Fora as lideranças, as mulheres negras reinventaram cada uma

a seu modo maneiras de resistir, de existir. Isso é muito significativo para a sociedade brasileira e reflete em todas as áreas e campos. Ainda que lento, demonstra mudança, movimento. Poderíamos citar muitas narrativas de mulheres que vivem essa luta, mas as narrativas acima já demonstram esse e vários outros aspectos contemplados neste trabalho.

Recorremos a Adichie⁹⁴ para construir essa ponte para compreendermos o feminismo e que isso independe de espacialidade territorial. O gênero define relações e modos de existência. Refletir sobre uma construção social em que o patriarcado se instaurou de maneira violenta e reconhecer o movimento de mulheres contra essa relação de poder é reconhecer a revolução, uma grande transformação, provocada por pessoas que sofrem e que são punidas por esses mecanismos. Reconhecer o movimento feminista e o movimento negro (e tantos outros) é assumir que existe um desajuste na sociedade instaurada por uma tradição arcaica que institucionalizou um ideal de vida e comportamento. A autora afirma:

Meninos e meninas são inegavelmente diferentes em termos biológicos, mas a socialização exagera essas diferenças. E isso implica na auto realização de cada um. O ato de cozinhar, por exemplo. Ainda hoje, as mulheres tendem a fazer mais tarefas de casa do que os homens — elas cozinham e limpam a casa. Mas por que é assim? Será que elas nascem com um gene a mais para cozinhar ou será que, ao longo do tempo, elas foram condicionadas a entender que seu papel é cozinhar? Cheguei a pensar que talvez as mulheres de fato houvessem nascido com o tal gene, mas aí lembrei que os cozinheiros mais famosos do mundo — que recebem o título pomposo de “chef” — são, em sua maioria, homens.

Costumava observar minha avó, uma mulher brilhante, e ficava imaginando o que ela poderia ter sido se durante a juventude tivesse tido as mesmas oportunidades que os homens. Hoje, diferente do que acontecia na sua época, há mais oportunidades para as mulheres — houve mudanças nas políticas e na lei, que foram muito importantes.

Mas o que realmente conta é a nossa postura, a nossa mentalidade. E se criássemos nossas crianças ressaltando seus talentos, e não seu gênero? E se focássemos em seus interesses, sem considerar gênero? (ADICHIE. 2014, p. 09).

94 Biografia de Chimanda Ngozi Adichie, autora dos livros: *A coisa à volta do teu pescoço* (2012); *Americanah* (2013); *Meio Sol Amarelo* (2017). Disponível em: <<https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=1374>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

Percorremos um caminho ilógico, porém original. Ao falar da ascensão da mulher negra em movimentos sociais e ao ler textos da autora, Audre Lorde, percebemos o quão necessário é para os movimentos sociais desconstruir um perfil de mulher. Pois mesmo em meio aos movimentos, cria-se um imaginário de como deve ser, agir, ler, escrever uma militante. Falar sobre erotismo nos movimentos sociais, é também empoderamento e libertação, sobretudo, para mulher negra que foi tomada como objeto sexual. Abaixo o trecho que trouxe à tona essa ligação:

Nossa sabedoria erótica nos empodera, se torna uma lente pela qual escrutinamos todos os aspectos de nossa existência, nos forçando a examiná-los honestamente em termos de seus significados relativos em nossas vidas. E essa é uma grave responsabilidade, projetada desde dentro de cada uma de nós, de não se conformar com o conveniente, o falseado, o convencionalmente esperado, nem o meramente seguro. (LORDE, 1984. p. 03).

O movimento feminista interseccional, e o movimento negro deveriam abordar também temáticas como essa? Tomamos aqui a posição ao responder que sim. Se retomarmos a fala de Gonzalez, iremos perceber que a mulher negra, na perspectiva sexual foi, tomada como objeto de uso e poder. No imaginário brasileiro, uma frase bem comum é ‘brancas para casar, mulata para foder e negras para servir’. Se analisarmos com profundidade, a mulher em si só cumpre papéis em serviço do homem e a satisfação pessoal escapa pelas mãos. Por muito tempo as mulheres se enquadraram nesse ditado (por não ter outra opção e/ou realidade), mas, a consciência política permitiu afastarem-se disso e irem além, pois instintivamente recusamos essa ordem. Vejamos sob a perspectiva de uma mulher negra e lésbica a importância do erótico na construção da mulher:

Quando desviamos o olhar da importância do erótico no desenvolvimento e sustentação de nosso poder, ou quando desviamos o olhar de nós mesmas ao satisfazer nossas necessidades eróticas em acordo com outras, nós usamos umas às outras como objetos de satisfação ao invés de compartilharmos nosso gozo no satisfazer, ao invés de fazer conexão com nossas similaridades e nossas diferenças. Nos recusarmos a ser conscientes do que estamos sentindo a qualquer momento, por mais confortável que possa parecer, é negar uma grande parte da experiência, e permitir que nós mesmas sejamos reduzidas ao pornográfico,

o abusado, e o absurdo. (LORDE, 1984, p. 04).

Continua:

Somente agora, eu acho mais e mais mulheres -identificadas- com mulheres bravas o bastante para arriscar compartilhar a carga elétrica do erótico sem ter que desviar os olhos, e sem distorcer a natureza enormemente poderosa e criativa dessa troca. Reconhecer o poder do erótico em nossas vidas pode nos dar a energia para alcançar mudança genuína dentro de nosso mundo, ao invés de meramente acomodação a uma mudança de personagens no mesmo teatro tedioso. Pois não só nós tocamos nossa fonte mais profundamente criativa, mas fazemos aquilo que é fêmeo e auto afirmativo em face a uma sociedade racista, patriarcal e anti-erótica. (LORDE, 1984, p. 04).

O erro, ou até mesmo a inocência de alguns grupos de carácter social é disseminar a sexualidade como pornografia. Ao tocarmos esse tema identificamos pontos de fragilidade da estrutura dos movimentos sociais, que ainda guardam consigo pudores, preconceitos, etc. que apresentam atrasos para si. Mas o que pode produzir uma mulher negra consciente da presença do erótico em si? Veremos a seguir.

Podemos então concluir, que a identidade, o cenário contemporâneo e os movimentos sociais atravessam A Mulher Negra, mas não a definem. Pessoalmente, é bem insatisfatório perceber que algumas tentativas que descrevem a mulher negra no Brasil a resumem em um só aspecto. Que fique explícito, a tentativa aqui não é denominar o certo e o errado, bom ou ruim. Assumimos a personalidade e não a objetificação.

3.2 O avesso do avesso

Após discorrer sobre a construção da mulher negra no Brasil, iremos abordar três assuntos delicados e um tanto quanto polêmicos. Trataremos da fala - quem ouve? Quem fala? A solidão da mulher negra - isso existe? O que ocasiona? E, por fim, sobre relações e relacionamentos - é possível desconstruir a visão romântica da sociedade ocidental? Pode a mulher negra amar?

O avesso do avesso apareceu como um insight, uma descoberta pessoal, que traduz os assuntos abordados aqui. Enquanto mulher negra, brasileira, periférica, para compreender, há necessidade de se fazer a leitura com o olhar do olhar. É fácil compreender que o mundo

não é avesso, é o avesso do avesso. Para compreender, há necessidade de se fazer a leitura com o olhar do olhar.

3.2.1 Insurgência: a necessidade da voz

*“Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano.
Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus.
Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem.
Tanto é que quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um.
Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas...
Nem parece preto.”*⁹⁵

Na filosofia tradicional ocidental, a fala é um espaço masculino e branco. Para comprovar isso, basta olhar qualquer livro sobre a história da filosofia. Alguns filósofos, considerados gênios, como Immanuel Kant, Martin Heidegger, Descartes e até mesmo Levinas fizeram afirmações que deixa subentendido ou até mesmo em exposições diretas que a razão - o pensamento, é um atributo da construção ocidental, sobretudo, dos homens brancos. Essa proposição de que a filosofia só existe no ocidente e o suprassumo da ciência viabilizou anos de apagamento sob os escritos e falas das mulheres e população negra.

A importância de retomar escritos de mulheres negras em um trabalho acadêmico é justamente denunciar essa falha histórica. A educação brasileira é constituída sob a mesma base de várias outras instituições, ou seja, ela perpetua o racismo e o machismo estrutural. Conhecemos a história de África do ponto de vista do colonizador, ponto este que conta a história a partir de uma salvação ou, até mesmo quando assumem a atrocidade cometida com os nativos e negros, contam como se fosse passado, como se fosse algo muito distante da nossa realidade atual. Mas, quem explica o genocídio da juventude negra? Quem assume cometer intolerância religiosa às religiões de matriz africana? Quem compreende o porquê o índice de violência doméstica para mulheres brancas caiu nos últimos dez anos e para as

95 GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. 1984, p. 226.

mulheres negras aumentou?⁹⁶ Falar sobre racismo e sexismo causa incômodo, mas é uma insurgência.

Djamila Ribeiro⁹⁷, filósofa brasileira, em sua obra *O que é lugar de fala?* Aborda reflexões importantíssimas para compreendermos o silenciamento da população negra e, sobretudo, das mulheres negras as quais “diz-se que a mulher negra não é pensada a partir de si, mas em comparação aos homens. ” (RIBEIRO, 2017, p. 35). É simples compreender onde essa lógica da não-razão vai chegar. Historicamente foi projetado o pensamento de quem não pensa, não fala, logo não se escuta. Veja, estamos numa rede, numa subordinada tradição que impele as mulheres negras o direito à fala. Retomamos ao filósofo Michel Foucault, em sua definição de poder e resistência “Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. ” (FOUCAULT, 2016, p. 360). (grifo nosso)

Sem sombra de dúvidas as mulheres negras reinventaram seu modo de existir, falar e expressar não só os descontentamentos, mas também a literatura, filosofia, música e afins. Mas quando anunciamos uma reflexão sobre a voz, anunciamos uma reflexão sobre a vida.⁹⁸ (grifo nosso)

A nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de que as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 61).

A liberdade de falar e ser ouvido hoje, no Brasil, ainda é privilégio. A autora propõe que a partir da teoria feminista é possível um lugar de fala, e explica que esse lugar é compreender que cada um fala a partir de sua localização social. Por exemplo, um homem branco não pode falar por uma mulher negra, porque não existe vivência sobre o saber que será produzido, existe somente uma suposição a partir, talvez, de observações. Um equívoco bastante normal quando trazemos à tona o lugar de fala, é supor que só uma mulher negra pode falar sobre a negritude feminina, é isso, mas não é. Vamos compreender junto da filósofa:

Numa sociedade como a brasileira, de herança esca-

96 WAISELFISZ, Julio Jacobo. Juventude Viva: mortes matadas por armas de fogo. Mapa da violência em 2015. Disponível

97 RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte/MG: Letramento - Justificando, 2017.

98 Idb., p. 43.

vocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar de quem restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa maneira de opressão. Lo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu, para parafrasear Walter Benjamin, em Teses sobre o conceito de história. Estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que invisibiliza essas narrativas. (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Portanto, conclui: Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violência. (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Para a filósofa e, para tantas outras, é necessário romper essa trajetória de opressões, e isso é possível através do exercício de falar e escutar. Reivindica-se a fala para que possa ser assegurada a humanidade e, somente considera esse fator como bobagem quem já tem assegurado sua existência e seu discurso. Temos uma grande dificuldade em perceber algo a partir da perspectiva de quem fala. Muita gente branca acha besteira discutir o racismo porque só consegue perceber o mundo a partir da própria localização social. Assumir um discurso de que ‘somos todos iguais’ não nos levará a lugar nenhum, até porque nós não somos todos iguais, e é aí que surge a problemática.

Pode até parecer profilaxia retornarmos a uma citação já feita de Lélia Gonzalez, mas aqui é tão imprescindível quanto no momento em que foi usada. Vejamos:

É por essa via que dá prá entender uma série de falas contra o negro e que são como modos de ocultação, de não assunção da própria castração. Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de que? Talvez de uma onipotência fálica. Por que será que dizem que preto quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada é chamado de “mulata assanhada” (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos?). Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” Bispo

fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo prá gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZALEZ, 1984, p. 237-238).

Quando os ativistas, militantes e escritores levantam a bandeira de que os oprimidos devem começar a falar por si, é para derrubar esses estereótipos que Gonzalez afirma acima. Esse discurso de que a mulher negra samba e dança como ninguém, não surgiu em meio a população negra, ele surge de um grupo que pretende reduzir essa pessoa a mero objeto que só possui uma utilidade.

Todo grupo e/ou povo oprimido deseja falar por si. Ninguém deseja ficar preso nos escombros do preconceito, e isso é liberdade. Liberdade é assumir nossas diferenças, para além de um discurso simplista, mas que cada um, a partir de sua própria vivência, ideologia, crença e localização social pode assumir um lugar de fala. Podemos caracterizar esse silenciamento a partir dos mecanismos de poder propostos pelo filósofo francês, Foucault. Sim, isso aparece como mais um modo de punição institucionalizada que recai sobre a vida das mulheres negras.

3.2.2 Se o amor não tem cor, quem explica a solidão da mulher negra?

“Eu sou mulher do fim do mundo”⁹⁹

Um dos pontos de maior fragilidade, é assumir a responsabilidade de falar sobre os relacionamentos, relações e conseqüentemente sobre a solidão da mulher. E aqui assumimos esse risco, já com a afirmativa, é outro modo de punição institucionalizada que opera sobre as relações de poder para a mulher negra. É importante termos em mente que essa responsabilidade não é de fulano nem de ciclano, esse fator é fruto de uma construção social perversa que além de objetificar corpos, descarta por atributos como, cabelo, modo de falar, maneira de se vestir (características fenotípicas), etc. A solidão é, antes de qualquer coisa, uma questão histórica.

99 Mulher do fim do mundo. Música de Elza Soares que explicita a solidão da mulher negra. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/elza-soares/mulher-do-fim-do-mundo/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Ana Cláudia Lemos Pacheco¹⁰⁰, em seu livro *Mulher negra: afetividade e solidão* instaura um debate reflexivo sobre a afetividade e solidão na vida das mulheres negras. Vale lembrar que a construção institucionalizada independe do espaço geográfico, pois, o racismo vigente na cidade de São Paulo é o mesmo da cidade de Salvador, o que pode acontecer são algumas peculiaridades específicas, ou seja, quando falamos sobre as mulheres negras, estamos nos referindo ao grupo populacional que é maioria em números e minoria em representatividade. Falar sobre a solidão da mulher negra é aproximar várias facetas em um só corpo. Segundo a pesquisa que a autora realiza, é possível afirmar que “A história de Clementina, embora seja singular, abre outros campos de possibilidades para analisar os mecanismos sociais que regulam outras trajetórias sociais e afetivas. Acredito que não há apenas diferenças entre as mulheres analisadas, mas também similaridades.” (PACHECO, 2013, p. 115). (grifo nosso)

Nossa intenção aqui não é analisar as narrativas, mas sim compreender como os mecanismos de poder operam na vida das mulheres negras no Brasil. Como pode um sistema excluir a possibilidade de relacionamento afetivos a um determinado grupo?

As mulheres negras sempre denunciaram, essa questão. Davis até suscita essa problemática da família negra, que foi destituída de qualquer possibilidade de afeto e carinho no período escravocrata devido às circunstâncias, ora de serem separados por serem vendidos para donos diferentes, ora porque a mulher negra foi estuprada pelo seu senhor, ora porque o homem negro morreu amarrado de tanto ser surrado, ora o filho do casal foi vendido... A construção da família negra foi perversa. Pacheco indica algumas características predominantes nos discursos de quem fala sobre a solidão da mulher negra. Vejamos o que Pacheco identificou na fala das ativistas:

Um dos discursos mais recorrentes apreendidos em suas falas é à questão da preferência afetivo-sexual dos homens negros ativistas e não-ativistas por mulheres brancas ou socialmente brancas. Ao falarem das suas experiências amorosas com os homens negros militantes e não militantes, as informantes acionaram determinadas categorias que em suas percepções influiriam na sua situação de “solidão”. (PACHECO, 2013, p. 266).

100 PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Posfácio: Isabel Cristina Ferreira dos Reis (Coleção Temas Afro). Salvador/BA: EDUFBA, 2013.

E prossegue:

Outro argumento significativo nas narrativas das informantes refere-se à concepção da afetividade. A preferência dos homens negros, nesse caso, por mulheres negras ou brancas, dar-se-ia segundo o código social em que as primeiras não seriam parceiras socialmente vistas como mulheres ideais para constituir um relacionamento estável-conjugal. Há nessa concepção, a separação entre sexo-sexualidade e afetividade. A afetividade representa um projeto maior que englobaria união estável, constituição de família, convivência, filhos, casamento formal ou não, durabilidade na relação, qualidades que a ideia de “sexo” e de sexualidade, por mais que este último conceito fosse mais amplo, não explicariam, por si só, o leque de preferências afetivas. (PACHECO, 2013, p. 267).

Percebemos facilmente que a mulher negra e o homem negro entram em conflito quando o assunto é relacionamento e afetividade. A mulher negra ativista, essa que apresenta uma consciência política acerca das construções sociais, aponta a negligência do homem negro para com ela. Obviamente, que de modo algum queremos responsabilizar algo ou alguém pela nossa dor, e devido às experiências pessoais com a somatória de todas histórias já ouvidas, fica fácil ligar os pontos. Assumimos aqui em tomar partido de que a responsabilidade da solidão da mulher negra não deva recair sobre a vida do homem negro, não somente. Longe de um discurso simplista, mas no Brasil essencialmente, devemos reconhecer que a homem negro também foi marginalizado, e quando tocamos o ponto do racismo ele sofre tanto quanto a mulher negra, porém, não o exime da responsabilidade de investigar os próprios ‘gostos’. E, ainda, não devemos esquecer que em uma sociedade de construção patriarcal a mulher é um objeto, um ser inferior, somente. Sob à luz de Pacheco vamos entender isso diante da fala de mulheres negras ativistas.

Pacheco afirma:

Nas narrativas das mulheres ativistas, as escolhas de parceiros se dão no campo de disputas acirradas em que a afetividade é o elemento central do conflito existente entre os agentes que estão dentro e fora do campo político. Foi recorrente, nas narrativas das informantes, como o prestígio político de algumas lideranças femininas, serviu como um mecanismo

de desorganização dos relacionamentos afetivos com seus pares. Observei que os conflitos existentes entre os militantes (homens e mulheres) dentro do campo político foram regulados por fortes dispositivos de gênero, além de outros conflitos que atravessam esse campo e fazem parte do cotidiano dos movimentos sociais e das organizações políticas. (PACHECO, 2013, p. 283).

Ainda sobre as ativistas:

Em alguns relatos, é notório de como a prática política interfere e impede muitos relacionamentos afetivos entre as ativistas e seus pares amorosos, tanto “dentro” do campo político como “fora” dele. O que significa dizer, que as ativistas analisadas redefiniram as relações de poder com os homens, isto é, empoderando-se, contrariando a norma social, sobretudo aquela marcada pelo modelo de relacionamento afetivo convencional, em que as relações de gênero e afetivas são colocadas em “xeque”. (PACHECO, 2013, p. 283).

Mas como podemos resolver essa problemática? A solidão da mulher negra é um fato existente, com isso, é possível pensar uma solução ou alguma prática efetiva para minimizar? A complicação está no princípio. É importante compreender isso como uma herança histórica, ou seja, ficar apontando o dedo para outras pessoas que também são oprimidas não nos levará muito longe. Mas, e a solução?

Uma pesquisa realizada pela Revista Fórum¹⁰¹ traz o tema *Solidão tem cor* e explica todas as vias que percorrem sobre essa problemática levando em consideração o que já lemos sobre os apontamento - muito pertinentes - das mulheres ativistas sob a luz de Pacheco. Outro ponto importante é o gosto, que no senso comum é a mais difundida ‘ah mais eu gosto de loiras’, é essencial compreender que gosto é construção social, e nós todos fomos ensinados a gostar de um padrão específico de atributos. A partir da fala da psicóloga Maitê Lourenço, também neuropsicóloga pelo Centro de Diagnóstico Neuropsicológico da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e colaboradora do Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, explicitamos o que causa e a responsabilidade da solidão para a mulher negra. (grifo nosso)

101 ANJOS, Anna Beatriz; ARRAES, Jarid. A solidão tem cor. Revista Forum (Semanal). Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/semanal/a-solidao-tem-cor/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Vejamos:

Para Lourenço, a mídia tem uma grande responsabilidade na perpetuação dos estigmas advindos de concepções racistas. “Venho acompanhando alguns comerciais, novelas e séries brasileiras e o que mais se vê são mulheres negras em funções subalternas e, quando há núcleo familiar para ela, há no máximo filhos, a mãe dessa mulher ou um irmão. O fato da mulher negra ser representada desta forma impacta também na identificação de meninas, mulheres e das outras pessoas de que a mulher negra tem somente esse lugar a ocupar, gerando assim sofrimento psíquico e mais obstáculos, que arduamente as mulheres negras vêm tratando de transpor”.

Embora a solidão afetiva tenha, muitas vezes, consequências devastadoras para a vida das mulheres negras brasileiras, Prestes destaca que elas “não ficam apenas expostas passivamente a quadros de vulnerabilidade e solidão, mas, enquanto reagem às adversidades e resistem às opressões, acabam se fortalecendo individual e coletivamente”. “Em minha clínica, nas atuações pelo Instituto AMMA Psique e Negritude, no ativismo (movimento negro e feminismo negro) e na pesquisa, pude observar a importância da identificação positiva e das redes de mulheres negras para diminuir os efeitos e mudar o quadro de solidão, potencializando processos de resistência, superação e resiliência”, conta.¹⁰²

A problemática sobre a solidão da mulher negra, não diz respeito à falta de um parceiro (a) mas, sim sobre uma trajetória de vida só. Seja no mercado de trabalho, na vida íntima, nas relações familiares e de amizade, a trajetória acadêmica, entre outras. A solidão da mulher negra perpassa todas as áreas de sua vida e libertar-se desta teia é complexo, pois mesmo que se assumirmos relações afrocentradas, uma ideologia pan-africanista, e habitarmos espaços onde pessoas são conscientes de fato, ainda corre-se o risco de estar só.

A filósofa Bell Hooks, aponta uma ‘solução’ e uma prática que deve se alastrar para a população negra, maiormente, para as mulheres negras: viver de amor. Refutamos: pode a mulher negra amar? Vamos ao próximo ponto.

3.2.3 Relações e relacionamentos: pode a mulher negra amar?

“Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes.”¹⁰³

Partimos da prerrogativa desta proposição:

Sabe-se que pouquíssimas mulheres negras conseguem se estabelecer romanticamente enquanto casadas, que o número de famílias onde a mulher é mãe solteira é em sua maioria, de mulheres negras. Fomos crescendo com a ideia de ver nossas avós, mães, tias criando seus filhos sozinhas, sem companheiros, por vários motivos; abandonadas por eles, relacionamentos extra conjugais e etc. E com isso crescendo sem exemplos de mulheres como nós que querem se casar (é importante frisar o desejo do casamento como algo condicionado, mas quando se há essa desconstrução e o desejo permanece, já entramos em outro patamar discursivo), e ainda assim, não conseguem se estabelecer num casamento, seja ele com homens negros ou não, seja ele com mulheres negras ou não.¹⁰⁴

Bell Hooks é uma filósofa estadunidense, que tem sua trajetória marcada pelo ativismo e coragem. Escritora de obras importantíssimas, inclusive na área de educação, propõe a subversão dos conceitos e práticas antirracistas e sexistas. Feminista, mulher negra, lançou-se ao universo acadêmico e explicitou o quão difícil é se manter uma intelectual negra. Ao que nos interessa, o texto *Vivendo de amor* discorre sobre como pode a mulher negra amar. (grifo nosso)

A autora entende que a solidão da mulher negra advém da escravidão. O regime escravocrata exclui qualquer possibilidade de afeto, carinho ou companheirismo. Esse sistema, que modificou sistematicamente o modo da população negra viver na América, levou

103 HOOKS, Bell. *Vivendo de amor*. 1968, p. 09.

104 FRAGA, Gleide. Sobre a solidão da mulher negra. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sobre-a-solidao-da-mulher-negra/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

a várias consequências, como estamos vendo aqui, que ainda hoje na contemporaneidade é causa de sofrimento. Sobre isso afirma:

Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar. [...] Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor. (HOOKS, 1968).

Após o período escravocrata, surgiu o mito da população negra como forte. Quantas vezes já ouvimos dizer ou até já reproduzimos a frase ‘mulher negra é guerreira, pau para toda obra’? No imaginário social, e inclusive para a própria população negra, criou-se este hábito de reprimir as emoções. O normal é ver pessoas negras lutando, seja numa perspectiva pessoal ou coletiva, e a autora aponta que é preciso subverter essa lógica. Queremos ser fracos, podemos chorar. Por muito tempo a energia do povo negro, sobretudo, das mulheres, concentrou-se na existência, amor era luxo. Hooks, explica que “Para conhecermos o amor, primeiro precisamos aprender a responder às nossas necessidades emocionais. Isso pode significar um novo aprendizado, pois fomos condicionadas a achar que essas necessidades não eram importantes.” (HOOKS, 1968, p. 02).

A solidão é a responsável por tornar mulheres negras fragilizadas emocionalmente, é responsável pela auto depreciação e baixa autoestima da negritude feminina. Devido ao padrão estabelecido socialmente (da mulher branca, magra, culta, que fala baixo, de cabelo liso), a mulher negra vive sob esses comparativos e foge totalmente à regra. Obviamente que a composição do grupo de mulheres negras é diversa, mas o fato de serem negras já as excluem de toda e qualquer possibilidade de relações e relacionamentos seguros e saudáveis.

Muitas de nós, mulheres negras, aprendemos a negar nossas necessidades mais íntimas, enquanto desenvolvíamos nossa capacidade de confrontar a vida pública. É por isso que constantemente parecemos ter sucesso no trabalho, mas não na vida privada. Vocês

entendem o que estou querendo dizer. Quando vemos uma mulher negra aparentemente segura de si, de seu trabalho, é bem provável que se formos visitá-la sem avisar, com exceção da sala, todo o resto da casa vai estar a maior bagunça, como se tivesse passado um furacão. Creio que esse caos representa uma reflexão de seu interior, da falta de cuidado consigo própria. A partir do momento que acreditarmos, de preferência desde crianças, que nossa saúde emocional é importante, poderemos suprir nossas outras necessidades. Muitas vezes confundimos o reconhecimento de nossas emoções com o desejo de se manter em controle. Quando ignoramos nossas reais necessidades, a tendência é nos fragilizarmos, nos tornarmos vulneráveis e emocionalmente instáveis. As mulheres negras se esforçam muito para esconder essa situação. (HOOKS, 1968, p. 04).

Podemos transformar esse cenário da solidão da mulher negra? Segundo a autora, devemos. Devemos exercitar a prática de merecimento e não a de conquista. Todos merecem ser amados, todos podem ser amados. O boicote às práticas racistas e sexistas começa no seio familiar, quando ensina-se a importância do cuidado, do carinho, da admiração e assim prossegue na vida adulta. O amor é capaz de proporcionar vidas que sejam vividas plenamente, e é isso que de fato importa. Toda essa discussão só tende a nos levar a esta conclusão, vidas negras importam.

Muitos negros, e especialmente as mulheres negras, se acostumaram a não ser amados e a se proteger da dor que isso causa, agindo como se somente as pessoas brancas ou outros ingênuos esperassem receber amor. Uma vez disse para algumas mulheres negras que gostaria de viver em um mundo onde existisse amor, onde pudesse amar e ser amada. Depois disso elas passaram a rir de mim sempre que nos encontrávamos. Para que esse mundo possa existir é preciso acabar com o racismo e todas as formas de dominação. Se escolho dedicar minha vida à luta contra a opressão, estou ajudando a transformar o mundo no lugar onde gostaria de viver. (HOOKS, 1968, p. 06).

O amor cura. E por curar permite que o corpo social esteja curado. Viver numa situação de risco permanente é o mesmo que uma morte simbólica diária. Essa problemática apresentada causa muitos impactos na sociedade sem falar na punição que recai em uma vida ao nascer

mulher negra. A solidão apresenta-se de muitos modos e por ser institucionalizada é permanente a todo o grupo. Contudo, tomamos a fala da autora sem nenhuma visão romântica: é possível a mulher negra amar. E estamos falando do amor de si, do amor para com o outro, do amor.

Conclui-se, portanto, o avesso do avesso após apresentar três fatores engendrados nas opressões de raça e gênero, as consequências disso na vida das mulheres negras e as punições permanentes no corpo social, a partir da mobilidade do poder e de seus mecanismos. Já chegando ao fim, trataremos de quatro elementos que subvertem a lógica imposta.

3.3 Existência, resistência, resiliência e insistência: um ato de coragem

“Nós temos uma história de resistência, mas também uma história de enganos. Mas não estamos dormindo com os olhos dos outros não.”¹⁰⁵

O caminho que percorremos até aqui foi uma demonstração de como o racismo e o sexismo tocam a filosofia, e a importância de refletir sobre isso academicamente. Iniciamos o trabalho a partir de duas premissas: as punições e a resistência. Sobre as punições, tivemos uma demonstração extensa que, segundo Michel Foucault, faz parte da construção histórica e das relações de poder. Importante é compreender que na contemporaneidade o poder não é objeto, e sim exercício. De alguma maneira todos e todas o tocam em alguma relação. Aqui o nosso esforço se concentra em compreender a resistência com uma prática, um exercício das mulheres negras para com o corpo social.

Quando citamos a resistência, pode parecer, no imaginário, que estamos automaticamente falando sobre os movimentos sociais, feminismo e movimento negro. Tomamos a posição de não somente associar os atos de resistência com os movimentos sociais, mas principalmente por sua existência.

Ao longo do texto vimos em diversos pontos que a negritude clama pelo direito de existir, de ocupar um lugar de fala, e romper com a trajetória violenta. A palavra reexistência, que surge no título do trabalho, é um neologismo simbólico que cabe às palavras, existência,

105 DAMASCENO, Vitória. Conceição Evaristo: “A invisibilização paira sobre o sujeito negro” - Afirmativa em uma entrevista para Revista Carta Capital em 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/conceicao-evaristo-a-invisibilizacao-paira-sobre-o-sujeito-negro/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

resistência, resiliência e insistência. Vamos ver como o dicionário define cada uma dessas:

Existência: condição de tudo o que existe, do que tem vida; estado de quem está vivo ou de quem se mantém vivo: a existência dos mamíferos. A vida; a ação de permanecer vivo, de viver: estava feliz com sua existência. Modo de viver, de existir: tinha uma existência afortunada. O fato de estar presente na realidade: a existência de evidências comprova o caso. Presença; a ação de se fazer presente: não conseguiu provar a existência de alienígenas. Etimologia (origem da palavra existência): do latim *existentia*.¹⁰⁶

Resistência: qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo. Aptidão para suportar a fadiga, a fome, o esforço: soldados que têm resistência. Defesa contra um ataque: opor forte resistência a assaltantes. Oposição, reação, recusa de submissão à vontade de outrem: obedecer sem resistência. Força que se opõe ao movimento; inércia.¹⁰⁷

Resiliência: habilidade de se adaptar com facilidade às intempéries, às alterações ou aos infortúnios. Etimologia (origem da palavra resiliência): do latim *resilientia* pelo inglês *resilience*.¹⁰⁸ (grifo nosso)

Insistência: perseverança; em que há persistência; ação de não desistir: a insistência do jogador levou o time à vitória; pedia com muita insistência. Ação ou efeito de insistir, de pedir, de teimar; com teimosia. Etimologia (origem da palavra insistência): insistir + ência.¹⁰⁹

Segundo a Doutora Valdenice José Raimundo no texto *A Resistência das Dandaras Contemporâneas: Um estudo sobre as formas informais de organização das mulheres negras moradoras de áreas segregadas*, podemos afirmar que, criar e recriar maneiras de construir a identidade em que a desigualdade social, a discriminação de gênero, classe e raça é disseminada com força, onde suas falas são confundidas com o silêncio, mesmo que influencie e seja influenciado pelas ideias dos movimentos sociais, indica que há na existência da mulher negra um modo instintivo de subversão, e cria-se um lugar de reflexão sobre esta realidade insinuando que processos organizativos acontecem informalmente. A realidade na sua dinamicidade apresentará à sociedade os frutos de tais reflexões.¹¹⁰ (grifo nosso)

106 DICIO – Dicionário Online de Português. Significado de Existência. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/existencia/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

107 DICIO – Dicionário Online de Português. Significado de Resistência. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/resistencia/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

108 DICIO – Dicionário Online de Português. Significado de Resiliência. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/resiliencia/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

109 DICIO – Dicionário Online de Português. Significado de Insistência. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/insistencia/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

110 RAIMUNDO, Valdenice José. *A Resistência das Dandaras Contemporâneas*:

Conceição Evaristo¹¹¹ doutora em literatura, nos prova a pensar como a escrita é capaz de influenciar vidas. Evaristo, em suas obras, propõe narrativas de mulheres, mulheres negras comuns, pois entende-se que cada uma é capaz de contar a sua história e demonstra a capacidade da resistência das comunidades negras e indígenas.

Se quisermos nomear esses quatro elementos através de exemplos, nas histórias de vida da negritude feminina teremos grande facilidade, basta recorrer a algumas páginas atrás e ler as narrativas pensando no significado de cada elemento que encontraremos. Nossa proposta é levar a uma simples reflexão (mas é o que mantém esse trabalho estruturado) sobre como pode a mulher negra atravessar as punições institucionalizadas e se manter viva, compondo em números, uma grande parte da população no Brasil? Como pode a filosofia no Brasil, e os filósofos brasileiros, não discutirem essas temáticas por acreditarem que esse é o campo da sociologia? Se o ser é tema clássico da filosofia, e o poder é tema clássico da filosofia política, porque historicamente as mulheres negras foram apagadas e subjugadas, sem a menor chance de referência nesta área? (grifo nosso)

Entre o acontecimento e a narração de fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2016, p. 07).

Compreender o processo político na vida da negritude feminina, que é diversa, é fazer a afirmativa desses elementos. Nossas mães, avós, tias, primas, amigas que vivem dinamicamente numa sociedade que impõe a existência como mera função social, manter-se fora disso é um ato de rebeldia. Essa subversão à regra não é uma mera característica

Um estudo sobre as formas informais de organização das mulheres negras moradoras de áreas segregadas. 18º REDOR - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPB), Recife/PE, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1100/782>>. Acesso em: 12 nov. 2017

111 A poetisa traz em sua literatura profundas reflexões acerca das questões de raça e de gênero, com o objetivo claro de revelar a desigualdade velada em nossa sociedade, de recuperar uma memória sofrida da população afro-brasileira em toda sua riqueza e sua potencialidade de ação. É uma mulher que tem cuidado de abrir espaços para outras mulheres negras se apresentarem no mundo da literatura. Palmares – Fundação Cultural. Conceição Evaristo. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/conceicao-evaristo>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

da sociedade contemporânea globalizada. Mulheres negras existem e resistem desde sempre, e a meta é que um dia não seja mais necessário essa luta. Que o Estado possa assegurar à população negra o direito à vida, à crença, à diversão, à educação de modo igualitário.

A Lei 10.369¹¹², que entrou em vigor em 2003 tornando obrigatório o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino básico, propõe uma nova dinâmica para os parâmetros curriculares na educação brasileira, representa uma luta incisiva e uma vitória necessária, mas que ainda é negligenciada quando, principalmente, nos livros didáticos a apresentação da cultura brasileira é feita de maneira folclórica. O candomblé aparece como uma crença animalesca e arcaica. Os atributos da população, apresentam-se como música, dança, capoeira, etc. A luta da população negra é para que sejamos vistos como agentes que produzem com a alta gama de diversidade. Existem mulheres negras que não gostam de samba, assim como existem mulheres brancas que adoram sambar. A questão em xeque é que a população negra não é vista como igual, não é tratada de maneira igual, mas também não pode suscitar discussões de raça, gênero e sexualidade sem ser chamado de vitimista.

Podemos afirmar, segundo as escritoras que vimos até aqui (um ponto de semelhança em todas), que a mulher negra, mesmo em meio a essa construção social, é capaz de sobressair a regra. Essas autoras são exemplos disso: cada mulher viva no Brasil é exemplo desses quatro elementos. Umhas mais, outras menos, algumas desconhecem e não participam de movimentos sociais, mas, ainda que sem nenhum tipo de conhecimento prévio sobre - e aqui estamos diante de uma fragilidade e de um equívoco que é acreditar que somente mulheres negras engajadas politicamente, nomeadas empoderadas, são sinônimos de luta e resistência -, mulheres que talvez não façam ideia do que seja feminismo (exemplo pessoal: minha avó), mas combateram o sexismo e racismo durante toda a sua trajetória. Não podemos nós, academicamente, delimitar e definir o que é história de resistência, resiliência, insistência e existência. Esses são elementos práticos comprovados a cada trinta minutos de conversa com uma mulher negra. Isso não é ciência, é vivência.

112 Lei que torna obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira, que passou por uma reforma e ainda hoje é a que vigora no Brasil. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

3.4 Reexistências: mulheres negras como um corpo político

“O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação.

É um conhecimento em terceira pessoa.

Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas.”¹¹³

A última reflexão, e não menos importante, é sobre o corpo. Corpo este que para negritude feminina se apresenta antes da própria personalidade. Quando uma pessoa negra chega em um determinado lugar parece que em volta do corpo tem luzes que dizem ‘a (o) negra (o) chegou’. Por que a corporalidade do negro não passa despercebido em uma sociedade que é composta pela maioria de pessoas negras? À luz do filósofo, iremos debater de maneira singela porque o corpo da mulher negra é um corpo político. Estabelecer esse debate é um ensejo já proposto por Frantz Fanon¹¹⁴, em sua obra *Pele negra, máscaras brancas*, que discute a construção do ocidental - como uma sociedade colonialista concebe o corpo. Importante ressaltar que, na obra, o autor sempre faz referência a si, logo, algumas citações terão o pronome ele, mas veremos que é possível refletir a partir do pronome feminino ela.

Grada Kilomba¹¹⁵, uma mulher à frente do seu tempo também reflete sobre a corporalidade do negro. Algumas das reflexões que surgiram ao ler alguns de seus textos foram: Por que o corpo negro é recipiente de tanta agressividade, de tanta violência? De onde vem essa

113 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 104

114 Como psiquiatra, filósofo, cientista social e revolucionário, Frantz Fanon é um dos pensadores mais instigantes do século XX. Sua obra influenciou diversos movimentos políticos e teóricos na África e diáspora africana e segue reverberando em nossos dias como referência obrigatória nos estudos culturais e pós-coloniais. Você conhece Frantz Fanon? - Negro Belchior – Educação, diversidade e direitos humanos. Carta Capital. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/voce-conhece-frantz-fanon/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

115 Escritora, teórica, artista, Grada Kilomba tem trabalho debruçado no saber descolonial e nas relações entre gênero e raça. Professora da Universidade de Humboldt, na Alemanha, é uma mulher cosmopolita e em constante trânsito, fato que reflete diretamente em sua criação artística, esta tecida a partir de um olhar afrocentrado e de mulher negra, fundamentais para a luta contra as fronteiras e limitações de pensamentos. VIEIRA, Kaue. Grada Kilomba: o racismo e o depósito de algo que a sociedade branca não quer ser. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/grada-kilomba-o-racismo-e-o-deposito-de-algo-que-sociedade-branca-nao-quer-ser/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

violência? Quem eu tenho que ser para me tornar visível? Há como despir-se de sua própria pele? O efeito do corpo em outro corpo, qual é? Kilomba e Fanon vão nos permitir responder essas questões (direta ou indiretamente) e apontar para a conclusão de que o corpo da mulher negra é um corpo político.

Meu corpo era devolvido desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado, naquele dia branco de inverno. O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme porque sente frio, o menino treme porque tem medo do preto, o preto treme de frio, um frio que morde os ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer! (FANON, 2008, p. 106-107).

Na citação acima podemos explicitar como as pessoas brancas percebem as pessoas negras em um espaço público e isso não é uma história do passado. Com o advento da internet e a explosão da discussão política nas redes sociais, podemos identificar desabafos de pessoas negras sobre esse olhar perverso pela simples apresentação do seu corpo. É de onde surge essa percepção? De novo, temos que afirmar, é resquício do período escravocrata que vendeu a imagem da negritude como ladrão e/ou ladra, como sinônimo de vadiagem, aquele (a) que não gosta de trabalhar, de trambiqueiro, aquele (a) que enrola, trapaceia entres outros. Podemos ver notoriamente na televisão brasileira (que ainda é a comunicação mais acessível para população)¹¹⁶, em canções¹¹⁷ ou livros brasileiros¹¹⁸ esses estereótipos que marcam o corpo negro. Fanon expõe a experiência vivida:

116 Poderíamos citar exemplos de todos os canais de transmissão aberta da televisão, mas, nos restringimos em demonstrar um exemplo do canal de Rede Globo. A *Globeleza*, por exemplo, é a demonstração do que dizia Lélia Gonzalez sobre a mulata, outro exemplo, é a reprodução dos atores negros como empregados e favelados.

117 Um exemplo, a clássica marchinha de carnaval *Nêga do cabelo duro*. Respectivo trecho: “Nêga do cabelo duro, qual é o pente que te penteia”.

118 O *Cortiço*, um exemplo da literatura clássica brasileira, de Aluísio Azevedo, é outro exemplo de obra com construções racistas. O livro traz duas personagens negras altamente estereotipadas: Rita Baiana, a “mulata” hiperssexualizada, e Bertoleza, a mulher retinta, animalizada, humilhada. Ela é alegoria de um sem número de mulheres negras retratadas como o oposto cruel da “bela, recatada e do lar” ambicionada em pleno 2016: “Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. É a mulher que se expõe para o serviço e se esconde no relacionamento, a que não se deve amar...” CARDOSO, Daiane. Nada é por acaso: o racismo nos clássicos da literatura brasileira. Revista *Capitolina*. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/nada-e-por-acaso-o-racismo-nos-classicos-da-literatura-brasileira/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

A vergonha. A vergonha e o desprezo de si. A náusea. Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal. Eu me esquivo desses escrutadores do ante dilúvio, e me agarro a meus irmãos, pretos como eu. Horror, eles me rejeitam. Eles são quase brancos! E depois, eles vão se casar com uma branca. Terão filhos morenos... quem sabe, pouco a pouco, talvez... (FANON, 2008, p. 109).

Sobre a mesma temática Kilomba diz em uma de suas entrevistas:

O racismo é muito complexo, lida com uma série de alienações e uma das alienações é exatamente a de que eu, enquanto pessoa e mulher negra, posso ter meu dia a dia interrompido e ser forçada a lidar com uma questão que não me pertence a princípio. Sou forçada a lidar com uma série de fantasias e de fantasmas que não são os meus. O racismo nos usa como depósito de algo que a sociedade branca não quer ser. Algo que é projetado em mim e eu sou forçada neste miseenscene, nesta encenação, a ser a protagonista de um papel que não é meu e com o qual eu não me identifico.¹¹⁹

Refletir sobre o corpo é refletir sobre si. O corpo é a materialização do eu. Não poderíamos, aqui, chamar de outra coisa senão de punição institucionalizada, o direito de perceber o corpo negro porque ele também se transforma em uma problemática. No Brasil, diferente dos Estados Unidos da América, o racismo é disparado em todas as pessoas de fenótipo negro. Calma! Não estamos negando existência do racismo pela tonalidade da pele, e sim reconhecendo que pessoas de pele escura sofrem muito mais ataques racistas do que as pessoas negras de pele clara. O colorismo (discriminação pela tonalidade da cor de pele) é uma das maiores problemáticas brasileiras, percebe-se nitidamente a dificuldade de pessoas negras de pele escura na universidade e esse é um dos motivos da necessidade urgente das cotas raciais, o mito da democracia racial é responsável por isso, mas a miscigenação só é glamourizada quando é para clarear a família, nega-se totalmente aquele que escolhe permanecer em um círculo social em que a maioria das pessoas são negras, inclusive o (a) parceiro (a). No entanto, o

119 VIEIRA, Kaue. Grada Kilomba: o racismo e o depósito de algo que a sociedade branca não quer ser. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/grada-kilomba-o-racismo-e-o-deposito-de-algo-que-sociedade-branca-nao-quer-ser/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

racismo é um mecanismo de poder, e esse não isenta nenhuma pessoa negra (seja ela clara ou escura), não cabe aqui o debate para ver quem sofre mais, a questão central é que um corpo negro é alvo. Assumir a negritude pode ser a maneira política de responder ao racismo estrutural e ainda, as mulheres negras que compreendem o sexismo como prática misógina e o racismo como prática discriminatória por raça, podem, ao apresentar o seu corpo, fazer uma prática política.

Kilomba, em outra entrevista, reafirma a negritude como um grupo diversificado, e como o racismo retira a humanidade, a subjetividade das pessoas negras:

Somos pessoas diferentes, sujeitos diferentes. Há dias que me sinto forte, há dias em que sinto fraca, há dias em que não quero ver ninguém, há dias em que eu rio muito. Todo dia é diferente. Há dias em que eu faço piada, há dias em que eu choro. E isso faz parte desse processo de humanização porque o racismo não nos deixa ser humano. O racismo nos coloca fora da condição humana e isso é muito violento. E muitas vezes nós achamos que alcançar essa humanidade se dá através da idealização. Se o racismo diz que eu não sei, eu vou dizer que sei ainda mais. E pra mim é muito importante desmistificar isso. Eu quero ser eu, não quero ser idealizada e nem inferiorizada. E eu, assim como todas as pessoas, quero dizer que há dias em que sei, e dias em que não sei. Às vezes eu choro e às vezes eu rio, às vezes eu quero e às vezes eu não quero. Quero ter essa liberdade humana de ser eu.¹²⁰

Fanon, em outras palavras, explana sobre a mesma temática:

Os pretos são comparação. Primeira verdade. Eles são comparação, ou seja, eles se preocupam constantemente com a autovalorização e com o ideal do ego. Cada vez que entram em contacto com um outro, advêm questões de valor, de mérito. Os antilhanos não têm valor próprio, eles são sempre tributários do aparecimento do outro. Estão sempre se referindo ao menos inteligente do que eu, ao mais negro do que eu, ao menos distinto do que eu. Qualquer posicionamento de si, qualquer estabilização de si mantém relações de dependência com o desmantelamento do outro.

120 RIBEIRO, Djamila. “O racismo é uma problemática branca”, diz Grada Kilomba. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/da-bahia-para-o-brasil-mae-ilza-mukale-historias-e-saberes/>>. Acesso em: 12 nov.2017.

É sobre as ruínas dos meus próximos que construo
minha virilidade. (FANON, 2008, p. 176).

Onde queremos chegar ao suscitar esses dois autores? Uma reflexão acerca do corpo. Embora possa até parecer ilógica a construção desse trabalho, é pelo corpo que anuncia o racismo, é por meio deste que se instaura uma série de violências. O preconceito com o cabelo crespo, com os lábios grandes, com o nariz largo, com o tom da pele, é causado pelo anúncio da negritude, e essa não pode se apagar (com exceção do cantor Michael Jackson, que foi vítima dessa punição) a pele preta, será sempre preta. E enquanto o racismo estrutural no Brasil existir, a população negra, a mulher negra será apontada. Vejamos a afirmativa de Kilomba:

Porque é necessário desistir de certos privilégios. Isso faz parte do processo que as pessoas precisam aguentar e eu não vejo isso como violência, eu vejo o racismo como uma grande violência.

É preciso não dar importância a essas vozes, precisamos focar nas nossas competências, no modo como estamos transformando as agendas e o discurso. O que me interessa são as pessoas que dialogam comigo, as outras vozes não me interessam. Como mulheres negras, feministas que descolonizam o pensamento, precisamos aprender a focar na energia certa.¹²¹

Podemos, então, concluir que a libertação pessoal - seja ela como for -, é capaz de anunciar socialmente um ato político pelo corpo. Ousar pensar, escrever, cozinhar, dançar, cantar ou somente sorrir é um ato político da população negra para com o corpo social. Nossa tentativa na construção deste trabalho, em especial neste capítulo, não foi o de apontar o dedo, mas sim o de discutir o que é urgente, o de transformar nossa maneira sistemática de pensar e agir, que às vezes, nossas ações não passam de uma mera reprodução do racismo e machismo institucionalizado e penetrado em nossa sociedade.

Trazer à tona academicamente essas problemáticas não é para acusar, mas para a academia compreender de uma vez por todas que a vida não está refém do umbigo da Europa. Ao pensar em uma filosofia da diferença, uma filosofia africana, uma filosofia Latino-Americana e até mesmo uma filosofia brasileira, precisamos considerar o nosso modo de escrever, os nossos ensejos, as nossas reflexões.

CONCLUSÃO

A sociedade brasileira, à luz de uma reflexão sobre direitos sociais, não resiste ao tempo nem a um espaço geográfico qualquer. Há nos bastidores de nossas histórias uma máxima de iniquidades acumuladas, cujas origens ou fundamentos principais se perdem nas mais longínquas imediações do inconsciente coletivo de si.

Pensar especificamente determinados segmentos dessa sociedade é afunilar a abordagem para nunca mais perdê-la de vista com suas vicissitudes, veleidades e perfídias culturais.

Quando o assunto é a negritude o óbvio do cotidiano se transforma em chaga, faz-se flagelo, consumação do risco que se anuncia sem volta. Se este olhar se lança à negritude feminina contemporânea, a adjetivação eleva-se para além da academia, para transpor os limites de nossa incivilidade.

Os mecanismos de poder que se sobrepõe nessas análises vêm à tona avassaladoramente e aprendemos neste trabalho como ressaltar as relações de poder, seus efeitos e a produção de verdades institucionalizadas a partir de dinâmicas interdisciplinares conectadas pelas categorias poder, etnia e raça.

Conseguimos com isso trazer para o campo dessa realidade uma área do conhecimento, a Filosofia, que tradicionalmente ocupa-se do essencial e respeitável do pensamento europeu, em uma aparente perspectiva de ignorar o que aqui no terceiro mundo se escreve.

Essa transfusão de saberes díspares não foi tarefa fácil, muito menos comum. O desenvolvimento do trabalho nos trouxe alguns estranhamentos, ângulos novos para as necessidades que nos guiaram até aqui e marcaram de vez uma reformulada e embasada forma de pensar.

A discussão acerca do poder e o estado nos mostrou a construção histórica de uma complexidade que sempre penalizou os mais vulneráveis, sendo a mulher e o negro os principais vitimizados, na ponta dos processos sociais.

Na contemporaneidade foi possível perceber uma nova cara deste Estado, atuando com outras estratégias de dominação, sem deixar de ser discricionário. A escolha por Michel Foucault é exatamente por propor uma visão panorâmica acerca do poder e que este é um exercício móvel, dinâmico, simbólico e feroz.

Ainda que este autor seja um representante do modelo francófono, e que não tenha grandes, tenha dedicado grande atenção específica às

causas da negritude feminina, sua produção intelectual é suficiente para compreendermos os meandros societários, dos quais decorrem os objetivos deste trabalho.

As punições institucionalizadas também aparecem na constituição das variáveis principais aqui examinadas, raça e gênero, desta feita a partir de uma filósofa norte-americana, Angela Davis.

A autora contribuiu, a partir de uma visão militante e acadêmica para dissecar crítica e socialmente a construção de um conceito de “povo preto” e todos os desdobramentos disso, para uma população que tem o ‘início’ de sua histórica marcada pelo regime escravocrata e mesmo após o fim, continua sofrendo com um sistema punitivo vigente.

E essa trajetória, nos permite chegar ao Brasil, e olhar de frente a construção histórica desse país cuja localização geográfica não anula os estudos de Davis que caracteriza genericamente uma sociedade que permite e/ou foi construída a partir de violências institucionais, racismo e machismo, que de maneira perversa pune em todos os âmbitos as mulheres negras brasileiras.

Sobre este ponto, a negritude feminina brasileira e os seus desdobramentos dos mecanismos de poder institucionalizado, aprendemos com os relatos candentes de algumas das maiores e atuantes intelectuais negras brasileiras para não somente sorver suas histórias de luta e coragem, mas também para colocar em evidência suas atuações que são negligenciadas ou ignoradas no panteão acadêmico brasileiro, em uma tentativa de, ao tentar calá-las, apagar seus atos de resistência a um status quo usurpador.

Tramamos aqui, outrossim, sobre a construção da identidade da mulher negra, que é constituída em bases escravocratas. O entendimento da negritude feminina na contemporaneidade como fruto da desordem moral dos valores institucionalizados que há muito inibe, cerceia, limita, despreza e pune a personagem feminina, tratando como agravante a cor de sua pele, como fardo.

Abordamos também, a ascensão das mulheres negras nos movimentos sociais o que demonstra sua luta por reivindicações para toda a população e que perpassa a causa dos negros e pela igualdade de direitos ao referir-se a sexualidade e gênero.

A existência desses elementos que recaem em segmento majoritário da população, mulheres e negros, exige nossa atenção para as punições presentes na vida cotidiana desses grupos.

A necessidade de voz garantida, a incômoda e circunspecta solidão acompanhada que dirime sua subjetividade no dia a dia e o amor não romântico que lhes falta na frequência de uma existência valorizada, são elementos que aprendemos no estudo ora presente.

Em análise concluinte, referimo-nos aos atos de resistência, ações políticas que nem sempre estão atrelados a movimentos sociais, mas são visíveis a partir da simples existência do corpo a corpo cotidiano, da confluência das horas nas ruas, transportes públicos, chão de fábricas e demais locus habitados. A bravura dessas pequenas batalhas emancipa sem troféus, mas contribuem para o amadurecimento da consciência de si.

Enfim esse trabalho além de ser uma obrigatoriedade curricular, também se constituiu como um ato qualificador de uma subversão militante apresentada pelo olhar particular da pesquisadora e suas tonalidades e pessoalidades em meio a esse sistema social e político que pune severamente seus conviveres, mas dedica uma perfídia acachapante as mulheres negras, pobres e periféricas.

Esse gesto reprovável que tenta fazê-las menores, as instiga a rever seu papel diante deste Estado algoz, misógino e excludente, produzindo de suas existências, a resistência, insistência e resiliência, por uma vida diferente, inclusiva. Senão hoje, mas amanhã certamente. Poder ao povo preto, para que um dia SUPORTAR não seja mais a lei da minha raça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4 reflexões para conhecer o pensamento de Angela Davis. Revista Galileu. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/11/4-reflexoes-para-conhecer-o-pensamento-de-angela-davis.html>>. Acesso em: 13 out. 2017.

A História da Escravidão Negra no Brasil. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

AGENDAUFBA. Angela Davis ministra conferência na reitoria. Disponível em: <http://www.agenda.ufba.br/?tribe_events=angela-davis-no-julho-das-pretas>. Acesso em: 15 out. 2017.

ALMEIDA, Natália Kelle Dias; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A violência estrutural.** Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/323/270>>. Acesso em: 20 out. 2017.

ALVES, Alé. **Angela Davis:** “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Afirmativa de Angela Davis. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso em: 02 out. 2017.

Angela Davis e o significado da emancipação da mulher negra. **Carta Capital.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/angela-davis-e-o-significado-da-emancipacao-da-mulher-negra>>. Acesso em 08 out. 2017.

ANJOS, Anna Beatriz; ARRAES, Jarid Arraes. **A solidão tem cor.** **Revista Forum (Semanal).** Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/semanal/a-solidao-tem-cor/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

As irmãs Grimké, Angelina Emily (1805-1879) e Sarah Moore (1792-1873). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/fuller/estacausa.htm>>. Acesso em: 05 out. 2017.

BENISTE, José. **Òrun - Àiyè: o encontro de dois mundos: o relacionamento nagô - yorubá entre o céu e a Terra**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Biografia de ChimandaNgoziAdichie. Disponível em: <<https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=1374>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BLAY, Eva Alterman (organização geral). **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BORGES, Juliana. Um clássico em sua expressão máxima. **Teoria & Debate**. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=estantes/livros/mulheres-raca-e-classe>>. Acesso em: 08 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 14. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARDOSO, Daiane. Nada é por acaso: o racismo nos clássicos da literatura brasileira. **Revista Capitolina**. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/nada-e-por-acaso-o-racismo-nos-classicos-da-literatura-brasileira/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CARNEIRO, Sueli. **‘A sociedade precisa reconstruir o imaginário social da mulher negra’**, diz Sueli Carneiro. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sociedade-precisa-reconstruir-o-imaginario-social-da-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer O Feminismo: A Situação Da Mulher Negra Na América Latina A Partir De Uma Perspectiva De Gênero**. Revista LOLA Press: 2001.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero e Raça em debate na #ArenaRio20**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/genero-e-raca-em-debate-na-arenario20-por-sueli-carneiro/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/movimento-negro-no-brasil-novos-e-velhos-desafios-por-sueli-carneiro/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Questão de gênero**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/questoes-de-genero/sueli-carneiro/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

CASSAB, JULIANA. **Mulher Negra**. Mulher Coragem. Mês Da Consciência Negra. Elas Em Contexto, 2005. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0Bx4dTuhZK8zrSi1kQnNVUIRHaIE>>. Acesso em: 30 out. 2017.

CASTRO, Alex. **Racismo, miscigenação & casamentos interraciais no Brasil**. Geledés – Fundação da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/racismo-miscigenacao-casamentos-interraciais-brasil/>>. Acesso em 27 out. 2017.

CONRADO, Mônica Prates et al. **Intersecções entre raça, gênero, sexualidade, meio ambiente e políticas públicas**. Belém: Mônica Prates Conrado, 2012.

D'ANGELO, Helo. **Angela Davis: Os EUA têm muito a aprender com o feminismo negro brasileiro**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/angela-davis-no-brasil/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1995.

DAMASCENO, Vitória. **Conceição Evaristo: “A invisibilização paira sobre o sujeito negro”** - Afirmativa em uma entrevista para Revista Carta Capital em 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/conceicao-evaristo-a-invisibilizacao-paira-sobre-o-sujeito-negro/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura; tradução Artur Neves Teixeira.** Rio de Janeiro: Difel, 2009.

DAVIS, Angela. Angela Davis: **Construindo o futuro da luta contra o racismo.** Blog da Boitempo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/28/angela-davis-construindo-o-futuro-da-luta-contra-o-racismo/>>. Acesso em: 08 out. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** Tradução: Heci Regina Candiani, 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução: Heci Regina Candiani, 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DICIO – Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

DOUGLASS, Frederick. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Frederick-Douglass/481166>>. Acesso em: 13 out. 2017.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face o poder punitivo.** São Paulo: IBCCRIM, 2004.

ESTÈS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem; tradução de Waldéa Barcellos.** 1a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

EVARISTO, CONCEIÇÃO. **Insubmissas lágrimas de mulheres.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016

EVARISTO, CONCEIÇÃO. **Olhos d'água.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Cintia. **A solidão da mulher negra e o racismo cotidiano. Lugar de Mulher.** Disponível em: <<http://lugardemulher.com.br/a-solidao-da-mulher-negra-e-o-racismo-cotidiano/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. (Coleção tópicos). Edição estabelecida: Michel Senellart. Direção: François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução: Eduardo Brandão. Revisão de tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martin Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2014.

FRAGA, Gleide. **Sobre a solidão da mulher negra**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sobre-a-solidao-da-mulher-negra/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 34. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

Fundação TideSetubal. **O viés racial das desigualdades**. Disponível em: <<http://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3812/o-vies-racial-das-desigualdades>>. Acesso em: 25 out. 2017.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **A história dos Panteras Negras em 27 fatos importantes**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-dos-panteras-negras-em-27-fatos-importantes/>>. Acesso em: 01 out. 2017.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Hoje na História, 1935, nascia Lélia Gonzalez**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Sueli Carneiro**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

GONÇALVES, Gabriela. **Afetividade e autoestima a experiência do amor na vida das mulheres negras**. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2016/07/05/afetividade-e-autoestima-a-experiencia-do-amor-na-vida-das-mulheres-negras/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na sociedade brasileira**. 1984

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito**. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st20-3/4678-aguimaraes-democracia/file>>. Acesso em: 26 out. 2017.

HELPES, Sintia Soares. **Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas**. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, cap.XIV**.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.Coleção Documentos Brasileiros**. Prefácio de Antônio Cândido. 19. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. 1968.

Igualdade Social - Indicadores. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=614&Itemid=18>. Acesso em 27 out. 2017.

Livros e textos de Lélia Gonzalez. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/livros-e-textos-de-elia-gonzalez/>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

LORDE, Audre. **Não há hierarquias de opressão**. Traduzido: “I Am Your Sister - COLLECTED AND UNPUBLISHED WRITINGS OF AUDRE LORDE”, Oxford University Press, 2009. Disponível em

<<https://drive.google.com/drive/folders/0B5d7bVC4xd7cMTNPWGJZdWhCR00>>. Acesso em 21 out. 2017.

LUCENA, Eleonora de. **Brasil e EUA fracassaram em abolir escravidão, afirma Angela Davis**. Artigo publicado na Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/brasil-e-eua-fracassaram-em-abolir-escravidao-afirma-angela-davis/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá: dinâmica da civilização africano - brasileira**. 3. Ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução: Antonio Caruccio-Caporale. São Paulo: L&PM, 2011.

MARIA, Karla. **Mulheres extraordinárias**. São Paulo: Paulus, 2017.

MARIANO, Agnes. **História do povo negro**. Disponível em: <<https://historiasdopovonegro.wordpress.com/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MOÇO, Aline C. Paiva. **Os 150 anos do início da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América: resistências, memória e esquecimento**. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311984_ARQUIVO_AnaisANPUH2011.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

Mulher do fim do mundo. Música de Elza Soares que explicita a solidão da mulher negra. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/elza-soares/mulher-do-fim-do-mundo/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NATANSOHN, Graciela. **Resenha: Mulheres, raça e classe de Angela Davis**. Disponível em: <<http://gigaufba.net/resenha-mulheres-raca-e-classe-de-angela-davis/>>; Acesso em 10 out. 2017.

NATANSOHN, Leonor Graciela. **Academo**. Disponível em: <<http://academo.ufba.br/pesquisador.php?cod=1008>>. Acesso em 10 out. 2017.

O que é violência. DHNET. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/violencia/violencia.html>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Posfácio: Isabel Cristina Ferreira dos Reis (Coleção Temas Afro). Salvador/BA: EDUFBA, 2013.

PAGLIA, Camille. **Personas Sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Palmares – Fundação Cultural. Conceição Evaristo. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/conceicao-evaristo>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

Pesquisa mostra como racismo se perpetua nas estruturas do poder. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/pesquisa-mostra-como-racismo-se-perpetua-nas-estruturas-do-poder/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

PLATÃO. **A República**. Tradução: Heloisa da Graça Burati. São Paulo: Rideel.

PÓVOAS, Ruy do Carmo. **Da porteira para fora: mundo preto em terra de branco**. Ilhéus: Editus, 2007.

PUFF, Jefferson. **Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil?** BBC – Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm>. Acesso em: 27 out. 2017.

RAIMUNDO, Valdenice José. A Resistência das Dandaras Contemporâneas: Um estudo sobre as formas informais de organização das mulheres negras moradoras de áreas segregadas. **18º REDOR - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPB), Recife/**

PE, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1100/782>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

RAMOS, Lázaro. **Na minha pele**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 1990.

REED, Evely. **O Mito da Inferioridade da Mulher**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1954/mes/mito.htm>>. Acesso em: 03 out. 2017.

Retratos da desigualdade entre gênero e raça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Senso de 1995 a 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_populacao.html>. Acesso em 27 out. 2017.

RIBEIRO, Albertina Camara. **Sobre a solidão da mulher negra. Geledés – Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sobre-a-solidao-da-mulher-negra-2/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

RIBEIRO, Djamila. **“O racismo é uma problemática branca”, diz Grada Kilomba**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/da-bahia-para-o-brasil-mae-ilza-mukale-historias-e-saberes/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte/MG: Letramento - Justificando, 2017.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem; tradução André Telles**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

SANTANA, Andreia. **Bell Hooks: uma grande mulher em letras maiúsculas**. Mar de Histórias. Disponível em: <<https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Andressa Ribeiro da. **Bell Hooks: Por uma pedagogia interseccional**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/bell-hooks-por-uma-pedagogia-interseccional/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SILVA, Camila Rodrigues da. **Por conta da informalidade, empregadas domésticas já têm dificuldades em se aposentar**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/por-counta-da-informalidade-empregadas-domesticas-ja-tem-dificuldades-em-se-aposentar/?platform=hootsuite>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Coleção Tendências. V.4. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TIBUCI, Marcia. **Hierarquia de opressão: sobre o lugar da luta**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/hierarquia-de-opressao-sobre-o-lugar-da-luta/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

VIEIRA, Kaue. **Grada Kilomba: o racismo e o depósito de algo que a sociedade branca não quer ser**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/grada-kilomba-o-racismo-e-o-deposito-de-algo-que-sociedade-branca-nao-quer-ser/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

Você conhece Frantz Fanon? - Negro Belchior – Educação, diversidade e direitos humanos. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/voce-conhece-frantz-fanon/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude Viva: mortes matadas por armas de fogo**. Mapa da violência em 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (Orgs.). **Mulheres negras na primeira pessoa**. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

WOLFE, Tom. **A fogueira das vaidades**; tradução de Lia Alverga - Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

YUKA, Fabiana. **Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Palmares – Fundação Cultural.** Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/archives/38051>>. Acesso em: 15 out. 2017.

YZALÚ (rapper). **Mulheres Negras, a atuação da mulher negra na sociedade brasileira.** Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/yzalu/mulheres-negras.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

Anexo 1

NARRAÇÃO DA CONFERÊNCIA MAGNA REALIZADA NA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Eu não tenho nem condições de expressar a vocês o quanto estou emocionada por estar aqui nesta noite. Para mim, é assim que deveria ser a aparência da universidade. Quero agradecer à Ângela Figueiredo, ao Odara. Quero agradecer também ao NEIM pelo convite para homenagear o dia 25 de julho. Essa é minha quarta visita a Bahia e sexta ao Brasil.

Neste momento, me sinto extremamente envergonhada por ainda não ter aprendido português. Esse é o meu próximo projeto. Estou muito feliz por estar aqui celebrando com vocês o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha. Na Bahia, o Julho das Pretas. Estou muito entusiasmada por estar aqui no Brasil, especialmente porque tenho acompanhado os acontecimentos que vêm se desenvolvendo dentro do movimento das mulheres negras.

Me parece que, neste momento, o movimento das mulheres negras brasileiras representa o futuro do planeta. As mulheres negras brasileiras têm uma história extensa de envolvimento em lutas pela liberdade. Como tem sido simbolizado, por exemplo, pela Irmandade da Boa Morte. O conceito de Boa Morte nos convida a imaginar a imagem de um futuro melhor. Isso me leva a reconhecer as amplas contribuições das mulheres negras no Brasil e na Bahia no contexto da cultura religiosa.

Durante a minha visita, fui honrada com a possibilidade de atender uma oficina oferecida na Irmandade e também de passar um tempo na Roda de Samba da Dona Dalva. Tive a oportunidade de aprender sobre o trabalho de Dona Dalva na preservação do samba de roda. Recentemente ela recebeu um título de doutora honoris causa pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

Também tive a oportunidade de me encontrar e conhecer a Ebomi Nice. Quero também ressaltar que há alguns anos fui honrada com um convite para conhecer o terreiro de Mãe Stella de Oxóssi e me encontrar

com ela, que me disse sobre seus esforços a fim de preservar a cultura e a religiosidade dentro das tradições baianas e que as mulheres negras estão no centro dessas tradições.

Como foi dito por Dulce Pereira, já venho ao Brasil desde 1997. Nunca vou me esquecer do encontro que ocorreu em outubro daquele ano, em São Luís do Maranhão. Tive a oportunidade de encontrar Luiza Bairos pela primeira vez. O espírito de Luiza Bairos continua presente. Também encontrei pela primeira vez Vilma Reis e tantas outras mulheres negras maravilhosas, as quais continuo a me encontrar todas as vezes que venho ao Brasil.

A atual visita, organizada pela professora doutora Ângela Figueiredo, foi um encontro organizado em um contexto mais amplo, um curso em Cachoeira sobre o feminismo negro decolonial. Quero agradecer a Ângela—toda vez que alguém chama por ela, eu também olho—por me convidar para voltar a Bahia várias vezes. As pessoas me perguntam se eu já fui ao Rio de Janeiro, a São Paulo. Não, mas eu venho a Bahia de novo, de novo e de novo.

Menciono essa escola porque ela reuniu estudantes negras do Brasil, América do Sul, África do Sul, Canadá, Estados Unidos e Porto Rico. Ao fazê-lo, produziu concepções importantes que poderiam não ter sido disponibilizadas se esse encontro não tivesse ocorrido. Todas nós, que tivemos a oportunidade de estar aqui, vindouras de outras partes do mundo, temos muita sorte de estar aqui neste momento, onde o ativismo de mulheres negras está em um nível elevado e pungente.

Como já foi dito e reiterado várias vezes, o movimento social liderado por mulheres negras é o movimento social mais importante do Brasil. Após o golpe antidemocrático que resultou na deposição de Dilma Rousseff, as mulheres negras criaram a melhor esperança para este país. Muitas de nós, nos Estados Unidos, estamos entusiasmadas acompanhando a Marcha das Mulheres Negras no Brasil desde novembro de 2015. Nós continuamos a sentir as reverberações dessa Marcha. Agora estamos no Julho das Pretas.

Este é um momento difícil para o nosso planeta por vários motivos, mas, sobretudo, por termos uma guinada à direita na Europa, nos Estados Unidos, na América do Sul e especialmente no Brasil. Não tenho nem como começar a explicar para vocês qual é o sentimento de morar nos Estados Unidos onde Donald Trump é presidente. Mas não devemos nos esquecer que, um dia após a posse de Trump, o movimento de mulheres levou para Washington três vezes mais pessoas que o número que participou da cerimônia de posse. Estima-se que mais de cinco milhões de pessoas participaram da Marcha das Mulheres contra Trump no mundo, inclusive na Antártida.

A Marcha das Mulheres em Washington foi liderada por mulheres negras, latinas, asiáticas, indígenas, muçulmanas, e também mulheres brancas. Nos encontramos em Washington, por todo o mundo e todos os países, para dizer que nós resistiremos. Todos os dias da presidência de Trump, nós resistiremos. Nós resistiremos ao racismo, à exploração capitalista, ao hétero patriarcado. Nós resistiremos ao preconceito contra o Islã, ao preconceito contra as pessoas com deficiência. Nós defenderemos o meio ambiente contra os insistentes ataques predatórios do capital. Aqui em Salvador, no dia 25 de julho, dedicado às mulheres negras na América Latina e no Caribe, afirmamos ainda de forma mais forte: com a força e o poder das mulheres negras dessa região, nós resistiremos.

Sabemos que as transformações históricas sempre começam com as pessoas. Essa é a mensagem do movimento Black Lives Matter [Vidas Negras Importam]. Quando as vidas negras realmente começarem a ter importância, isso significará que todas as vidas têm importância. E podemos também dizer especificamente que, quando as vidas das mulheres negras importam, então o mundo será transformado e teremos a certeza de que todas as vidas importam.

As lutas das mulheres negras estão conectadas com as lutas de pessoas oprimidas em todas as partes. Com as queer que dizem “não” às políticas antiimigratórias de Trump e à construção de seu muro. Com aqueles que dizem “não” ao apartheid e ao muro que separa Israel da ocupação Palestina. Com aqueles que dizem “não” ao racismo e à misoginia na Colômbia. Com aqueles que dizem não ao sistema de castas na Índia. Estamos em solidariedade com as mulheres Dalits em suas comunidades. Com aquelas que dizem “não” à violência cotidiana, doméstica e íntima, que incide sobre as mulheres negras e que, geralmente, são impostas a elas por homens negros.

Finalmente as mulheres negras têm sido reconhecidas pelo trabalho em manter as chamas da liberdade acesas. Não é o tipo de liderança que visa dar visibilidade ou poder a indivíduos, baseada em carisma, o individualismo masculino carismático. Mas é o tipo de liderança que enfatiza as intervenções coletivas e apóia as comunidades que estão em luta. A liderança feminista negra é fundamentalmente coletiva.

Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, reconhecemos a importância de confrontar a violência de estado. Enquanto o racismo está saturando todas as instituições - nas questões da moradia, do emprego, da saúde e da educação - e pode ser mais dramaticamente reconhecido nos sistemas policiais e punitivos. As mulheres negras têm liderado ações contra a violência do estado, a violência policial e o racismo dentro do sistema carcerário, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Tenho falado sobre a liderança das mulheres negras, mas eu deveria estar me referindo, na verdade, à liderança feminista negra. É necessário enfatizar a condição da mulher negra na perspectiva de gênero e de raça, reconhecendo que também está implicado nisso classe, sexualidade e gênero, para além da convenção binária. Nosso foco está nas mulheres negras empobrecidas, inclusive as que estão encarceradas, as queer, as trans, as com deficiência. Mas também estamos conscientes que não focamos na mulher negra a partir de um arcabouço separatista, porque as mulheres negras também estão se engajando nas lutas de outros grupos. Às vezes ao ponto de elas serem excluídas desses movimentos.

As mulheres negras estão entre os grupos mais ignorados, mais subjugados e também os mais atacados deste planeta. As mulheres negras estão entre os grupos mais sem liberdade do mundo. Mas, ao mesmo tempo, as mulheres negras têm uma trajetória histórica que atravessa fronteiras geográficas e nacionais de sempre manter a esperança da liberdade viva. As mulheres negras representam o que é não ter liberdade sendo, ao mesmo tempo, as mais consistentes na tradição, que não foi rompida, da luta pela liberdade, desde os tempos da colonização e escravidão até o presente.

Lembremo-nos de Rosa Parks, que sempre enfatizou que queria ser lembrada como uma mulher poderia ser livre, de tal forma que todas as pessoas pudessem ser livres. Lembremo-nos de Lilian Ngoyi, líder do movimento *anti-apartheid* na África do Sul, que disse, em 1956, entre as suas irmãs: “Agora que atingiram as mulheres, vocês acionaram um trator e serão esmagados”.

Carolina Maria de Jesus nos lembrou que a fome deveria nos levar a refletir sobre as crianças e sobre o futuro muito antes de o conceito de interseccionalidade ser utilizado. Lélia Gonzalez insistiu que não só deveríamos compreender a complexa inter-relação de raça, classe e gênero, mas que deveríamos ter em mente as conexões entre os povos indígenas e os povos negros. Essa são as lições que nós dos Estados Unidos precisamos aprender com a história do feminismo negro no Brasil.

O que me leva a levantar o próximo ponto. Existe, geralmente, a pressuposição de que a forma mais avançada de feminismo negro é encontrada nos Estados Unidos. É verdade que há muitas figuras norte-americanas reconhecidas pelo desenvolvimento do feminismo negro. Isso não deveria se dar pelo entendimento de que nos Estados Unidos estamos mais avançados. Essa é uma visão colonialista e imperialista. Na verdade, isso ocorre porque as ideias, sejam elas conservadoras ou radicais, circulam com mais facilidade a partir dos Estados Unidos do que as ideias que emanam do Brasil. Não posso me levar tão a sério

assim. A meu respeito, gosto sempre de ressaltar que ninguém jamais conheceria meu nome se pessoas de todo o mundo, inclusive do Brasil, não tivessem se organizado para exigir minha liberdade, no princípio dos anos 70.

É verdade que cada uma dessas viagens que fiz ao Brasil têm me trazido novas perspectivas. Desde a primeira conferência de Lélia Gonzáles, em 1997, no Maranhão, até a escola do feminismo negro decolonial da qual participei agora. A partir disso, passo a questionar o meu papel em trazer o conhecimento feminista negro para o Brasil. Passei a perceber que nós, nos Estados Unidos, somos aquelas que precisamos aprender com os conhecimentos e as perspectivas que são produzidas pela longa história de luta feminista negra brasileira.

Precisamos aprender sobre o poder feminista negro preservado dentro da tradição do Candomblé. Precisamos aprender sobre os movimentos organizados por mulheres negras trabalhadoras domésticas na Bahia e no Brasil. Tive o privilégio de conhecer Marinalva Barbosa, que é a presidente do sindicato de trabalhadoras domésticas da Bahia. Temos muito a aprender com a atividade dessas mulheres.

Nós ainda não conseguimos nos organizar de uma maneira bem-sucedida através de sindicatos dessa categoria nos Estados Unidos, apesar do fato de que mulheres negras, trabalhadoras da limpeza, terem organizado uma greve em 1881, em Atlanta, na Geórgia. Mesmo apesar do fato de que nos anos 20 e 50 tenham havido esforços, que não tiveram sucesso, de organizar sindicatos dessa categoria. Não é uma coincidência que Alicia Garza seja uma das mulheres cofundadoras do movimento Vidas Negras Importam. Mesmo assim, ainda não temos um sindicato de trabalhadoras domésticas.

Deixem-me compartilhar com vocês algumas palavras sobre o complexo industrial carcerário. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, estou correta? Sendo a primeira nos Estados Unidos e depois vêm Rússia e China. Os Estados Unidos estão aprisionando um quarto da população carcerária de todo o mundo. Se olharmos para a população carcerária feminina, um terço está encarcerada nos Estados Unidos.

Se tivéssemos tempo esta noite, poderíamos falar mais aprofundadamente sobre como essa população carcerária reflete o capitalismo global e como esse sistema negligencia as necessidades humanas. Essas pessoas não têm acesso a moradia, educação, saúde ou qualquer outro serviço que seja necessário para a sobrevivência. A rede carcerária mundial constitui um vasto depósito onde pessoas consideradas desimportantes são descartadas como lixo. Aquelas

tidas como as menos importantes são as pessoas negras, do sul global, muçulmanos e muçulmanas, indígenas.

Quando nós trabalhamos e lutamos contra a violência do estado manifestada através de práticas policiais e de encarceramento, afirmamos que as vidas negras importam, que as vidas indígenas importam. A professora Denise Carrascosa, aqui da UFBA, tem liderado um projeto de mulheres dentro do sistema carcerário chamado “Corpos indóceis e mentes livres”, um projeto entusiasmante que reúne mulheres encarceradas de tal forma que elas possam dramatizar as suas realidades, as suas vidas.

Esses são os tipos de projeto inovadores que produzem conhecimentos feministas sobre a relação entre a liberdade e a falta de liberdade. Acabei de ser informada que a professora Carrascosa tem sido impedida de entrar no complexo penitenciário feminino porque ela se juntou a outras encarceradas para protestar contra o tratamento punitivo aplicado a uma mulher que foi trancafiada, sendo-lhe negado o uso de medicamentos pós-operatórios.

Em função da professora Carrascosa ter levantado a sua voz, seu projeto, que já dura sete anos, foi barrado. O que vocês farão em relação a essa situação? Quero sugerir que vocês peçam a cada uma das pessoas aqui presentes para assinar uma petição exigindo que esse projeto seja reincorporado. Sabemos que nos últimos dez anos houve um aumento de 500% na taxa de encarceramento de mulheres e que dois terços de todas as mulheres que estão encarceradas no Brasil são negras.

Isso me leva aos meus últimos dois pontos. Um deles é a questão da reprodução da violência. Nós não podemos excluir a violência doméstica e íntima das nossas teorias sobre a violência do estado e institucional. Frequentemente, agimos como se uma não tivesse relação com a outra e que, se as mulheres negras são vítimas dessa violência cotidiana praticada por seus maridos e namorados, isso significa que os homens e garotos negros são violentos. Como podemos refletir sobre isso?

Nós precisamos nos perguntar qual é a fonte dessa violência que prejudica e fere tantas mulheres negras. Qual é a relação dessa violência com a violência policial e do sistema carcerário? Se essa violência do indivíduo está conectada com a violência institucional e do estado, isso significa que não conseguiremos erradicar a violência doméstica enviando aqueles que a praticam ao sistema carcerário. Se desejamos erradicar as formas mais endêmicas de violência do indivíduo da face da Terra, então devemos eliminar também as fontes institucionais de violência. Este é o chamado para a abolição do encarceramento como a forma dominante de punição para pensarmos novas formas

de abordagem para aqueles que são violentados. Este é o chamado do feminismo negro para formas de justiça decoloniais.

Meu último ponto diz respeito aos constantes esforços para conter nossa resistência. Quando nós resistimos, às instituições dominantes e, sobretudo, o estado, tentam conter a nossa resistência. Querem transformar as nossas lutas, em estratégias de consolidação do estado. O movimento pelos direitos civis é agora é reivindicado pelo estado como central em suas narrativas sobre a democracia. Mas o movimento Vidas Negras Importam, principalmente na era Trump, é considerado um insulto.

No Brasil, agora que o mito da democracia racial foi totalmente exposto, a pergunta que se apresenta é se o movimento de resistência das mulheres negras pode ser apropriado. Afirmamos que, na medida em que nos levantamos contra o racismo, nós não reivindicamos ser incluídas numa sociedade racista. Se dizemos não ao heteropatriarcado, nós não desejamos ser incluídas em uma sociedade que é profundamente misógina e heteropatriarcal. Se dizemos não à pobreza, nós não queremos ser inseridas dentro de uma estrutura capitalista que valoriza mais o lucro que seres humanos.

Se reconhecermos que aqueles que queriam resolver a questão da escravidão buscavam formas mais humanas de escravização, nós estaremos utilizando a lógica do racismo. Reconhecemos que a reivindicação da reforma do sistema policial e da reforma do sistema carcerário apenas mantêm as estruturas racistas ao mesmo tempo em que finge se importar com as questões raciais.

É por isso que dizemos não ao feminismo carcerário e sim ao feminismo abolicionista (Davis está aludindo ao abolicionismo penal e a formas anti-punitivistas de resolução de conflitos. Davis, por exemplo, se posiciona abertamente sobre a legalização da prostituição, mas sob uma perspectiva classista e antirracista). É por isso que nós convocamos essa solidariedade para além das fronteiras nacionais e ressaltamos que o feminismo radical (O uso de “radical” por Davis remete etimologicamente a palavra: ir à raiz dos problemas. E não a uma corrente do Feminismo.) negro decolonial reconhece as nossas profundas conexões, mesmo a medida em que reconhecemos também nossas contradições.

A luta pelo acesso à água no Quilombo Rio dos Macacos vem sendo rotulada como “terrorista”. Tenho aqui em minhas mãos um apelo que vêm do Quilombo Rio dos Macacos relacionada aos seus direitos humanos de acesso à terra e à água que lerei após o evento. Mas o que eu quero dizer é que as lutas que acontecem dentro dessa comunidade

estão conectadas às reivindicações para a proteção da água por populações indígenas contra o veneno trazido pelos dutos de petróleo.

Essas lutas estão conectadas também aos esforços que ocorrem em Flynn, Michigan, em expor o envenenamento das águas nas comunidades negras. Essas lutas também estão conectadas com as das comunidades palestinas, engajadas em defender as suas reservas de água, alvo constante das forças militares de Israel. Somente através da solidariedade e da luta, nós poderemos preservar o nosso acesso a água.

Quilombolas, presente!

Finalmente, quero salientar a minha alegria em estar aqui com vocês no Brasil, Bahia, Salvador, celebrando o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha. Mulheres negras representam o futuro. Porque mulheres negras representam uma possibilidade real de esperança na liberdade.^{122**}

122 **Todo esse texto é de origem autoral de Angela Davis, na conferência magna realizada na Reitoria da Universidade Federal da Bahia no dia 25.7.2017, Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, e intitulada “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”. A transcrição é de Naruna Costa, a partir da tradução consecutiva da professora Raquel de Souza, e as notas são de Juliana Borges. Todas essas informações, inclusive o texto foi retirado do site, disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/28/angela-davis-construindo-o-futuro-da-luta-contra-o-racismo/>>. Acesso 17 de outubro de 2017. Com a importância para a construção deste trabalho.